

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM ARTE, PATRIMÓNIO E TEORIA DO
RESTAURO



PATRIMÓNIO E MEMÓRIA
ESTUDO DE CASO – A ILHA DE SANTIAGO
CABO VERDE

Rita de Cássia Silva dos Santos Ramos

Lisboa, 2009

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PATRIMÓNIO E MEMÓRIA

ESTUDO DE CASO – A ILHA DE SANTIAGO

CABO VERDE

ORIENTADORA: PROF^a DOUTORA ISABEL CASTRO HENRIQUES
COORIENTADORA: PROF^a DOUTORA MARIA JOÃO NETO

RITA DE CÁSSIA SILVA DOS SANTOS RAMOS

MESTRADO EM ARTE, PATRIMÓNIO E TEORIA DO RESTAURO

Lisboa, 2009

“Deus te acompanhe minha filha.”
Maria José dos Santos Silva - “Voinha”

Esta era a frase que minha avó dizia quando eu saía de casa. Este estudo é dedicado a memória de minha avó, “Voinha”

Agradecimentos

Encontramos em nossas vidas pessoas que nos marcam e nos ajudam sem entendermos as razões. Outras nos ajudam pela mais nobre das acções coordenadas pelo homem: a generosidade. Hoje, termino este estudo com muito esforço, honra e dignidade e que seria mais complicado sem ajuda destas pessoas:

A minha nobre família, meu porto seguro, meus pais: Geraldo dos Santos e Bernadete Silva dos Santos. Meus irmãos, meus sobrinhos, eles oxigenam ainda mais a minha vontade de estudar. À minha orientadora, Prof^a Dr.^a Isabel Castro Henriques, muito obrigada pela paciência, compreensão nas trocas de emails dos meus momentos de dor. A minha grande amiga e irmã santomense, Prof^a Sónia Carvalho. Prof^a Ana Andersen, Prof^a Leda Margarida - Directora do Instituto de Música da UCSal, Prof^a Elisa Rodrigues, Prof^a Madalena Cunha. Prof^a Antónia Varela, Prof^a Cláudia Pessoa, Prof^a Tatiana Sousa. Aos meus amigos da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, ao casal José Manuel Marques e Luísa Isabel. Aos meus colegas da Universidade de Lisboa, em especial aos meus colegas de origem africana, por ajudar a tentar entender o múltiplo continente. Ao Dr. João Loureiro, que gentilmente abriu sua biblioteca pessoal e recebeu-me de forma admirável. A D. Balbina, ex-secretaria do Departamento de Estudos Românicos, a D. Arlete, D. Fátima e D. Sofia, funcionárias da Secretaria da FLUL. A Maria João Coutinho, Amparo, Ana Paula, Eduarda, Manuela, anjos da biblioteca da FLUL. Ao Prof^o Dr. Alberto Carvalho, Prof^a Dr.^a Vânia Chaves, Prof^a Dr.^a Vanessa Fragoso, Prof^o Dr. Vitor Serrão, Prof^o Octávio Nascimento, Sr. Emílio Brazão, Prof^o Baltazar Neves, Dr.^a Ângela Coutinho, em meu caminho para dar força. Nancy Tolentino, Prof^a Márcia Mendes, Prof^o António Jorge, Prof^o Dr. Luís Afonso, Prof^a Rita Arantes, Margarida Mascarenhas, Dr. Corsino Tolentino. Agradeço ainda à Presidência da República de Cabo Verde, na pessoa do Dr. Jorge Soares. Aos funcionários do

Arquivo Histórico Ultramarino. Em especial, ao meu marido, grande companheiro e amigo, José Manuel Marques Ramos, meu master de compreensão.

Resumo

O presente trabalho de pesquisa centrado na problemática do património e memória, tem como objectivo inventariar e analisar alguns elementos do património material e imaterial da ilha de Santiago – Cabo Verde, procurando contribuir deste modo para um conhecimento mais rigoroso da memória e identidade cabo-verdiana.

Para tanto, analisamos documentos da Direcção de Obras Públicas, do final do século XIX referente ao arquipélago de Cabo Verde, no Arquivo Histórico Ultramarino, mais especificamente Cidade da Praia, revistas e publicações do século XX que reportam a situação da Igreja Matriz e do Palácio do Governo, bem como a questão da Cidade Velha e a evolução contextual das vozes a respeito das ruínas do património caboverdiano ao longo da história de forma atemporal. A história do arquipélago é marcada por intensas calamidades naturais e ecológicas que mobilizam constantemente autoridades, deixa a outros planos nomeadamente a valorização e preservação do património construído.

Acerca do património imaterial, *Batuque e a Tabanca*, buscamos documentários a respeito deste elemento cultural que ainda hoje marca estrutura cultural e social da ilha de Santiago. Queremos pois entender e compreender o processo de construção de um património a partir do seu planeamento, sua génese de criação, em um território africano privilegiando o final do século XIX. Como é construído o património e a relação que o caboverdiano tem com a cultura que lhe foi transmitida? Por outras palavras, como se processou a convivência com um património imaterial, “tradicional” e de origem africana, contrapondo com a cultura do colonizador e fazendo emergir uma cultura mestiça que caracteriza hoje a sociedade caboverdiana que sobrevive além fronteira?

Palavras-chave: Cabo Verde, património, memória, história, tradição, cultura, igreja.

Abstract

The present work, devoted to a reflection on the patrimony and memory issues of Santiago Island – Cabo Verde, aims to make an inventory of the patrimonial documents and buildings in contribute to the acknowledgment of the memory and the *cabo-verdiana* identity.

Thus, we analyzed documents regarding to the archipelago of Cabo Verde, essentially to *Cidade da Praia*, issued by the *Direcção de Obras Públicas* (Head office of Civil Work Department) in 19th century and which are held by the Historic Ultramarine Archive. In addition, we investigated reports and opinions published in journals and books from the 20th century about the depreciation of the patrimony of *Cabo Verde*, mainly concerning to *Igreja Matriz*, *Palácio do Governo* and *Cidade Velha*.

The history of the archipelago was marked by great natural disasters that have continuously prevented the authorities from pursuing the agenda for the patrimonial valorization and preservation.

In order to analyze the cultural patrimony of the Santiago Island – *Batuque* and *Tabanca*, which still portrays its social and cultural structure, we examined documentaries.

Therefore, with this investigation we intend to understand the process of patrimonial construction of this African territory in the 19th century, throughout its planning and organization. In such case, we proposed to answer the following questions: How has the patrimony been built and which relationship do the *cabo-verdiano* people have with the culture transmitted by the colonist? In other words, what characterizes the hybrid *cabo-verdiana* culture nowadays, which was created by the blending of the colonist culture in counterpoint to the *cabo-verdiana* home-grown culture?

Key words: *Cabo Verde*, patrimony, memory, history, tradition, culture, church

ÍNDICE DAS IMAGENS

Figura 1 Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça – Praia	24
Figura 2 Praça Alexandre Albuquerque	25
Figura 3 Palácio do Governo - Praia	41
Figura 4 Palácio da Presidência - Governo da República de Cabo Verde – Praia	42
Figura 5 Praça Alexandre Albuquerque	50
Figura 6 Rua do Corvo	52
Figura 7 Batuque	56
Figura 8 Mapeamento dos monumentos inventariados pelo DGEMN	63
Figura 9 Ruínas da Sé Catedral	67
Figura 10 Mapeamento realizado pelo DGEMN	74
Figura 11 Estudo mapeado pelo DGEMN acerca da conservação dos edifícios	75
Figura 12 Frontão romano – Igreja Nossa Senhora da Graça	84
Figura 13 Alçada frontal – Igreja Nossa Senhora da Graça	84
Figura 14 lateral – Igreja Nossa Senhora da Graça	89
Figura 15 Interior da Igreja – vista altar-mor	92
Figura 16 Interior da Igreja – Nave	93
Figura 17 Torre da igreja	95
Figura 18 Torre da igreja	95
Figura 19 Torre da igreja	95
Figura 20 Interior da igreja – Nave	96
Figura 21 Placa do 1º Centenário da Igreja Nossa Senhora da Graça	97
Figura 22 Salão nobre do Palácio da Presidência da República de Cabo Verde	100
Figura 23 Salão nobre do Palácio da Presidência da República de Cabo Verde	100
Figura 24 Traços da cultura africana em Cabo Verde	101
Figura 25 Traços da cultura africana em Cabo Verde	101
Figura 26 Traços da cultura africana em Cabo Verde	101

Caixa 163 - AHU – SEMU – DGU – 3R – Sala 12

Desenho 1 Projeto Residência para os Governadores-gerais	98
Desenho 2 Planta-baixa com acomodações	99

Caixa 167 - AHU – SEMU – DGU – 3R – Sala 12

Desenho 1 Planta da Igreja Matriz	83
Desenho 2 Alçada da frente principal	83
Desenho 3 Alçada da frente lateral e posterior	85
Desenho 4 Corte vertical e longitudinal da torre em AB	85
Desenho 6 Corte vertical CD	86
Desenho 7 Corte vertical EF	87

Caixa 169 - AHU – SEMU – DGU – 3R – Sala 12

Desenho 1 Planta de localização da Igreja	88
Desenho 2 Planta da Igreja Matriz da Cidade da Praia com nova disposição	89
Desenho 3 Alçadas das fachadas: principal e lateral	89
Desenho 4 Alçada da face posterior	90
Desenho 5 Corte transversal AB	91
Desenho 6 Corte vertical CD, detalhe da capela-mor	92
Desenho 7 Corte transversal AB	93
Desenho 9 Corte longitudinal com descrição de medidas	94

SIGLAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

UNESCO – União das Nações Unida para Educação Ciência e Cultura

SEMU – Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar

DGU – Direcção Geral do Ultramar

3R – 3ª Repartição

DGEMN – Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

INIC – Instituto Nacional de Investigação Cultural – Cabo Verde

IPA – Inventário do Património Arquitectónico

DGOPC – Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicações

ÍNDICE

Introdução	1
Metodologia e <i>corpus</i> documental	4
Limitações encontradas	7
CAPÍTULO I - A ilha de Santiago: história e sociedade na contemporaneidade	9
1. 1 Enquadramento histórico – História e Identidade Caboverdiana	9
1.2 Leituras do passado, formas de organização social: a questão da mestiçagem	14
1.3 Cultura da Ilha de Santiago	16
CAPÍTULO II- Património da Ilha de Santiago e suas representações	22
2.1 O registo e a memória dos Patrimónios construídos e do social	22
2.2 A paisagem: a igreja, o palácio e a relação com o património	49
2.3 Património imaterial, tradição cultural: <i>batuque</i> e <i>tabanca</i>	53
CAPÍTULO III - Património histórico como instrumentos de desenvolvimento	61
3.1 Desafios na estratégia política de desenvolvimento do turismo e conservação do património.	61
3.2 A Cidade Velha (Ribeira Grande) como património	67
3.3. A UNESCO e a reabilitação do património	72
Conclusão	75
Referência bibliográfica	77
Referência Caixas AHU	82
Anexos	83

Introdução

O presente trabalho pretende estudar o património¹ construído, o seu planeamento e diversas etapas e sua memória² na ilha de Santiago – cidade da Praia, e o seu entendimento a partir do momento que ele foi pretendido e concebido. Sabemos que a preocupação com o património construído assenta sobretudo na valorização do objecto concreto existente em território, deixando grandes lacunas no que respeita às formas como o objecto foi entendido, solicitado, planeado e executado. Apresentamos ainda reflexão no que diz respeito a dois elementos do rico património imaterial³, o *Batuque* e a *Tabanca*. Buscamos entender a concepção deste património como elemento de identidade de um povo procedendo a sua análise tendo em conta também parte das medidas administrativas utilizadas para a concretização dos projectos.

Dentre razões que justificam acreditamos ser de valor uma proposta de trabalho que procure por em evidência uma “ruptura” entre as normas arquitectónicas registadas nos documentos escritos que propõem a construção e a decoração dos edifícios, o caso da Igreja Matriz – Nossa Senhora da Graça e do Palácio do Governo – e sua realidade. Esta questão leva-nos a interrogações: estamos perante uma incapacidade financeira ou técnica ou diante uma opção portuguesa destinada a satisfazer alguns valores estéticos, simbólicos da população e do espaço territorial?

Tomando em conta informações dos registos e documentos dos arquivos, ante as problemáticas necessitamos de compreender algumas questões de ordem pontual, tais

¹ Margarida Calado, Lisboa conceitua na p. 280 o património como sendo o “Património: conjunto de bens culturais que devem ser preservados sendo protegidos por legislação específica.”

² Para os autores Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, “memória está nos próprios alicerces da história, confundindo-se com o documento, com o monumento.” São Paulo, 2005, p.275,

³ Definido pela UNESCO como sendo "...práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objectos, artefactos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu património cultural." O Património Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interacção com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”

Ver: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginalphan>

Data de acesso: 03 de Setembro de 2009

como: fora a situação no assunto “cumprimento de medidas em relação ao terreno”, por quê não houve cumprimento entre o planeamento do projecto e sua execução no caso da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça? No Palácio do Governo, no projecto nomeado como “Residência para os Governadores-gerais”, se já existia um edifício e que foi adquirido pelo governo colonial, o porquê da existência de um planeamento com projecto, desenho e orçamento para o “imaginado” Palácio do Governo no período colonial, e hoje Palácio da Presidência de Cabo Verde?

Não podemos por agora realizar um estudo aprofundado destes problemas arquitectónicos e do património edificado, o que pressupõe um contacto directo que não nos foi ainda possível, limitando-nos a interrogar a memória da realidade que liga estes elementos ao seu processo de existência actual.

A nossa investigação, permitiu-nos verificar que até há poucos anos esta temática ainda pouco estudada quer no quadro da história cabo-verdiana, quer no campo da história do ultramar português, pelo que nos parece pertinente e oportuno nosso estudo. No entanto, nos últimos anos, a questão do património tem despertado interesse na comunidade cabo-verdiana dentro e fora de Portugal.

Esta lacuna do conhecimento impede uma leitura rigorosa da representatividade local dos diferentes elementos do património. Queremos dizer com esta afirmação, que todo e qualquer elemento adquire identidade específica relacionado com o espaço e a população onde se integra, independentemente das suas semelhanças e dissemelhanças com os outros elementos afins incluídos em outros contextos. Fernando Batalha diz que dificilmente um estilo transita para o outro ou se passa de concepção estética duma época para a outra sem que as duas se articulem.⁴

⁴ Batalha, Fernando, Lisboa, 2006, p.49

Este estudo tem por base algumas representações de edifícios localizados geograficamente limitado aos espaços urbanos da cidade da Praia e da Cidade Velha, considerados património do ponto de vista da história e de memória locais.

É com efeito significativo, a relação entre o património e o processo de evolução no seu tempo histórico e a maneira própria de conceber a ocupação do espaço que denuncia as opções e os modos de vida da população ao longo do tempo.

Por outro lado, acredita-se ser justo pensar e entender o património a partir da sua solicitação, do processo de construir, e da fase embrionária do património enquanto património edificado. Isto é, para melhor entendermos as etapas de elaboração até a realização, ao nascimento do património, partimos dos documentos que descrevem quando não na sua totalidade, pelo menos parte do processo administrativo que sustenta a existência deste património.

Se no passado Cabo Verde era uma região estratégica nas questões marítimas, hoje seu povo pretende conhecer de forma mais ampla as suas reservas culturais e valorizar sua memória traduzida nos seus edifícios construídos, bem como na tradição de sua cultura, seja através da arte, da expressão, do campo das ideias de seus bens culturais. Acerca da cultura, embora o vocábulo seja exaustivamente utilizado em diversas gamas e contextos, conceituar *cultura* pode ser mais complexo diante dos encadeamentos. Segundo Lopes Filho, a origem, o conceito poderá ter surgido na Alemanha nos finais do século XVIII, onde o conceito de cultura procurava reconstruir de forma sintetizada e desde suas origens, a história geral da humanidade e sociedade. No entanto, o estudo não ampliava os interesses para outras áreas da humanidade. O vocábulo conceituado em francês aborda o lado descritivo para o culto religioso. Contudo, a partir do século XVII é que a cultura passa a ter significado mais directo com a cultura de letras, cultura das ciências, tornando-se assim sinónimo de progresso

intelectual. Lopes Filho⁵ cita E. B. Tylor, que a propósito da cultura Tylor relaciona cultura com “conjunto de factos que podem ser directamente observados num determinado contexto” para Tylor, a cultura é um conjunto de qualidades mentais e de aspectos comportamentais caracterizados pelos atributos interiorizados pelo indivíduo e adquiridos como resultado da sua educação. Desta feita, podemos entender que o conceito de cultura tem uma relação mais directa com contextos do que com a própria evolução do vocábulo, onde podemos sintetizar a cultura como conjunto de interligações e interações tais como: agir, pensar, formalizar, apreender e partilhar de forma colectiva.

Convém acrescentar que o interesse pessoal e profissional foram elementos indispensáveis para realizar este estudo de Mestrado nesta área do conhecimento, numa perspectiva centrada dos saberes, bem como na evolução da história das artes e de outros contextos afins, tais como a preservação do património, a restauração e seus actores envolvidos.

Se Portugal e a África possuem uma trajectória de encontros e desencontros, no entreposto deste cariz, e na travessia do Atlântico, encontramos o Brasil⁶ que cruza nesta trajectória, e que constitui um espaço efectivo e de conhecimento que pode gerar pensamentos e benefícios de uma interacção África – Brasil – Portugal.

⁵ Ver: Filho, João Lopes, Praia, 2003, p.13

⁶ Na atualidade, por parte do Brasil uma lei do ano de 2003 que visa ampliar e aproximar o conhecimento sobre as raízes africanas, buscando muito mais do que identidade no grande continente e seus países lusófonos, mas alargar a memória e histórias comuns. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm acesso no dia 03 de Setembro de 2009

Metodologia e *corpus* documental

Este trabalho segue uma metodologia que privilegia os estudos e fontes primárias existentes em Portugal. Os arquivos e bibliotecas portuguesas continuam a possuir a maior parte dos documentos deste período, leis, cartas, relativas ao património ultramarino. A metodologia aplica-se também a uma linguagem não pretensiosa que respeite o universo académico, e que proporcione a uma leitura de nível e acesso para que outros possam ler, entender, compreender, contrapor e se for o caso, corrigir o estudo proposto.

A pesquisa documental no princípio estava intrinsecamente ligada ao estudo de alguns edifícios representados em bilhete-postal,⁷ construídos na da Cidade da Praia no século XIX, mas postados no início do século XX e que consta a vida quotidiana das pessoas. No entanto, face as dificuldades e adversidades de encontrar dados mais precisos acerca dos objectos, necessitamos abranger o foco do *corpus* documental sedimentando e flexionando para iconografia além do bilhete-postal.

Julgamos ainda que este tipo de investigação onde temos reunidos postais antigos da Ilha de Santiago em Cabo Verde, que servem como parte do *corpus* documental, poderá contribuir para a valorização do património construído, que há na ilha de Santiago.

Buscamos neste trabalho não responder algumas questões mas “revelar” o conhecido ainda pouco estudado. Constituímos *corpus* de nossa análise o bilhete-postal: realizamos um filtro entre as 286 *imagens do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino*. A partir daí, seleccionamos os edifícios. O critério para nossa escolha com base na iconografia dos bilhetes-postais, visto que há pouco estudo com a temática, foi de privilegiar um elemento da arquitectura religiosa, civil, e um conjunto histórico da ilha

⁷ Entre os conceitos de bilhetes, <http://www.portaladm.adm.br/Portinstrumental/modelos%20de%20documentos.pdf> acesso em 03 de Setembro de 2009, conceitua o bilhete-postal como sendo “um cartão selado para correspondência postal sobre assuntos que não exige segredos”.

de Santiago. O elemento da arquitectura religiosa na figura da Igreja Matriz – Nossa Senhora da Graça, o conjunto histórico representado pela ruína da Catedral Sé, na Cidade Velha. Um elemento da arquitectura civil – Palácio do Governo, dois componentes do património imaterial, o *Batuque* e a *Tabanca*. Foram vistos documentos nas caixas do território ultramarino de Cabo Verde do Arquivo Histórico Ultramarino procedentes da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar – SEMU, através da Direcção Geral do Ultramar – DGU, 3ª repartição

Cx.163 - corresponde aos anos
1870 – 1878

Cx.164 - corresponde aos anos
1879 – 1882

Cx.165 - corresponde aos anos
1883 – 1884

Cx.166 - corresponde aos anos
1885 – 1886

Cx.167 - corresponde aos anos
1887 – 1888

Cx.168- corresponde aos anos
1889 – 1891

Cx.169 -corresponde aos anos
1892 – 1893

Cx.170 -corresponde aos anos
1894 – 1899

Cx.171 - corresponde aos anos
1900 – 1909

Cx.73 corresponde ao ano
1856

Sendo que a caixa 73 proveniente da DGU, repartição central. O critério de análise destas caixas foi sua origem por tratar-se serem caixas provenientes das obras públicas de Cabo Verde e datas. O objectivo da pesquisa destas foi encontrar informações referentes as obras públicas de valor para anexar ao estudo.

Para ilustrar estudo, anexamos a investigação como sendo também parte documental, os desenhos correspondentes aos projectos do património edificado encontrados nestas caixas, bem como imagens do estudo de intervenção realizados pela DGEMN – Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais na Cidade Velha que ilustramos com imagens encontradas na web e algumas nos enviados através de correio electrónico.

O nosso trabalho de investigação procura também interpretar alguns documentos que se revelam mais importantes para ampliação do trabalho.

Limitações encontradas

Como qualquer estudo de investigação, deparamo-nos com limitações de toda ordem, tais como: tempo, financeira, pessoal no campo das emoções por perdas importantes e irrecuperáveis. Entre estas questões pontuais, assinalamos uma pesquisa através de buscas incansáveis por documentação não sistematicamente organizada, contactos via correio electrónico, espera por imagens e informações fora do território português a respeito dos objectos de estudo. Por conta destas situações acreditamos que as lacunas são quase inevitáveis quando procedemos a um estudo sem apoio que as falhas naturais impedem naturalmente ao deslocamento necessário ao arquipélago.

As deficiências existentes no que respeita ao património do arquipélago, bem como os obstáculos diversos que se colocaram em relação a recolha de elementos informativos para dar contexto e imagem à investigação foram factores determinantes para que este estudo não tenha a profundidade e amplitude que desejávamos.

De forma incansável, procuramos contactar com a Presidência de Cabo Verde, embaixadas, tanto a de Cabo Verde no Brasil como de Cabo Verde em Portugal, e também a instituição responsável pelo património de Cabo Verde, sem obter qualquer resposta essencial.

Como já dissemos, por haver hiatos ainda a preencher a nível de estudo do património cabo-verdiano, esta investigação procurou centrar-se na recolha de informações sobre alguns elementos não significantes para atingir os objectivos enunciados.

Dada a problemática deste estudo se organizar em torno de uma cultura que não é nossa, mas cujo valor reconhecemos, consultamos os centros de pesquisa sediados em Portugal, de modo a reunir o máximo de elementos para fundamentar nosso trabalho:

Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, CIDAC – Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Sociedade de Geografia de Lisboa, Biblioteca Municipal do Porto, Comissão Nacional da Unesco – Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca Central da Marinha de Lisboa, Hemeroteca Municipal de Lisboa, Videoteca Municipal de Lisboa, Fonoteca Municipal de Lisboa.

Capítulo I – História e património da Ilha de Santiago

1.1 Enquadramento histórico – História e Identidade Cabo-verdiana

A introdução geográfica elaborada por Ilídio do Amaral⁸ indica que o Arquipélago de Cabo Verde fica na zona tropical do Atlântico Norte, acerca 450-500km do promontório, a designação do nome Cabo Verde partiu “não por haver um cabo de cor verde a sul do Senegal.”⁹

É formado por 10 ilhas e alguns ilhéus oceânicos, de origem vulcânica, possui uma superfície total de 4033,37 km² de área. Geograficamente encontra-se a meio caminho da América do Sul e da Europa, na África ocidental, acerca de 560 km ao nordeste do Senegal no Oceano atlântico. Esta posição geográfica além de ser importante na fluidez de comunicação da sua rota marítima, também foi um mecanismo facilitador que deu condições ao seu povoamento e o fez de entreposto para o comércio de escravos principalmente para o Brasil.

Por sua divisão, as ilhas do arquipélago estão delimitadas em dois grupos: grupo de Sotavento, ao Sul, formado pelas ilhas de Santiago, Brava, Fogo, Maio e os ilhéus de Santa Maria, Cima, Luís Carneiro e Grande; e o grupo Barlavento, ao Norte, formado pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista os ilhéus dos Pássaros. A mais vasta de todas elas é a Ilha de Santiago, com 991 km² onde está localizada toda administração da República de Cabo Verde e nosso foco de interesse.

⁸ Santos, Luís Albuquerque & Maria Emília Madeira, V. 1 p.1, 1991, Lisboa e Praia.

⁹ Davidson, Basil, 1988.p.p.40,41.

A história da formação do arquipélago gira em torno do achamento pelos portugueses, que o encontrou desabitado em 1460 e 1462. Por muito tempo, admite-se que a ilha de Santiago foi achada pelo português Diogo Gomes, então funcionário da câmara do Infante D. Henrique, que estava por explorar na costa da Guiné nos idos de 1460 e o genovês António de Noli juntamente com seus sobrinhos Bartolomeu e Rafael de Noli.¹⁰ Na sequência dos factos, a ilha de Santiago por ser encontrada em 1 de Maio de 1460, em memória ao santo do dia, passou a chamar ilha de Santiago.

Mesmo com as diferentes localidades, é na construção da história que o património o identifica como sendo de Cabo Verde, ou da ilha que o autentica dentre todas as ilhas que compõe o arquipélago. O património sociocultural construído na cidade da Praia, tais como igrejas, edifícios públicos, que interagem com as pessoas e entre outras situações¹¹, representações autênticas do aspecto de vida do passado e do modo de ser cabo-verdiano que releva a memória deste povo.

Por conta das condições climáticas e por ser longe do reino, a sua colonização deu-se por molde de incentivos e privilégios que seriam reduzidos no ano de 1472.¹² A dificuldade em habitar a ilha de Santiago levou o infante D. Henrique, que era o capitão donatário, a tomar medidas de impacto para explorar e dar sentido a expansão do achado. No que diz respeito ao habitar, formar, originar o povo e colonizar, Ilídio do Amaral diz que foi formada por dois grupos diferentes: brancos europeus e negros tomados como escravos, e que “o rei equivocara-se e seu povoamento de facto só começaria em 1462, com muitas dificuldades”.¹³

“O homem marcou esta ilha, que em 1460 encontrou deserta, com um traço original: criou uma ilha crioula. Para sua ocupação e povoamento foi preciso

¹⁰ Barros, Simão, nº 56, p.3

¹¹ Ver: Nascimento, Judite E. Medina, Lisboa, 2004, pp.29,30.

¹² Santos, Albuquerque, Luís & Maria Emília Madeira, V. 1 p.11, 1991, Lisboa, Praia.

¹³ Santos, Albuquerque, Luís & Maria Emília Madeira, V. 1 p.10, 1991, Lisboa, Praia

introduzir tudo: homens, animais, culturas alimentares de Portugal, da África, do Brasil e da Índia. Nela se experimentaram e cruzaram influências, se caldeou um novo tipo de humano, um novo 22tipo de mentalidade e até de linguagem: o crioulo, nascido da fusão harmoniosa do Branco com os escravos negros” ¹⁴

Como já dissemos, a ausência de fontes fidedignas que comprove a existência de algum ser vivo no arquipélago, e a necessidade de habitar a ilha de Santiago,¹⁵ as considerações a afirmações que de facto os portugueses introduziram formas de vida que proporcionaram a existência de manifestações de multiculturais como resultado de um cruzamento de povos europeus principalmente portugueses, bem como povos de Guiné. Não esquecemos o episódio de que a formação da sociedade cabo-verdiana tem uma origem escravocrata, caracterizada por senhores e escravos.¹⁶ Os primeiros colonos chegam à ilha de Santiago em 1462, a partir de então o arquipélago começa a ser ocupado.

Para esta formação miscigenada, e distribuição étnica, os negros eram da costa africana, em especial com povos da Guiné: “Senegal, Górea e Benin” ¹⁷É a formação de uma sociedade híbrida, para Amaral, uma “sociedade crioula”¹⁸.

“São, não obstante, ainda importantes as diferenças étnicas entre as várias camadas da população. Há dois tipos fixos: o branco, de ascendência europeia, e o preto, descendentes dos negros da Guiné, sem mescla. O mulato apresenta varias nuances, desde o mulato escuro, produto de pais mulatos com pretas ou de mulatas escuras com pretos, ao médio com traços europeus, descendente de

¹⁴ Amaral, Ilídio, 1964, Lisboa, p.19

¹⁵ Revista Oceanos ° 5, p.71, 1990, “Em princípio Cabo Verde quatrocentista não atraia camponeses europeus. Até 1466 a ilha de Santiago, como as demais, encontrava-se muito escassamente habitada”.

¹⁶ Carreira, Antonio Cabo Verde, pp.135-136

¹⁷ Pereira, Jorge Morbey Ferro Ramos, Lisboa, 1967, p.17

¹⁸ Santos, Albuquerque, Luís & Maria Emília Madeira, 1 p.12, 1991, Lisboa, Praia.

*brancos com pretas ou mulatas, ou de mulatos de segunda ou terceira geração entre si, e ainda de união de brancos por atavismo*¹⁹

As ilhas têm a sua formação étnica de povos brancos e negros, no entanto o substrato da ilha de Santiago é o mais africano de todas as ilhas. O santiagoense conserva muito mais as características da matriz africana do que os povos das outras ilhas. Isto é notório entre eles.

Ainda no século XXI, quando as estruturas e instituições que pressupomos ser um período mais acessível a recolha de informações, no âmbito da pesquisa entende que até então não foi manifestado interesses de diversas ordens para dar conta do nó embrionário na génese da existência de povos ocupantes no arquipélago de Cabo Verde. Ao longo da investigação, as controvérsias apresentadas mantêm seu curso, persiste a ausência de documentação que confirme a instalação acerca da origem de vidas ocupantes no arquipélago antes dos portugueses.

Historicamente o arquipélago desde o século XVI conviva com flagelos da fome e da seca por longos períodos. António Carreira nos apresenta quadro dantesco acerca da calamidade vivida pelos cabo-verdianos nos anos de 1580 a 1583.²⁰

*“ O fenómeno é de extrema complexidade. Nuvens são água. Elas pairam errantes, fugidias, ingratas, em nossos céus gloriosos. Porque será que não chove durante anos, – longas estiagens –, e um dia lá chega em que as chuvas voltam a cair mais ou menos abundantes?”*²¹

Ainda sobre grande inimigos que “aportaram” em Cabo Verde, sobretudo na ilha de Santiago, Daniel Pereira diz que a administração pública, ou seja o regime

¹⁹ Cadernos Coloniais – nº 56, p.45

²⁰ Carreira, António, Lisboa, p.17

²¹ Boletim Cultural de Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação, 1959 – 1950, Ano I, Nº 2, p.19.

socioeconómico da escravatura que imperou durante séculos figura também como inimigo assim como a própria natureza.²²

Em torno da investigação, percebemos que a abertura de trabalhos nas obras públicas era a tentativa que os Governadores-gerais tinham para poder diminuir a fome não somente no arquipélago, mas principalmente na sua principal ilha, a ilha de Santiago. O foco de nossa pesquisa é o património, contudo o património para ser ainda mais valorizado na história de sua existência, deve-se se conhecer parte da história do seu nascimento bem como as circunstâncias de sua evolução ou parte desta.

As constantes cujo agravamento vinha desde os princípios do século XVIII, crises económicas que desafiava o arquipélago, bem como a miséria que reinava por conta das terríveis secas,²³ podem ter sido uns factores determinantes para que as obras públicas fossem de interesse e utilizadas como um instrumento de contratação de pessoal para trabalhar na construção de edifícios.

No ano de 1878, o Governador-geral²⁴ informa sobre o estado da província, na transcrição nota-se o desempenho e a economia de subsistência que havia no arquipélago ainda do século XIX.

“ Tenho a honra de participar a V.Ex^a que o socego publico da província não tem sido alterado, que é regular o estado sanitário da província é soffrivel o alimentício”

Continuam morosamente os trabalhos agrícolas, e se bem que no interior d’esta ilha e em algumas do arquipélago tem chovido regularmente, começa a fazer-se sentir a falta de chuvas no litoral d’esta ilha e na ilha Brava, o que tem contribuído para tornar mais difficil o estado alimentício, por começar a faltar o pasto para o gado, que por este motivo tem principiado a internar.

²² Pereira, Daniel, 1986, Praia, p.25.

²³ Lopes Filho fala que o agravamento da crise em Cabo Verde começa por disputas internas entre igreja e estado, bem como a queda no comércio de escravos. Lopes, Filho, Praia, 2003.

²⁴ Governador-geral de Cabo Verde empossado em 13 de Junho de 1878 – Antonio do Nascimento Pereira de Sampaio – Listas Cronológicas dos Governadores do Ultramar Português - Arquivo Histórico Ultramarino – Elementos Formativos

O comercio continua paralisado e assim continuará até que passada a presente quadra, comece a affluir a semente da purgueira para exportação. Até lá assentar-se-hão os rendimentos do estado, como sucede sempre na epocha da chuva” ²⁵

Dada a crise, as obras públicas continuam a ser o grande empregador para sanar a fome na ilha. Em documento do gabinete do governador-geral, na transcrição:

“ Satisfazendo ao que por V.Exa me foi ordenado em telegrama de 15 de mês findo, passo a dar conta das obras autorizadas com o fim de proporcionar trabalho aos, durante a actual crise alimentícia nesta província. Na ilha de Santiago, a mais populosa e importante, estão autorizadas as obras que constam no mappa que envio, junto.” ²⁶

1.2 Leituras do passado, formas de organização social: a questão da mestiçagem

A evolução da ilustração no século XIX fez do bilhete-postal um meio de comunicação e referência para diversos tipos de registo. Como parte do *corpus* documental de nossa pesquisa sobre a Ilha de Santiago, o bilhete-postal apresenta em seu conjunto iconográfico: edifícios, costumes e modo de viver do povo cabo-verdiano. São postais da primeira metade do século XX. No entanto, no que diz respeito a temporalidade as edificações foram construídas no final do século XIX.

Portugal, antiga metrópole colonizadora contribuiu decisivamente para o processo de construção da cultura e identidade de suas antigas colónias, deste ponto, notamos amplo universo que Portugal, enquanto agente colonizador propagou em seu domínio territorial a difusão do catolicismo, fundamentou o seu direito sobre a terra e os

²⁵ AHU – SEMU – DGU – 3R – CAIXA 164 – Obras públicas – Cópias dos orçamentos do quartel-militar e da cadeia (1879) doc. N° 227 – 1ª repartição.

²⁶ AHU – SEMU – DGU – 3R – CAIXA 170 – Obras públicas da província de Cabo Verde – N° 23 – 1898 – N° A 27

povos com as suas missões evangelizadoras na tentativa de dar a estes povos sua característica principalmente no cenário da religiosidade e que insere nos domínios das colónias, igrejas em detrimento aos principais elementos da religiosidade africana.

O património artístico existente em território africano, principalmente o arquitectónico, além de possuir traços da arquitectura colonial que referênciam o estilo transportado de um lugar-comum, neste caso, Portugal, também apresenta característica e identidade local, não somente no que refere ao património construído, mas também ao património traduzido em costumes. Com esta premissa, faz-se necessária para reflexão a valorização da memória de gerações que mantêm este património vivo, não atende somente ao aspecto arquitectónico, e um diálogo importante para manter a comunicação entre as culturas, e não somente o que figura ser um instrumento indispensável para afirmar a manutenção da paz e da união no mundo, mas também no traço de mestiçagem da formação de novos territórios.

Em cada colónia, uma marca, um registo, e em cada marca um aspecto de identidade que mais corresponde com a expressão portuguesa conforme assegura o arquitecto português Fernando Batalha:

*“No seu movimento de expansão pelo mundo os portugueses levaram consigo o seu sangue e a sua alma, semeando-os por diversas partes e com eles espalhando os seus costumes e sentimentos”.*²⁷

É um pensar de difusão não somente no âmbito da religiosidade quando o português em seus domínios levou o catolicismo, mas no tocante, notamos que a marca portuguesa tem presença marcante no traço urbano e arquitectónico.²⁸

²⁷ Batalha, Fernando, 2006, p.50

²⁸ Batalha, Fernando, 2006, p.50 “Se na Arquitectura portuguesa se encontram muitas sugestões de países distantes, também nos lugares onde os portugueses se fixaram ou por onde passaram estão impregnados de formas arquitectónicas que o seu espírito modelou, com características diferenciadas que atestam a sua origem e que confirmam um sentimento tradicional que a distância e o tempo não apagaram.”

1.3 Cultura da Ilha de Santiago

Para a arqueóloga Vanessa dos Reis Freire:²⁹ salvaguarda e protecção, também é de responsabilidade da sociedade civil. A vontade política e colaboração da população são premissas inerentes ao resultado das acções.

O património é muito mais que um testemunho do passado, ele é também um retrato do presente, onde a preservação e memória vão além das políticas públicas, mas sim de toda uma sociedade que engloba herança cultural e o fazer histórico desta sociedade.

Podemos conceituar ainda o Património como conjunto de bens que integram valores de ordem social, tais como o modo de criar, costume, fazer e viver. As obras, os documentos, os espaços destinados as manifestações artístico-culturais também constituem o património. Estes bens, tanto podem ser estáticos ou dinâmicos no contexto que estão inseridos.

Entende-se ainda por património o universo e conjunto de bens materiais e imateriais que validado por atributos particulares identifica-o como sendo responsável por mudanças de comportamentos, actuação política, social e cultural na sociedade.

Sobre algum ponto de vista, não houve preocupação portuguesa de formar actores e personagens para preservar bens com traço português, mas que pertence ao povo Santiago, e se denomina arquitectura colonial. Para a arqueóloga Verónica Freire,³⁰ os bens culturais nunca beneficiaram da atenção das autoridades coloniais portuguesas,

²⁹ Freire, Verónica dos Reis, faz referência a questão de valorizar o património por mais simples que possa ser, ele retrata história e a necessidade de preservar cabe não somente às autoridades, mas a sociedade também é responsável pela preservação da memória e história. (Set. 1997, nº 1, p.19)

³⁰ Freire, Verónica dos Reis, (Set. 1993) p.65

“apenas na década de 60, por ocasião das comemorações do quinto centenário da descoberta do arquipélago, houve uma certa preocupação em relação a preservação em geral, e de alguns monumentos, em especial, situados na que foi a primeira capital de Cabo Verde, a CIDADE VELHA”

Abonamos que face as necessidades históricas, marcadas por situações da grave economia de base, tendo a carência do mais essencial que o homem possa sobreviver, teoricamente preservar seus bens patrimoniais, contudo não estava na ordem de suas prioridades em um momento da história. No entanto, nossa pesquisa não foca de forma centralizada o pós independência, interessa-nos ter como partida alguns edifícios construídos e representados que foram postados através do bilhete-postal postados na primeira metade do século XX e construídos no século XIX, e acreditamos que o passado, e a reafirmação da identidade cultural é uma das missões dos países quando se libertam de um período colonial. No caso dos habitantes da ilha de Santiago, percebemos que o século XX apresenta novo contexto na forma de saída dos habitantes desta ilha, principalmente quando existe o interesse em retornar e fazer com que o presente desenhe um passado menos opaco na projecção do seu património e reserve um futuro promissor de conhecida memória.

Os habitantes que hoje retornam a ilha de Santiago querem preservar não somente a cultura e os patrimónios existentes, mas também fazer com que este património tenha vida e representação para o mundo, caso como Cidade Velha que ao longo da trajectória a partir da década de 80 foi inventariada, com sinalização para no futuro ser património da humanidade.

Ao longo da investigação alguns documentos analisados, no que diz respeito aos edifícios da Igreja Matriz e Palácio do Governo, as autoridades levam a preocupação em construir por razões de cunho político, e estético, não apresentam por si nenhuma forma contextual de descaso com este património. Também observamos a situação paralela e

paradoxal na inquietação do próprio governo para construir ao invés de preservar, conservar e salvaguardar os edifícios existentes, visto que nas justificativas existe a saliência de que estando o bem em ruína, tal como a igreja Matriz, não houve solicitação para restaurar ao invés de construir uma nova igreja.

É uma preocupação que denota o interesse de quem governa e detém o poder em fazer que monumentos, edifícios históricos, paisagem natural espólio comum para gerações futuras assumam o papel interventor na formação, evolução, identidade e memória de uma sociedade. A preservação deste património possui agentes importantes para sobrevivência de bens materiais, imateriais, móveis e imóveis bem como manifestações tradicionais populares.

Cabo Verde tem uma história de miscigenação³¹ que não se limita ao campo da biologia no cruzamento de brancos e negros para dar origem ao mulato, mas a miscigenação em Cabo Verde ampara-se também no cruzamento de elementos culturais a partir de sua origem a constituição de dois elementos de um lado o português europeu, os primeiros a chegarem no arquipélago, do outro, o negro proveniente do litoral da Guiné, a união destes povos originou um povo miscigenado.³² Um miscigenação agradável e com consequências em cada parte de suas Ilhas, que podem ser percebidas na maneira de agir que reflectem na sua organização social, já que este homem crioulo que nasceu na Ilha de Santiago recebeu e se apropriou de legado cultural de culturas distintas. A mistura de raças, o aspecto de miscigenação enriquece laços que trazem novas formas de agir, pensar e comportar frente a matriz cultural. O resultado de tudo isto é transformado em expressões que metamorfoseiam em arte com dinâmicas

³¹ SILVA, Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique o conceito de miscigenação é muito mais amplo para definir, segundo estes autores o conceito de Miscigenação vai além da mistura de raças, do aspecto biológico ou ainda na mestiçagem cultural. “ A mestiçagem, o hibridismo e a dominação colonial misturavam diversas identidades...”Ver: Dicionário de conceitos históricos, pp.290-291

³² Ver: Lopes Filho que indica ser provável, e que talvez tenha sido o fula muçulmano, escravos trazidos do interior, mas a maioria seria de negros sudaneses. E acrescenta que neste processo de mestiçagem cabo-verdiana as influências de Portugal e do litoral da Guiné foram significativas na formação desta cultura. .p.118, Praia, 2003.

inovadoras que para uns pode ser primitivo face ao novo século, mas para outros é traço de identidade.

Embora a língua enquanto património não seja foco de nosso estudo, não dispensamos um parêntese para falar acerca deste património importante para todos os povos, no caso do cabo-verdiano o crioulo esta processa como um dos elementos do património e identidade cabo-verdiana. Além da língua crioulo ser um cariz identitário, existe na sociedade cabo-verdiana, nomeadamente na ilha de Santiago traços de originalidade que representam passado e forma de organização social que são características de um cruzamento híbrido. Apresentamos nestes traços originais: o pilão arcado e a mó de pedra metropolitana; o *batuque*, este sim, tratados por nós e um espectáculo da expressão artística de predominância feminina. Em muitos casos o *batuque* vem acompanhado com ferrinhos de Portugal.³³

O património faz parte da identidade de um povo, e neste semblante a identidade de um bem patrimonial atinge espaços que legitimam características e particularidades que o identificam como elemento de época, comportamento e ideias, servindo de referência em parte para ser sustentáculo da memória. E para ser parte da memória é necessário construir seja através da educação sistemática ou de instrumentos que garanta o desenvolvimento da consciência social proporcionando de modo especial para percepção de carácter histórico e da existência de estruturas sociais.

O património e a identidade se constroem através das estratégias e de actores sociais. E no que diz respeito ao povo cabo-verdiano, como qualquer outro povo, na sua

³³ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira , Rio de Janeiro, p. 289. “A linguagem dos primeiros povoadores brancos, que não devia ser castiça, foi naturalmente imposta e adoptada pelo povoador africano. Esta adopção suavizou e alterou ao longo dos tempos as palavras da nossa língua. De ouvi-las mal, e pela lei do menor esforço, já o africano as desfigurara aligeirando-as de desinências indicativas de variação, simplificação a gramática”

formação, uma de suas estratégias esta presente na língua. A língua oficial é a língua portuguesa, para Pereira³⁴:

“quando duas culturas, de diferente estágio de desenvolvimento, estão em contacto, impõe-se a língua do mais forte, do mais civilizado. Mas não no absoluto: o povo menos desenvolvido culturalmente perfilha a língua do outro, mas amoldando-a às suas tendências”.

A língua falada nacionalmente é o crioulo. A língua portuguesa, apesar de ser a língua oficial, em Cabo Verde passa a ser um factor secundário no processo de interesse e aprendizado deste povo. Para Teixeira de Sousa o crioulo é o português de 500.³⁵

A pobreza, a necessidade terras para cultivar, a ausência de trabalho, são alguns elementos responsáveis por também não fixar o homem na Ilha de Santiago, a mais importante de todas as ilhas do arquipélago. Por conta do argumento social não coube ao homem cabo-verdiano o pensar e agir na salvaguarda de parte de sua história patrimonial. Por outro lado, a reescrita desta memória, apresenta hoje a riqueza que estes homens saídos de seu domicílio proporcionaram a construção de ricos patrimónios de reconhecimento para toda humanidade.

As memórias de homens e mulheres de Cabo Verde estão além da paisagem marítima, ou de fortalezas que cercam o arquipélago. Estas memórias trazem traços da identidade cabo-verdiana de ser. É uma memória que não somente reconhece e identifica, mas que também agregam valores que se comunicam através de recursos iconográficos, e constitui o estado de evolução, da arquitectura civil, militar e religiosa em sua polaridade abrange no nosso caso a salvaguarda do património, o exercício de cidadania pela vida e história da própria humanidade.

³⁴ Pereira, Jorge Morbey Ferro Ramos p.51

³⁵ Sousa, Teixeira de – Porto – Novembro de 1954 n°s 108 e 109 – 1958 – p.21 “ O crioulo, morfologicamente é o português de 500, cuja gramática se simplificou em contacto com a língua dos afro-negros trazidos para o povoamento da colónia. A sua difusão por todas as camadas das populações das ilhas, explica-se pelo fenómeno de transculturação, a que o factor económico também não foi alheio”

Contudo, o mais importante neste processo de comunicação é assegurar o conhecimento do património cabo-verdiano para que crie entre a comunidade local o que de facto serve para salvaguarda: a conscientização. Sua eficiência faz-se por estabelecer uma cultura de respeito à multiplicidade entre os sujeitos, povos e nações, cujas condições se constituam na mutualidade e reconhecimento da lógica do outro, com suas diferenças nos campos económico, político, ideológico que configuram premissas de grande impacto nas gestões públicas culturais.

Visto ser um exercício da cidadania que passa por eixos temáticos, a preservação do património é uma necessidade que deve ser passada não somente pela motivação da opinião pública, mas também ser repassada através da educação, informação e civilidade; elementos importantes na sociedade moderna. Porém, muitas sociedades e civilizações em prol do desenvolvimento abate o passado, fragiliza o presente e não cria esperança para um futuro. O que se perde com a desvalorização de uma obra ou de um património? Perde-se a identidade, cria-se uma sociedade focada em conjectura, com uma história patrimonial desmemoriada onde muitas vezes só a investigação e base arqueológicas podem auxiliar na investigação da vida que tinha aquele património e o que ele poderia ter significado e sua contribuição na história local. Perde-se a história, perde-se o passado, o presente e a construção do futuro, estanca-se o desenvolvimento de parte da cultural.

É necessário e importante a salvaguarda, e valorização da educação patrimonial, de maneira que não haja morte e nem quebra o elo entre as gerações e a memória da cultura visto que a investigação histórica, conta, revela e de alguma forma reflecte na sociedade. É tão importante preservar o bem para que no presente os questionamento não se prendam ao que é necessário fazer para que o futuro não fique sem história e que

a acção humana venha intervir no processo de preservação da memória, seja de seleccionando o que guardar e o que deixar de lado ou destruir ou ainda exercendo papel civilizador e de referência das sociedades.

Preservar, valorizar, organizar, salvaguardar são verbos combinados com acções de grande impacto. Intrinsecamente, uma nação não se constrói sem pessoas, e sem pessoas não pode haver memória colectiva.³⁶ O património está presente em diversas instâncias. Para resgatar parte ou o todo da memória, servimo-nos de vários suportes, entre eles: o bilhete-postal e a fotografia auxiliam nos registos da memória.³⁷

No que se refere património imaterial, como tradição e cultura de um povo, o cabo-verdiano tem em seus usos e costumes, circunstâncias que caracterizam e traduzem o seu modo de viver. Agir para que haja mais uma consciência do património artístico, arquitectónico e cultural em Santiago é um instrumento fomentador da valorização do património da ilha de Santiago.

Capítulo II – Património da Ilha de Santiago e suas representações

2.1 O registo, e a memória dos patrimónios construídos e do social

Estamos convencidos que Cabo Verde no domínio da praxe técnica de conservar e restaurar seu património está aquém das suas possibilidades, é uma situação que não corresponde a um atraso nem do ponto de vista substancial e nem tão pouco um atraso generalizado. É compreensível visto que Cabo Verde passa a ser uma nação

³⁶ SILVA, Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique, para estes autores, a memória colectiva fundamenta a própria identidade do grupo ou comunidade...” Ver: Dicionário de conceitos históricos, p.276

³⁷ Boris Kossoy em História & Fotografia, pp. 27-28 diz que o mundo tornou-se um portátil ilustrado a partir da fotografia. Como documento fotográfico, Boris assinala ainda que as imagens produzidas a partir de 1840 têm preservado a memória visual de inúmeros fragmentos do mundo...as imagens são documentos para a história, “cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações...”

independente no século XX, e sem auxílio dirigido estrutural de imediato para intervir na problemática, e não perder o foco de elementos patrimoniais tendo em vista o que pode acontecer a sociedade com sua degradação e perda. Desta forma, é relevante não apenas usufruir do registo e manutenção da memória, bem como a garantia de sobrevivência do património.

Os arquivos documentais constituem não só meios para conhecer, registar e compreender o valor do património, mas também estes são encarregados da tarefa depositária de elevar o bem seja ele em que ordem de importância. Para entender o valor de um património, é necessário consultar fontes primárias da história para consolidar ainda mais o património em questão. Em consulta a fontes primárias da história e documentos que denotam parte da vida administrativa da Ilha de Santiago em finais do século XIX, entendemos que as obras públicas na ilha de Santiago eram de grande urgência e necessidade para administração.³⁸

Estas necessidades e urgências buscavam não somente ocupar a existência de espaços físicos, laboral e de certa forma social, mas também fazer com que o homem santiaguense modificasse e transformasse em produtos de suas relações o espaço urbano necessário para sedimentar patrimónios reconhecidos na actual conjuntura pela comunidade da ilha de Santiago, mas grande parte do património edificado, sócio cultural na comunidade académica ainda não estão estudados.

³⁸ AHU – SEMU – DGU – 3R – CAIXA 164 – Sala 12 – doc. Nº 113 – Obras Públicas de Cabo Verde – Contas de despesa e mapas de trabalhos 1881 – documento assinado pelo Governador-geral Antonio do Nascimento Pereira de Sampaio informando as obras que reza o officio de nº 36, datado de 27 de Janeiro de 1879, da 3ª repartição da Direção Geral do Ultramar. “Exigi da direção das obras públicas os precisos esclarecimentos que possam informar e indicar as obras a que se deve dar preferência...” o documento faz referência a igreja como sendo de grande necessidade a concluir dada a ausência de espaço “uma igreja na Cidade da Praia”, lembrar esta obra é um acto de justiça, e direi uma necessidade a remediar. A cidade da Praia, capital desta província tem apenas uma pequena ermida a que dá o nome pomposo de igreja, mas que a maior parte das vezes grande número doa fiéis que concorrem aos actos religiosos tem de ficar fora da igreja porque ela não tem espaço para os conter”

Os edifícios correspondem quase sempre a ser objecto de manobra para cristalizar símbolos. Dentre estes, a Igreja como instituição possui o templo como sendo um património um produto das relações do homem. Onde este homem dispõe, transforma naquilo que ao longo do tempo pode desempenhar diversos papéis na sociedade. No entanto, devemos estabelecer um nível de consciência social dos indivíduos, bem como fazer com que o poder público que é em grande parte gestor do património em quase toda ordem e que tem diferentes papéis de intervenção ao longo da história tenha responsabilidade. No caso de Cabo Verde, como em quase toda colónia a religião foi imposta de forma “violenta”³⁹ de maneira que a falta de respeito para com o habitante em poder fazer escolha não foi possível.

Arquitectura Religiosa

Igreja Matriz – Igreja Nossa Senhora da Graça



Fig. 1 - Bilhete-postal com imagem da igreja Matriz Nossa Senhora da Graça – Praia em fase de construção – Arquivo Histórico Ultramarino.

³⁹ GRACIAS, João Baptista Amâncio, Cabo Verde, 1922, p.79. “Enquanto os primeiros povoadores, vindos da metrópole, se esforçavam pela prosperidade agrícola da ilhas (...) com o auxílio de escravos, que eram uma verdadeira máquina de trabalho, funcionando não raras vezes com o chicote do patrão, - não descaram a meritória tarefa de varrer os cérebros desses ilhotas e da gente que nascia e crescia novas ideias de civilização e de trabalho que se inculcavam.(...) Por meio da religião, de que esses primeiros povoadores se fizeram desde logo os mais zelosos apóstolos e pregadores.”

A presença da igreja em Cabo Verde apareceu através dos missionários nos primeiros anos do povoamento, a partir de 1466. Até a criação das dioceses, os assuntos da igreja nos territórios ultramarinos estavam a cargo da Ordem de Cristo. A esta ordem eram apresentados os candidatos aos cargos eclesiásticos. A partir do povoamento, as missões marcaram o início da construção dos primeiros edifícios religiosos.

A nova igreja Matriz da cidade da Praia foi construída entre os períodos de 1894 a 1902. É uma igreja paroquial, não é propriedade de nenhuma ordem religiosa, pertence à Paróquia de Nossa Senhora da Graça. O bojo da representação vai desde o elemento simples, onde podemos ver o aspecto da arquitectura dita despretensiosa, ao traço da arquitectura de simples, vigor que nos apresenta sentimento de colectividade e configuração e um equilíbrio plástico.

Está situada em um local privilegiado mencionado na designação do projecto de construção a igreja deveria ser construída no meio do largo que defronta com a Praça Albuquerque, e que fica situado entre a rua do Lencastre e a rua do Corvo.



Praça Alexandre Albuquerque - A igreja Nossa Senhora da Graça localizada na praça designada no seu planeamento próximo a Câmara Municipal. Arquivo Histórico Ultramarino Postal Colecção João Loureiro.

Foi construída no governo de Alexandre Alberto da Rocha Serpa Pinto⁴⁰, e concluída no governo de Arnaldo de Novais Guedes Rebelo⁴¹. A Igreja Nossa Senhora da Graça foi assim abençoada e inaugurada no dia 15 de Agosto de 1902, com um cortejo religioso, saindo da Igreja velha e tendo a imagem da Nossa Senhora da Graça, a padroeira da paróquia, uma escultura do século XVIII.⁴² Tendo sido comemorado seu 1º centenário em 15 de Agosto do ano de 2002.

Para o povo da ilha de Santiago, católico por envergadura da colonização,⁴³ visto que os portugueses levaram a instituição católica para ilha,⁴⁴ a Igreja Matriz da cidade da Praia ao longo do período, foi pretendida, planeada e edificada para ser o mais importante templo da cidade da Praia.

Sobre o estado da igreja anterior a esta, a portaria de nº 131⁴⁵ construída por volta de 1520⁴⁶, o documento indica o quanto é lastimável que haja na capital da província um só templo, e que este esteja longe de todas as formas em suas dimensões e características para atender e satisfazer as necessidades dos fiéis.

A nova igreja Matriz da cidade da Praia nasce sob a égide da modificação já no seu projecto. Consta que houve modificação na medição do terreno no primeiro projecto arquitectónico da Igreja Matriz da Cidade da Praia. Conforme a justificativa desta

⁴⁰ Governador-geral de Cabo Verde empossado em 20 de Janeiro de 1894 – Alexandre Alberto da Rocha Serpa Pinto – Listas Cronológicas dos Governadores do Ultramar Português - Arquivo Histórico Ultramarino – Elementos Formativos.

⁴¹ Governador-geral de Cabo Verde empossado em Julho de 1900 – Arnaldo de Novais Guedes Rebelo – Listas Cronológicas dos Governadores do Ultramar Português - Arquivo Histórico Ultramarino – Elementos Formativos

⁴² Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde – 1952, nº 32, Maio – 1952, p.6

⁴³ Cerrone, Frederico, 1983, p.10

⁴⁴ Ver: LOBO, Pedro de Sousa, Claridade, nº9, dezembro de 1949, p.65, “Ali, as relações entre senhor e escravo, que devido ao Cristianismo e ao seu lema de “amor ao próximo” (...)

⁴⁵ Boletim Oficial do Governo-geral da Província de Cabo Verde, 28 de Maio de 1870.

⁴⁶ Ver: Nascimento, Judite E. Medina, “O crescimento urbano e estrutura funcional da cidade da Praia, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004, p.41.

alteração em documento do AHU.⁴⁷ O que podemos considerar como sendo um marco importante a construção deste edifício.

O documento de 10 de Abril de 1891,⁴⁸ o Governador-geral⁴⁹ da província envia cópia do projecto da Igreja Matriz da cidade da Praia onde solicita aprovação e informa que exista alterações com relação ao projecto anterior:

“Tendo-se reconhecido a necessidade de se fazerem algumas pequenas modificações no projecto da igreja matriz desta cidade, já que em tempo remetido para essa secretaria de estado e a que são referentes os ofícios deste governador-geral nº 29 de 24 de Fevereiro de 1887 e 63 de 29 de Abril do ano próximo findo, aquele esquecido por um dos meus antecessores, e este já por mim, venho apresentar à consideração de V. Exa. para que se digne dar-lhe a sua aprovação a inclusa nova cópia do referido projeto, em que estão consignadas as devidas modificações, as que em pouco alteram o preço do primeiro orçamento.

Permita V. Exa que eu chame de novo a sua mui especial atenção para a exposição que fiz no segundo dos dois citados ofícios, a respeito do lastimoso estado da igreja matriz desta capital, e que solicito com muita insistência a necessária autorização para que se construir uma outra, segundo o projeto que tenho a honra de enviar a V. Exa, caso seja aprovado, a fim de que em breve possa haver um templo em que decentemente se celebrem todas as solenidades religiosas.

Acompanhando o projeto a que me refiro, envio igualmente a V. Exa um novo caderno de bases e composição de peças, por ter sido preciso alterar as de

⁴⁷ AHU – SEMU – DGU – 3R – Caixa 169 – Sala 12 - Pasta 1893- nº 23 obras públicas – Justificativa de alteração no projecto da Igreja Matriz “ Reconhecendo-se ter havido um pequeno engano na medição do comprimento do largo escolhido para a construção da nova igreja matriz desta cidade, deixou por isso a sua face posterior de ficar no alinhamento das edificações que limitam a rua do Corvo pelo lado norte, circunstancia esta que nos levou a fazer uma pequena alteração na respectiva planta, avançando para este fim a torre da igreja 2.30m até a linha da referida edificação de que resulta ficar a capela-mor com maior comprimento”

⁴⁸ AHU – SEMU – DGU – 3R – Caixa 169 – Sala 12 - Pasta 1893- nº 23 obras públicas

⁴⁹ Governador-geral de Cabo Verde empossado em 04 de Fevereiro de 1890 – José Guedes Brandão de Melo – Listas Cronológicas dos Governadores do Ultramar Português - Arquivo Histórico Ultramarino – Elementos Formativos.

algumas unidades de trabalho, em harmonia com as modificações realizadas e com a diferença de custo de alguns materiais. Todos estes trabalhos foram elaborados pela direção de obras públicas.

Governador-geral da cidade da Praia, 10 de Abril de 1891

Ao Ilmo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar”

A importância do orçamento foi na ordem de 28:100\$000 reis.

Manuel Lucas de Senna nos apresenta um quadro da situação do aspecto e estado dos edifícios da igreja no arquipélago de Cabo Verde no período de 1818 em que temos a percepção do estado da igreja no início do século XIX, o autor diz que sobretudo no interior da igreja não ostentava a mais singela e simples riqueza da arte sacra predominante nos edifícios religiosos do catolicismo.⁵⁰

O mapa dos trabalhos executados do mês de Junho de 1886 indica que os serviços para construção da igreja matriz foram iniciados em 28 de Maio do mesmo ano.⁵¹ No entanto, o Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde, de nº 32,⁵² no ano das comemorações do cinquentenário da igreja Matriz, indica que os trabalhos foram iniciados no de 1894 e seu término no ano de 1902. Sendo assim, de acordo com

⁵⁰ Senna, Manuel Lucas de, pp.100 - 101 – “ Das mais freguesias e capelas, que há, não tenho pejo[de] falar delas, até me causa confusão e espanto ver e saber, que celebram os Santos Sacrifícios em umas casas das quais e pode antes de fazer conceito de palheiros e cabanas de gado, que de igrejas!.Estas igrejas, e capelas conhecem-se que são unicamente (e é preciso reparar bem) pelas cruces que no alto do sabe o que é. Todas toscas por fora e por dentro, as mais delas sem campanários porque também não têm sino. Se alguma tem sua campanita, está pendurada em tres paus à moda de cabria. Eu julgo algumas estarem em estado de avisar o povo para missa como na mourama chamam para a oração por uma corneta. ...Lâmpadas não as há! Por conseguinte, luz nem de dia e nem de noite. Apenas quando se diz missa acendem duas torcidas que passaram por calda de cera amarela e muito suja que mete nojo, parâmetros não há senão um já muito antigo, e com este se dizem todas as missas. E para diferenciar as cores dos dias têm então os cinco véus de cobrir o cálice, porque esta despesa depende só d cinco bocados de tafetá; às vezes sagradas como é indispensável serem de prata há uma de cada sorte ao uso; os mais utensílios á o mesmo número e muito ordinários e todos estes perativos (sic), é preciso que o pároco logo acabe de dizer missa leve tudo para sua casa porque há tal igreja nem portas tem. Algumas imagens que nelas há são muito antigas e já carcomidas, não há, levam-nos à igreja em manta, **padiolas**, ou **escadas**. Irmandades não sabem o que isso é. Afinal como não há religião não cuidam [d]aquelas coisas que a fazem avivar, pelas quais lembram os pontos de fé, que neste caso é a caridade.

⁵¹ AHU – SEMU – DGU – 3R – CAIXA 166 – nº 28 – Direcção das Obras Publicas de Cabo Verde – ilha de Santiago – 1ª secção – mapa de trabalhos durante o mês de Junho de 1886.

⁵² Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde – 1952, nº 32, Maio – 1952, p.6

o Boletim de nº 32 a igreja alongou oito anos para ser entregue aos fiéis da cidade da Praia.

Como dissemos, houve alteração no projecto da Igreja Nossa Senhora da Graça, e antes porém de realizar a modificação indicada, a nova igreja ficava com maior capacidade do que a antiga, desta feita com as novas dimensões, segundo documentos localizados em caixas provenientes das obras públicas de Cabo Verde no AHU, esta ficaria no corpo central de 148,800m² na capela-mor 80.800m² e no coro 30,00m², com estas novas dimensões e limitações o comprimento tivera de ser forçadamente limitado pelo lado norte, pelas edificações da rua Lencastre e rua do Quartel-general, e pelo sul pelas ruas do Corvo, assim descreve o documento da caixa 169 das obras públicas de Cabo Verde, o que pode ser examinado através da planta em anexo.⁵³

Estas novas dimensões não podiam igualmente dar-lhe maior largura, atendendo a circunstância de ter de deixar-se o espaço preciso para as duas ruas e que não ficassem demasiadamente estreitas para o lado da Praça Albuquerque, sendo assim daria maior visibilidade ao edifício religioso, e isto é importante uma praça, uma igreja, dá evidência e importância ao edifício e a própria localidade.

Feita porém a alteração, mais algumas pequenas modificações oportunas e vantajosas realizar para mais embelezamento e regularidade da construção, tais alterações pouco modificaria o preço do seu primeiro orçamento. Quanto a isto, na maior brevidade do tempo, foi passado o projecto solicitando a aprovação do mesmo, cuja ênfase era que a actual igreja matriz estava em estado de adiantada ruína o que foi evidenciado através de vistoria da direcção de obras públicas. Em tempo que dada as circunstancias de se acharem já quase concluídos os alicerces da nova igreja em virtude

⁵³ Desenho 1 – Escala 1:1000, Planta de localização, AHU – SEMU – DGU – 3R – Caixa 169 – Sala 12 - Pasta 1893-nº 23 obras públicas

de uma subscrição feita entre os habitantes daquela capital com o fim de auxiliarem por este meio a construção do novo templo.

Conforme o projecto inicial, e as orientações da caixa 167 da direcção de obras públicas de Cabo Verde, na sua composição, a disposição apresentada no desenho com as principais dimensões, são de uma igreja em forma rectangular há uma capela-mor separada do corpo da igreja pelo arco do cruzeiro. Há quatro altares dispostos ao longo de duas teias laterais e de um coro colocado de forma superior a entrada, onde existe vão inferior dividido em três partes, dispostas em arcada para o lado do corpo da igreja, formando a central a entrada principal, e as laterais a capela do baptistério e a caixa da escada do coro. Pelo lado exterior da igreja, agregada as faces laterais, encontramos a sacristia, e casa do despacho, cujas faces menores pelo lado sul, ficam no alinhamento da face posterior da igreja. Ao meio, encontramos a torre dos sinos ligada a mesma face por paredes laterais que formam o altar-mor. Passamos para o outro lado da torre e observamos dois pequenos jardins que fecham o despacho compreendido entre as faces laterais e o prolongamento da sacristia a casa do despacho. Todas estas informações estão dispostas através da planta em anexo.⁵⁴

O primeiro projecto proposto, as indicações registadas nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino Igreja Matriz, em continuidade a caixa 167, sala 12, nos apresentam a previsão de que sua planta era de forma rectangular, o que demonstra manutenção do aspecto. Neste projecto a capela-mor estava separada do corpo da igreja pelo arco do cruzeiro, na indicação do documento isto corresponde a 2.50m altura dos pés direitos 6.0m de 4 altares dispostos ao longo de duas teias laterais e de um coro com medida de 12.00m x 3.00 m, colocado superiormente a entrada com vão inferior

⁵⁴ Desenhos 2 e 3. Desenho 2 - Planta da Igreja Matriz da Cidade da Praia com nova disposição interior. Desenho 3 – Alçadas das fachadas: principal e lateral. Ambos na escala: 1:100 – AHU – SEMU – DGU – 3R – Caixa 169 – Sala 12 - Pasta 1893- n° 23 obras públicas.

dividido em 3 partes, dispostas em arcada para o lado do corpo da igreja, formando a central a entrada principal, e as laterais a capela do baptistério medindo 3.90m x 3.00m, e a caixa da escada do coro.

Na extensa leitura da documentação contidas nas caixas 167 e 169 SEMU, DGU, 3R sala 12 do AHU, cujo conteúdo verificado trata do projecto de proposição e alteração do planeamento daquela que viria ser a igreja Matriz da cidade da Praia. Para a caixa 169, a designação e descrição sobre as cantarias, paredes exteriores da igreja, torre, sacristia e casa de despacho, estas seriam guarnecidas por um soco, de cantaria escodada de 1.20 m de altura e 0.15 de espessura, sendo que a cimalha que garante as paredes exteriores da igreja e torre também é de cantaria, bem como o frontão romano triangular que coroa a face principal. Para economia de construção, as cantarias são de Pero Pinheiro,⁵⁵ na face principal e posterior da igreja e nas de faces da torre, o nome de Pêro Pinheiro está associado à indústria dos mármore há mais de dois séculos, Pinheiro tinha as grandes fábricas de cantaria de Pêro Pinheiro. Tratamos de colocar as medidas expressas nos documentos por entendermos que nosso foco é a génese, a fase embrionária no contexto do planeamento do património aqui tratado.

O material utilizado para as guarnições exteriores das portas e janelas, portas do baptistério, escada do coro, as da sacristia e casa de despacho para o lado da capela-mor são de cantaria de Pero Pinheiro. São igualmente de cantaria os degraus que dão acesso a capela-mor, as sub pedaneo. Conforme o projecto de solicitação para construção da nova igreja, o pavimento de entrada da igreja inferior ao coro, o da capela do baptistério, o da caixa da escada do coro e o da torre, será de lajedo ordinário.

⁵⁵ C.f <http://www.cienciaviva.pt/veraocv/geologia/geo2002/materiais/geo13.PDF>

O tecto da igreja é de esteira lisa com a forma abaulada, sendo que o tecto da casa despacho, arrecadação e arquivo, será de esteira sobre posto com abas, tendo o pé direito de 4.70m.

No que diz respeito as paredes desta igreja, no projecto a informação do reboco e guarnecimento, tanto as paredes exterior e interior são rebocadas, sendo que no exterior da igreja ela será guarnecida a cal branca. Para as paredes da sacristia, casa de despacho e torre, também serão embuçadas, rebocadas e guarnecidas no seu interior e exterior. As pilastras que guarnecem a igreja deverão ficar ter uma maior saliência de 0.25m sobre as paredes, e os pedestais com aos relevos correspondentes as suas respectivas molduras.

O interior da igreja é todo estucado, com o emprego de molduras rectas e curvas nas paredes laterais, no altar-mor, arco do cruzeiro, fundo do coro, pilastras, capitel do baptistério e sacristia, todos igualmente estucados com molduras rectas e curvas. São as indicações procedentes dos documentos das caixas correspondentes ao projecto para construção da igreja Matriz Nossa Senhora da Graça da cidade da Praia, ilha de Santiago.

A ornamentação da igreja, mantida em conformidade com o primeiro projecto, consta que em seu interior, as paredes do corpo da igreja e da capela-mor foram rematadas por uma cimalha de alvenaria de tijolo e ornado por pilastras assentadas sobre pedestais com as seguintes disposições:

“na arcada que forma o vão inferior do coro, os pés direitos serão guarnecidos para o lado do corpo da igreja por 4 pilastras Toscanas, assentes sobre

*pedestais, sendo os respectivos capiteis coroados por uma cornija de 0,30m x 0,30 m de alvenaria de tijolo, sobre o qual assente a balaustrada do coro”.*⁵⁶

As portas, como todo edifício da arquitectura religiosa, há um cuidado na sua representação de maneira que esta por estar sempre como acesso de entrada há toda preocupação na sua exposição e qualidade, cuja exigência é que seja de uma espécie de madeira⁵⁷

*“As portas serão todas de dois batentes engradados e almofadados, exceptuando as portas interiores do arquivo e arrecadação da sacristia e casa de despacho, que serão somente engradadas, devendo as tábuas ser de pitch-pine tendo a espessura de 0,05m nas portas exteriores e de 0,036m nas interiores”*⁵⁸

As grades que guarnecem os vãos interiores das janelas do baptistério e da caixa da escada do coro, e as das portas, para o lado do corpo da igreja, bem como as vedações das teias e balaustrada do coro, no documento indicam que elas são de ferro fundido com florões de ferro forjado.

No que se refere a pintura:

*“As pinturas serão de tinta a óleo a 3 demãos, segundo as cores que se acham designadas no respectivo caderno de medição, devendo o tecto da igreja ser pintado com ornamentos por pintores de Lisboa”*⁵⁹.

Consta no projecto a exigência para pintar o tecto da igreja deveriam ser pintores vindos de Lisboa. Tivemos dificuldade em encontrar nomes destes artistas, no entanto o

⁵⁶ AHU – SEMU – DGU – 3R – Caixa 167 – Sala 12, Direção das Obras Públicas, Projecto e orçamento para construção de uma nova Igreja Matriz na cidade da Praia, Ilha de S. Thiago – 1887

⁵⁷ “O pitch pine (Pinus rígida) é um “pinus” de alta durabilidade e alto teor de resina com características físicas que o diferenciam de todos os outros. Utilizado ancestralmente na construção civil e naval, é comum na carpintaria de Lisboa. Aparece principalmente quando é necessária uma superfície de madeira de alta resistência ao desgaste. Por isso é comum em degraus de escadas, soalhos, etc. Quando em soalho, destaca-se também pela sua beleza, com cor de pêssego e veio intenso. Com uma alta estabilidade, comum aos soalhos de madeira antiga, o soalho em pitch pine é considerado o mais belo e mais resistente soalho da nossa carpintaria tradicional. É ainda o mais raro e logo o mais valioso. <http://www.jorgeleao.com/soalhos.html>

⁵⁸ AHU – SEMU – DGU – 3R – Caixa 169 – Sala 12 - Pasta 1893- nº 23 obras públicas.

⁵⁹ Idem.

Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde de Maio do ano de 1952,⁶⁰ regista que no canteiro de construção trabalhou um “degradado” sendo de sua autoria os dois nichos que estão ao lado do altar-mor, assim como todos os altos-relevos que ornamentam o mesmo altar. Chamava-se este artista Manuel Ramones, o que leva a crer que sua origem seja espanhola, mais conhecidamente como Manuel Romão ou Mestre Romão. O mestre Romão foi o condutor responsável que escreveu o nome de vários artistas e trabalhadores em pergaminho com iluminuras, e as colocou dentro de uma das almofadas da porta principal da Igreja.

As informações aqui descritas estão expressas no primeiro projecto para construção da Igreja Matriz, AHU- SEMU DGU 3R CX 167- pasta 1887 n° 23 obras públicas de Cabo Verde, doc n° 29 com os desenhos: 1,2, 3, 4, 6 e 7.

A Igreja Matriz da cidade da Praia teve seu projecto orçamentário aprovado no governo de João Cesário de Lacerda⁶¹, através do artigo 16° do decreto de 23 de dezembro de 1880 apresentado pela Direcção de Obras Públicas para construção da Igreja Matriz da Cidade da Praia, na ilha de S.Thiago, com importância de 27.700\$000 réis.

Visto ser a cidade da Praia a cidade mais importante do arquipélago, havia várias justificativas para construção da nova igreja matriz, e entre estas justificativas de ordem oficial figura uma que implicava na aquisição de um terreno pelo Governo-geral de Cabo Verde, no Largo de Albuquerque, à agência do Banco Nacional Ultramarino da cidade da Praia, para fim de construção de uma nova igreja.

⁶⁰ Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde – 1952, n° 32, Maio – 1952, p.6

⁶¹ Governador-geral de Cabo Verde empossado em 03 de Julho de 1886 – João Cesário de Lacerda – Listas Cronológicas dos Governadores do Ultramar Português - Arquivo Histórico Ultramarino – Elementos Formativos

A Igreja Matriz da cidade da Praia foi desenhada pelo desenhador Nazolino de Azevedo e teve como arquitecto o Dr. Frederico Augusto Torres. Sobre este arquitecto, nossa análise esteve focada nas caixas do AHU proveniente das obras públicas, constatamos que os desenhos do período haviam sido planeados pelo arquitecto Dr. Frederico Augusto, o mesmo que arquitectou a igreja Nossa Senhora da Graça. Sendo assim, é provável que o mesmo tenha sido o arquitecto da Residência para os governadores-gerais de Cabo Verde.

A igreja de forma rectangular tem a sua composição base uma capela-mor separada do corpus da igreja pelo arco do cruzeiro de seis altares dispostos ao longo de duas teias laterais e de um coro colocado presumidamente na entrada da igreja, tendo a um dos lados da referida entrada, a capela de baptistério, e da outra a escada que dá entrada a este mesmo coro. O telhado da igreja é de quatro águas, a telha é Marselha, sendo que a cobertura da sacristia e casa de despacho é só com uma só água e de telha de Marselha.

Em nossos anexo a fotografia ilustra o bem esta parte do interior da igreja onde podemos ver o inferior do coro dividido entre as partes as quais a central forma a entrada da igreja, e as laterais a capela do baptistério a caixa da escada que dá acesso ao mesmo coro forma uma arcada cujo pés de diâmetro para o lado da igreja, e são guarnecidas a mesma por pilastras da ordem toscana com pedestais superiormente aos capiteis das colunas, onde ocorre um entablamento da mesma ordem, e termina com um corrimão.

O forro da igreja da igreja é descrito como sendo de esteira lisa, de casquinha, sendo o mesmo tipo de forro para sacristia e casa de despacho, sendo estes, a esteira sobreposta com abas. No entanto, as informações registadas indicam ainda que o forro

da sacristia e casa do despacho no seu projecto é pintado de branco a óleo, as guarnições de cor cinzenta, as portas e torres da igreja, as da sacristia, casa do despacho e a da torre. As portas exteriores da igreja da sacristia e casa do despacho são de 2 batentes engradadas e almofadas, tendo a porta da torre um só batente, e as da sacristia e capela-mor serão igualmente engradadas e almofadadas e de 2 batentes.

A Igreja Matriz de Cabo Verde, ou Igreja Nossa Senhora da Graça, foi solicitada através da carta da Secretaria do Governo Eclesiástico de Cabo Verde, série de 1886, nº 66. Na transcrição da carta, a autoridade eclesiástica solicita um templo capaz e decente para celebração das funções religiosas, de forma obrigatória o termo de justificação para implantação do templo.⁶²

Em continuidade na justificativa, o bispo de Cabo Verde em visita pelo arquipélago declara na sua solicitação como sendo um dos motivos para construção de uma nova Igreja era que a Igreja de Nossa Senhora da Graça era o único templo que havia na cidade. Em conformidade com o teor do documento, o que foi exposto era que a:

“igreja esta era acanhada em suas dimensões, ordinária no sentido arquitectónico, desprovida de ornamentação, insuficiente para atender a demanda da cidade e imprópria para capital da província”.

⁶² AHU – SEMU – DGU – 3R – CAIXA 167 – carta da Secretaria do Governo Eclesiástico de Cabo Verde, série de 1886, nº 66. “Tenho a honra de apresentar a V. Ex.^a o relatório da minha visita pastoral às Igrejas da Ilha de S. Thiago. Por este documento conhecerá parte desta diocese que, sendo a mais importante deste bispado, é todavia, onde mais sensível se torna a falta de templos capazes e decentes para se celebrarem as funções religiosas. E, sendo certo que sem templo não pode sustentar a religião, e que sem esta não há civilização verdadeira nem progresso seguro e duradouro, parece-me da maior conveniência a pronta e eficaz soluções dos pedidos que tenho a honra de dirigir a V.Ex.^a, os quais, apreciados como reclama o interesse moral e religioso dos povos confiados no meu zelo pastoral e como convém a honrar a gloria da pátria, hão de, certamente, aceitar o favor de V. Ex.^a, como justamente espero e confio. Deus guarde a V. Ex.^a – Residência Episcopal de S. Nicolau 28 de Junho de 1886.”

O bispo de Cabo Verde havia solicitado e convencido o Governador-geral de Cabo Verde, João Paes de Vasconcelos ⁶³ a construir um novo templo. A forma oficial acontece em Junho do ano de 1885 com a compra de um novo terreno. O Governo de Cabo Verde havia comprado um terreno para edificar a nova igreja, buscamos encontrar a escritura pública desta compra datada de 22 de Maio de 1885, mas não encontramos tal documento, talvez o tempo tenha sido curto para dar cabo desta envergadura. Ainda no ensejo da justificativa por parte da autoridade da igreja, o bispo de Cabo Verde enfatiza que de todos os edifícios visitados, o que estava em piores condições era o edifício da igreja matriz. O percebemos que ante a tão proclamada fé e a busca por Deus, a investidura justificativa do bispo estava em primeiro plano de interesse.

O documento dirigido a Direcção Geral do Ultramar, 1ª repartição, o bispo de Cabo Verde faz referência ao relatório da visita pastoral feita no mês de Março às igrejas da ilha de São Thiago com a proposição de construção de uma nova igreja para freguesia de Nossa Senhora da Graça, o documento:

“por não haver capacidade para conter o povo daquele local, e por ser a mesma imprópria de forma representativa em vários termos como igreja para capital de uma província”. ⁶⁴

Foi adquirido uma porção de terreno no centro da cidade da Praia para construção da igreja na gestão do então Governador-geral da província o conselheiro João Paes de Vasconcelos. A compra realizada através de escritura pública data de 22 de Maio de 1885, ao Banco Nacional Ultramarino com a quantia de 600\$000 reis. ⁶⁵.

⁶³ Governador-geral de Cabo Verde empossado em 02 de Fevereiro de 1881 – João Paes de Vasconcelos – Listas Cronológicas dos Governadores do Ultramar Português - Arquivo Histórico Ultramarino – Elementos Formativos

⁶⁴ AHU – SEMU – DGU – 3R – CAIXA 168 1ª Repartição nº 63

⁶⁵ Idem.

No ano de 1886, já esboçada em planta a nova igreja matriz, o Governador-geral, toma a dianteira de manifestar a necessidade de se abrir trabalhos públicos e de forma especial manda construir os alicerces da igreja. No plano orçamentário da igreja havia um montante na ordem de 1.721\$847 reis gastos no início da construção, sendo que deste montante financeiro, fora incluído mais 280 barricas de cal oferecida por particulares para a empreitada.

Em ofício de nº 29 de 24 de Janeiro de 1887, do Governador-geral à Secretaria da Marinha o projecto e orçamento provisórios da igreja, sobre a urgência imediata de se construir igreja. No documento de nº 3, porém há ressalva para que se tenha economia e redução nos custos da obra para 21.000\$000 reis, mais a proposição ao director das obras públicas de que este faça algumas modificações no projecto cuja intenção é limitação no valor da obra sem alterar as partes essenciais da do projecto.⁶⁶

Pela Direcção das Obras Públicas da Província de Cabo Verde, a conta corrente com as obras a cargo da direcção indica que a Igreja Matriz começou sua construção no ano económico de 1898 a 1899 e concluída no ano económico de 1899 a 1900.

O Governador-geral da Província da Cidade da Praia, em 23 de Abril de 1890, através do documento da 1ª repartição, nº 63, refere-se a ao processo de vistoria solicitado à Direcção de Obras Públicas à Igreja Matriz da cidade da Praia. O documento acusa que existe a necessidade de construção do templo visto que o actual estava em estado de ruína e dada sua importância o documento indica que a igreja matriz é o único templo na capital da província. Conforme o mesmo documento, atestamos que a solicitação da construção do templo fora feita há mais de vinte anos ao Governador da colónia José Maria da Ponte Horta. No entanto, o texto que rege o

⁶⁶ AHU – SEMU – DGU – 3R – CAIXA 168 Documento nº 3 ofício nº 63 de 22 de Abril de 1890

documento de solicitação dirigida ao Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar em ofício de nº 119 de 05 de Maio de 1870 ⁶⁷ havia necessidade de um novo templo visto que o actual estava em estado deplorável, de aspecto pobre e sem decorações, mudo nas suas capelas e praticamente em ruína estava a igreja matriz, no entanto, a urgência e as necessidades não foram suficientes para sensibilizar e agilizar os responsáveis pela empreitada da edificação, e nos idos de 1879, as principais senhoras da cidade formaram uma comissão em vista de promover meios para auxiliar o Governo na edificação de uma nova igreja digna de receber os fiéis e representantes do poder público⁶⁸.

Mais do que expresso a igreja naquele momento figurava a união de toda a comunidade local. Embora a colonização portuguesa em Cabo Verde tenha enfoque menos emblemático que em outras colónias no território africano, como já dissemos, ainda assim o português fez questão em impor sua religiosidade, o que acreditamos estar diante do que podemos considerar até então a colónia mais genuinamente portuguesa.⁶⁹

Em suma, a comissão formada por senhoras para agilizar a construção deste templo arrecadou a quantia na ordem de 973\$875 reis, que foi entregue ao cofre da província, à ordem do Governador-geral para o destino que proponha a arrecadação da verba, a construção da nova Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça.

Sobre o estado da igreja paroquial, conforme documento do AHU, ⁷⁰ este alinha sobre o estado deplorável que se encontrava a actual igreja paroquial da cidade da Praia,

⁶⁷ Idem

⁶⁸ AHU – SEMU – DGU – 3R – CAIXA 168 Documento nº 3 ofício nº 63 de 22 de Abril de 1890

⁶⁹ Miranda, Nuno de, Lisboa, 1963.p.9. Expõe sobretudo da “população crioula revela um teor de cultura predominantemente portuguesa (...)”

⁷⁰ AHU – SEMU – DGU – 3R – CAIXA 168 Documento nº 1 ofício nº 63 de 22 de Abril de 1890

que são atestadas pelos senhores, nomeadamente Manuel Theodoro Peixoto, na função de condutor de segunda classe, mais os carpinteiros Jacinto Peixoto e Manuel Maria, os pedreiros Domingos Pimentel e António Barbosa, que confirmam o lastimável estado de ruína, cuja viga ou barrote encontravam-se em estado de podridão e sem nenhum aproveitamento.

No que diz respeito a cobertura, os profissionais atestaram que parte do telhado estava partido, e em muitos casos, algumas partes do telhado estava desfeita, sobretudo pelo desgaste que o tempo proporcionou. É desta forma que está o actual templo católico da cidade da Praia, ilha de Santiago. Com estes motivos, não cessam a necessidade de construir uma nova igreja. No entanto esta nova construção dar-se-á em outro local, sem aproveitamento das ruínas ou da história e da memória local.

O mais uma vez demonstra que o Estado, enquanto interventor continuar a preferir “construir” ou “desconstruir” no lugar do restaurar, salvaguardar. Sabemos que o contexto histórico do arquipélago nos informa que não era possível preservar a memória do património construído por portugueses com mão-de-obra cabo-verdiana. Mas a situação revela um paradoxo que poderia ser pensado o restaurar parte do que era possível da história da igreja matriz. Mas não foi possível.

As justificativas para construção deste edifício sempre estiveram pautadas nas necessidades de construir um novo templo digno para a cidade da Praia. Justificativas ponderadas pela importância da localidade, a capital, cidade da Província. Motivos foram estes para construção da nova Igreja Matriz, e que hoje na ilha de Santiago faz parte da história de Cabo Verde, mas o que sabemos da arte sacra do povo desta Ilha? Ainda não é possível neste estudo saber a história da arte sacra que não seja a arte coordenada pelos portugueses, mas a história da arte sacra do seu lado africano, o

legado da matriz africana no arquipélago, é mais uma lacuna a ser anexa a uma investigação.

Arquitectura Civil

Palácio do Governador



Nº 11 CABO-VERDE. — Cidade da Praia — Palacio do Governo
CAP-VERT. — Ville de Praia — Palais du Gouvernement

Fig. 3 A imagem representada no bilhete-postal intitulada “Palácio do Governo” - Praia – faz referência ao período colonial. Colecção João Loureiro – Data: 1910

No elenco do património construído de nossa selecção, figura na ordem da arquitectura civil, a figura 3, o intitula como sendo “*Palácio do Governo*”, actual Presidência da República de Cabo Verde. Como parte do nosso corpus documental, elegemos este bilhete-postal da colecção João Loureiro⁷¹. No avanço da investigação, constatamos que o projecto inicial não satisfaz com a imagem apresentada no postal datado de 1910, bem como com o actual Palácio do Governo, sede da Presidência do Governo de Cabo Verde.

⁷¹ Loureiro, João, Lisboa, 1998, p.55

Segundo informação da Assessoria da Presidência da República de Cabo Verde, o actual Palácio da presidência da República na Cidade da Praia, terá sido construído no século XIX, por particulares e depois adquirido pelo Governo Colonial para ser instalado o Governo.

Desde então, serviu duas vertentes: Gabinete do Governador e Secretaria do Governo, com os respectivos serviços a ele inerentes e residência oficial dos Governantes e respectivas famílias.

Após a independência, em 1975, ficou nele instalado o Primeiro Presidente da República até que, com as eleições pluralistas e consequente eleição de novo Presidente, este deixou de utilizá-lo como residência.

Assim, a parte que se destinava a habitação ficou fechada e em quase total abandono, até que em 2003, com entrada em funções do Director do Património e Materiais, se começou a dar maior assistência ao mobiliário e objectos encontrados nas dependências se decidiu mobilizar esforços para a criação do Museu da Presidência.



Fig. 4 Fotografia do Palácio da Presidência - Governo da República de Cabo Verde – Praia - 1998

Os documentos que fazem referenciam a execução custeadas pela verba extraordinária e por recursos da província durante o período decorrido de 1 de Julho a 31 de dezembro de 1880 ⁷² apresentam que durante 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1881, o projecto do Palácio para residência dos governadores-gerais foi elaborado e aprovados constando a mesma situação em ambos. ⁷³

Em documento da 1ª repartição, ano de 1878, nº 74, datado em 10 de Abril de 1878, o Governador-geral ⁷⁴ faz referência a necessidade de construir uma residência sede para o governador-geral da província de Cabo Verde.

“ Permita-me V. Exa que chame sua atenção para um assunto digno della. Em todo o governo ultramarino de Portugal tem os governadores respectivas casas mais ou menos espaçosas, confortáveis e decentes. E porém concepção o Governador-geral de Cabo Verde, vendo-se o Governador-geral obrigado a recorrer aos particulares para lhe cederem um casa sempre que (como actualmente) por uma renda casa governador e sujeito aos caprichos do proprietário; como não há muito aconteceu a um dos meus antecessores, que, despedido do arrendatário, teve de sujeitar-se a suas condições por não tem outra casa onde pudesse recolher-se

Tendo eu há pouco visitado Gâmbia e Dakar, foi-me assemelhada a visita do almirante comandante da esquadra francesa do Atlântico Sul, e de outra autoridade, e tendo recebido estrangeiros e obrigante recepções em belíssimos palácios, ver-me-hei em grande embaraço para recebe-los e retribui-lhes seus obséquios e finezas.

Não julgo necessárias solduzir todas as considerações para mostrar V. Exa a necessidade que há de ser determinada a construção duma casa própria na

⁷²AHU – SEMU – DGU – 3R – CAIXA 164 – 1881 – Obras públicas da província de Cabo Verde – Mapa demonstrativo de despesas feitas com as obras concluídas e em via de execução, custeadas pela verba extraordinária e pelos recursos da província, durante o período decorrido de 1 de Julho a 31 de dezembro de 1880 – Nº 1

⁷³ AHU – SEMU – DGU – 3R – CAIXA 164 – 1881 – Obras públicas da província de Cabo Verde – Mapa demonstrativo de despesas feitas com as obras concluídas e em via de execução, custeadas pela verba extraordinária e pelos recursos da província, durante o período decorrido de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1881 – Nº 2

⁷⁴ Governador-geral de Cabo Verde empossado em 08 de Abril de 1876 – Guilherme Quintino Lopes de Macedo – Listas Cronológicas dos Governadores do Ultramar Português - Arquivo Histórico Ultramarino – Elementos Formativos.

capital da província, que, como já disse, é de todas a única que a não tem ainda.

Peço, pois para que V.Exa que eu digne autorizar um desde já a sua construção, quando não seja pela verba voltada para obras publicas desta província, em conformidade com os recursos próprios, regulando-se as despesas segundo os meios que for possível dispor, sem prejuízo de impreteríveis obrigações.

Para V.Exa avalia a projectada construção, e certificar-se de que não se trata dum grande palácio, mas apenas duma habitação decente, tenho a honra de submeter a consideração de V.Exa a inclusa planta e o respectivo orçamento.

O edificio projectado, como V.Exa notará, fica com acomodações para nele funcionar também a Secretaria de Governo.

É isto de grande conveniência e vantagem.

O Governador-geral carece assim dadas vezes ouvir o Secretario, precisa de consulta, documentos arquivados, tem finalmente de estar em contacto permanente com a Secretaria de Governo. Não é fácil porém fazê-lo achando se ela distante da sua residência.

O Secretario geral é obrigado a repetidos passeios entre a Secretaria e a habitação do governador, com risco de sua saúde, com grande encomenda e com uma sensível perda de tempo.

Ousa, portanto rogar a V.Exa que se digne conceder-me a autorização que solicito, assegurando novamente a V.Exa que usarei ela com a circumspecção sem de modo algum prejudicar aquelas obras que por ventura V.Exa houver por bem classificar mais urgente e necessárias.

Deus guarde a V.Exa.

Governador-geral da província da cidade da Praia, 10 de Abril de 1878”

Ainda em documento dirigido ao Ministro e Secretario de Estado da Marinha e Ultramar, a solicitação indicava que o projecto de uma nova residência para os

Governadores-gerais de Cabo Verde, elaborado pela Direcção de obras públicas, tinha a importância orçamentária em moeda da época, de trinta e três contos de reis 33.000\$000 reis e foi apresentado pelo Secretario das obras públicas na cidade da Praia em 1 de Maio de 1878.

Por determinação do Governador-geral da província, foi apresentado o projecto de uma edificação para residência dos Governadores-gerais cuja distribuição interior das casas seria moldada conforme as indicações da primeira autoridade local.

O projecto da nova residência compreendia além da casa do Governador-geral, contemplava ainda na solicitação de casas necessárias para o serviço da secretaria do Governo-geral e suas dependências, esta situação é explicitamente colocada na justificativa do projecto, que indicava necessidade urgente de que a secretaria e outras dependências funcionavam em local de acomodações insuficientes. A nova residência, além de criar perspectivas para uma melhor acomodação ao Governador-geral, o erário teria uma grande economia visto que o Governador-geral morava em residência arrendada⁷⁵.

Na memória descritiva do projecto consta que a residência do Governador-geral deveria ser construída na Praça Sá da Bandeira, no extremo do planalto da cidade. Na disposição geral, há indicação de que o edifício ficaria isolado das demais edificações, cuja fachada constaria de quatro faces dispostas em ângulo recto, sendo que a fachada principal que para o leste, ficaria defronte a rua do Albuquerque.

⁷⁵ AHU – SEMU – DGU – 3R – CAIXA 163, Ofício de 27 de Julho de 1878, “a actual é uma casa arrendada que custa ao Estado #600\$000 anuais, e não oferece as indispensáveis comodidades para alojamento da primeira autoridade da província, carecendo duma sala apropriada para as recepções oficiais, e de casa onde possam reunir-se os conselhos do Governo e da província”.

Sobre a disposição dos espaços, consta no projecto que os espaços inferiores, que correspondem as diversas casas, comunicam-se interiormente a fim de que o ar possa circular livremente. As frestas exteriores receberam grades de ferro, chumbada em cantaria. A casa compõe-se de uma caixa-de-ar e de andar nobre.

Acerca do projecto, na sua estrutura, as paredes são de alvenaria moldurada de lioz abancado com sobre arcos de tijolo. Apesar da solicitação desta obra, a indicativa dizia que a na sua estrutura não deveria empregar cantaria por não tornar a construção muito dispendiosa.

Sobre o frontão, o projecto encontrado na Caixa 163, Direcção de Obras Públicas, Cabo Verde, verificamos que além do frontão, as três janelas na sacada também não correspondem com o actual edifício do Palácio do Governo da República de Cabo Verde. O então governador Serpa Pinto ⁷⁶ reconstruiu o Palácio do Governo, no entanto não encontramos data para confirmar a informação se foi uma restauração e neste houve perda do frontão.

Na descrição do projecto da caixa 163, as portas e janelas são em arco abatido, excepto a parte principal e as duas janelas que correspondem ao vestíbulo que são em arco de volta inteira. As janelas têm peitoris formados de grade de ferro. Para sua distribuição interna: “a distribuição interna da casa se encontra no respectivo desenho e na legenda que o acompanha designando o destino de cada uma”⁷⁷

Para o pavimento, na indicativa do projecto o soalho do rés-do-chão fica acima do solo natural a uma medida de 1.70m, com uma distância de 0.50m contado de eixo a

⁷⁶ SILVA, Joaquim Duarte, Vol 8, nº 89, 1941, p.216.

⁷⁷ Desenho - 2 - AHU - SEMU - DGU - 3R - CX 163

eixo, tendo o tabuado todo bem unido com uma largura uniforme. Esta estrutura era para facilitar a percepção de observar o salão do andar nobre. O pavimento do vestíbulo é formado de ladrilho inglês em mosaicos.

O acesso ao andar superior é feito por escadas de dois lances de degraus através do rés-de-chão. O primeiro é composto de 15 degraus com iguais dimensões formando T com o patamar que abrange toda largura da caixa da escada. Deste patamar continua a escada para o andar superior em lanço duplicado, vencendo a mesma diferença de nível. Uma grade de ferro acompanha todos os lances de escada, sendo terminado o andar superior por um corrimão de madeira polida.

No plano do rés-do-chão, a mesma grade acompanha os espaços que correspondem à arcada do vestíbulo, cujo traçado é um arco de aro de cesto de cinco centros. No plano de andar nobre ao cimo da escada a varanda há em volta uma gradaria de ferro, e bem assim o espaço do patamar superior compreendido entre dois lanços.

Na indicação do projecto, as portas e janelas e a gradaria de ferro fundido para a escada, varanda e peitoris das janelas foram encomendadas nas melhores fabricas de Lisboa, o que os documentos não nos deram indicação a respeito.

Embora não saibamos ao certo a data de sua construção, o certo é que houve uma reforma no telhado. Em documento oficial em carácter de urgência, o então Governador-geral Alexandre Alberto da Rocha Serpa Pinto ⁷⁸, expõe ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar informa que durante sua ausência da capital, mandou cobrir com um novo telhado a residência dos governadores,

⁷⁸ Governador-geral de Cabo Verde empossado em 20 de Janeiro de 1894 - Alexandre Alberto da Rocha Serpa Pinto – Listas Cronológicas dos Governadores do Ultramar Português - Arquivo Histórico Ultramarino – Elementos Formativos.

visto que este encontrava-se em estado de completa ruína, e no entendimento do texto documental, o telhado praticamente deixava cair água da chuva na residência.

O orçamento para cobrir despesas desta pequena intervenção era de demasiado valor, por conta disto, e ainda que apresentasse no decorrer das obras valor que coubesse no dote orçamentário, o Governador-geral e o Conselho do Governo poderiam autorizar a obra, no entanto, estando esgotada a verba orçamentária para obras no corrente ano económico, e ainda que os rendimentos da província excedessem muito as despesas de previsão orçamentária, o Governador-geral não rectificaria o orçamento sem prévio acordo com o Ministério do Ultramar.

Como dissemos, apesar de não conseguirmos encontrar o período que foi efectuado reformas na Residência para os Governadores, ainda assim este sofreu alteração nas suas instalações para substituição do telhado, pintura nos tectos, portas e janelas, e mais concertos. A estimativa orçamentária em moeda da época estava na ordem de um conto e setecentos mil réis 1.700\$000. O péssimo estado de conservação foi a justificativa para solicitação da reparação das instalações da Residência do Governador.

No relatório do ano económico de 1955⁷⁹ elaborado pela Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas, Agrimensura e Cadastro, em 20 de Setembro de 1956, sob a chefia do engenheiro chefe Tito Esteves, apresenta ao Governador de Cabo Verde, Dr. Manuel Marques de Abrantes Amaral⁸⁰ no referido consta informações referente a conclusão no ano de 1955 importantes obras na Residência para os Governadores-gerais, onde se fizeram transformações profundas. No último relatório nos referimos

⁷⁹ AHU – Caixa 73 – DGOPC – Sala 08 – Obras públicas

⁸⁰ Governador de Cabo Verde empossado em 29 de dezembro de 1953 – Dr. Manuel Marques de Abrantes Amaral – Listas Cronológicas dos Governadores do Ultramar Português - Arquivo Histórico Ultramarino – Elementos Formativos

com detalhe aos grandes melhoramentos introduzidos naquele edifício e com os quais se despendeu a importância de 710.000\$00, respeitando 510.000\$00 a 1954 e 200.000\$00 a 1955.

2.2 A paisagem: a igreja, o palácio e a relação com o património

O património construído entra em contacto directo com a natureza e assim integra a paisagem. As condições estéticas dos edifícios construídos em ruas importantes como os que se situam na Praça do Albuquerque, localização da Igreja Matriz, demonstram existir nas suas fachadas características que valorizem a arquitectura e que estejam sempre de acordo com a natureza dos materiais empregados. Por sua característica, estes edifícios apresentam particularidades da habitação levada pelos portugueses.

Apreçamos também que ruas onde estão alocados edifícios de grande importância tanto na relação administrativa ou religiosa demonstram harmonia entre suas fachadas.

Para conservação de um edifício de apreciável carácter arquitectónico, não são permitidas alterações que modifiquem, em parte a arquitectura das fachadas visíveis em vias públicas. Em edifícios de responsabilidade historial, as alterações são permitidas quando compreendam toda a fachada ou estas se harmonizem com a expressão arquitectónica existente. O postal indicado integra a paisagem bucólica e ainda ponto de encontro entre as pessoas na cidade da Praia. A importância determinante desta paisagem em Santiago é traduzida na própria indicativa para construção da Igreja Nossa Senhora da Graça que deveria ser na Praça Alexandre Albuquerque. “A imagem não é

dirigida para manifestações territoriais”⁸¹, mas ao contrário, a paisagem aqui manifesta-se como sendo “complementar”, que “completa” a este território dada a exigência de ser construída a Igreja nesta localidade. O que nos leva a crer que a paisagem também é parte do património da localidade dada a sua importância tanto na criação como na intervenção.



Fig. 5 A Praça Alexandre Albuquerque tem grande importância na determinação da localização de edifícios públicos - Bilhete-postal coleção João Loureiro – Data: 1910

Como forma de regista o passado, a fotografia surgiu no contexto da revolução industrial. Foi um momento inovador não somente para o mundo, mas uma grande revolução seja no campo das artes, bem como no modelo de registar e de comunicar através de imagens. É provável que a aceitação da fotografia tenha sido nos meados do século XIX, na década de 1860.

Uma revolução que exterioriza em imagens a expressão cultural dos povos, os edifícios, monumentos, religiões. Com o surgimento da fotografia o homem passa a

⁸¹ CAUQUELIN, Anne, Lisboa, 2008, p.37

enxergar transversalmente através das lentes objectivas de máquinas fotográficas realidades que antes eram transmitidas somente através da escrita e da oralidade o registo da paisagem urbana, arquitectura das cidades. Maria Cristina Carvalho e Sílvia Wolff,⁸² citando Werner Szambien assinala que embora a utilização da fotografia tenha sido utilizada de forma pioneira pela arquitectura, houve algumas restrições:

“Até a pouco tempo distinguiam-se duas tipologias de monumentos: os bons e os do século XIX...”

Mais cedo ou mais tarde a fonte fotográfica ajuda a confrontar a realidade da memória e apresentar uma segunda realidade: a realidade do momento, o que torna esta fonte um documento necessário para a história da memória de alcance a documentos e de perguntas intrigantes que auxiliam no entendimento deste instrumento de apoio a nossa pesquisa.

Assim como o bilhete-postal, a fotografia são meios que concretizam o que pode ser “abstracto”, o plástico em iconografia e que durante séculos, costumes, tradições, meios de transporte, estiveram presentes no seu plano de projecção e são instrumentos importantes no processo de restauração de um património. Através da imagem evidenciamos a inegável monumentalidade para alguns aspectos da vida social, onde podemos verificar alterações e evoluções e os novos e velhos aspectos urbanísticos, bem como a revelação de detalhes curiosos de um tempo histórico que no âmbito da história das cidades ganha outro contexto.

Estes componentes, diante da situação, tornam-se parte ou documentos laicos que possibilitam analisar as alterações, intervenções ou ainda estado real em que o património está inserido e a paisagem como componente resulta de um importante contributo na preservação da memória. Por isto, acreditamos que no momento em que

⁸² Ver: Fotografia: usos e funções no século XIX, São Paulo, Brasil, 2008, p.132

os edifícios foram planeados, em cada um houve indicação da escolha da localidade. É a importância que a paisagem e a relação de visibilidade que tem para com o património.

As heranças históricas e artísticas são elementos importantes para o desenvolvimento e enriquecimento cultural na sociedade. É nele que se encontram fundamentos, significados, mensagens e registos da história humana, já que o homem vive do seu passado, da memória de suas casas, de suas ruas, são elementos indispensáveis para a memória de sua gente.

O continente africano tem em seu território, patrimónios com marca portuguesa e que espalha por este mundo lusófono, a marca que atravessa o Atlântico e desagua em solo brasileiro. Estes traços merecem não somente serem conhecidos mas partilhado em suas relações. Portugal necessita conhecer o património comum que há nos seus antigos domínios.



Fig. 6 Em sua iconografia a Rua do Corvo, uma rua importante e indicada no projecto da igreja matriz para que uma das faces do edifício estivesse voltada para esta rua. O que podemos ver ao fundo a Igreja Nossa Senhora da Graça. – Colecção João Loureiro – Data: cerca de 1910

É paisagem interferindo no processo de edifícios importantes.⁸³ Para cada edifício é criado não somente uma indicação localizada, mas também a necessidade de criar uma imagem para ficar na memória e que esta funcione como referência.

2.3 Património imaterial, tradição cultural – *Batuque e Tabanca*

A tradição cultural santiagoense, que engloba o universo de usos e costumes, interessa a memória de origem africana e algumas tradições que no período colonial funcionou como meio de oposição a “cultura” portuguesa. O património caracterizado substrato africano e que mantém sua tradição na identidade de Cabo Verde, é de grande riqueza na arte nas suas diversas vertentes, como o canto e as expressões musicais, que com o passar do tempo não foram rejeitadas pela influência do colono europeu. Ao contrário, entendemos que o santiagoense tinha na expressão do “*batuque*”, a maior referência interna representativa para “barrar” o projecto português de transformar Cabo Verde na mais portuguesa das colónias.⁸⁴

A administração portuguesa hostilizou o *batuque* por este ser um traço cultural de origem africana. Neste aspecto, o *batuque* ecoou como forma de resistência a política que desejava impor valores europeus para um povo híbrido e miscigenado. No entanto, o sistema que vigorava entendia que a expressão cultural era primitiva e depreciativa para os padrões europeus, mas identificável e praticável como modelo de resistência com comprometimento na segunda metade do século XX.⁸⁵

⁸³ Aqui podemos ver que o património como “produto” da arquitectura é visível, e provido de dimensões funcionais e estéticas ao abrigo das necessidades do homem com exibição para suas formas, aspirações e ambições criadas pelo próprio homem.

⁸⁴ Pedro de Sousa Lobo, “A originalidade humana de Cabo Verde”, *Claridade*, nº 9, no ano de 1949, p.64,

⁸⁵ Fabião, Maria Manuela Oliveira, item 7.2, Apud, Garcias, 1922

Até o momento há muito pouco estudo acerca deste património imaterial cabo-verdiano, os registos são apontados a partir do século XIX, isto é perceptível visto que antes da independência de Cabo Verde o *batuque* era parte integrante da cultura de resistência. Em toda nossa investigação alguns autores definem o batuque como “dança” outros como “canto”. Entendemos que o batuque mescla em ambas áreas na sua forma de expressar.⁸⁶ Acreditamos haver em andamento estudos de cunho antropológico e cultural que possa ajudar a definir o contexto do *batuque* de maneira que esteja ou não entre na zona de ambiguidade entre música e dança.

Acerca da proibição das manifestações culturais, no que diz respeito ao *batuque* a repressão é publicada em forma de edital no Boletim Oficial de Cabo Verde, nº 13 de 31 de Março de 1866.⁸⁷ O texto proibitivo indica que o *batuque* era “divertimento” que se oponha a civilização, ofensivo a boa moral, inconveniente e incómodo, ou seja, o documento revela atitudes de intolerância e negativa por conta das autoridades sobre esta manifestação cultural. Segundo o texto documental o batuque deveria ser reprimido por ser praticado por escravos e libertos e que não era correcto apoiar uma prática que exortaria a embriaguez e a imoralidade. Por vários motivos e fundamentado no art. 249º, nº 1, do código administrativo daquela colónia, o administrador do concelho da Praia, José Gabriel Cordeiro determina a proibição do *batuque* em toda área da cidade e que as pessoas flagradas com a prática da mesma, que estas sejam presas e entregues ao poder judiciário.

Sobre a natureza e do uso dos costumes deste património, Baltazar Lopes na Claridade de nº 7, afirma que este costume era parte integrante e utilizado nas

⁸⁶ Fabião, Maria Manuela Oliveira, p.110, Apud, Gonçalves, 1922

⁸⁷ Ver: SEMEDO, Maria R. Turano e José Maria, Praia, 1997, pp.127-128

cerimónias de casamento, e que ao contrário do que se imagina anteriormente ele o *batuque* era “cerimónia generalizada no arquipélago”.⁸⁸

O *batuque*⁸⁹ representado na iconografia do bilhete-postal, intitulado como sendo “Batuque indígena” percebemos a cultura “afro”. A arte e cultura popular de um povo consistem na sua maior riqueza e história patrimonial. E que devemos o respeito por este património original, expressão de um consciente no contexto da colectividade tal como o crioulo que faz parte da identidade do povo cabo-verdiano, os ritmos africanos são parte desta cultura miscigenada.

O *batuque* património da gama imaterial do povo cabo-verdiano é uma espécie de dança formada por mulheres que cantam sem uso de instrumentos. Maria Luísa Ferro Ribeiro, afirma que o conjunto das batuqueiras é formado por uma cantadeira ou cantador, este na condição de solista, um grupo que faz um coro, e este com a “tchabeta”, no meio do terreiro a dançarina é acompanhada pelo cimbó.⁹⁰

Posições parecidas quanto ao conceito da palavra é partilhada por Jorge Morbey Pereira e por Maria Luísa Ferro,⁹¹ sobre a origem do na sua forma essencialmente de representar, existe a discussão de que a origem do *batuque* pode ser tanto bantu, quanto sudanesa e tratar-se de um termo talvez bantu, “ku-beta”, cuja designação que dizer: *batuque*.⁹²

⁸⁸ Ver: artigo escrito por Baltazar Lopes, *Claridade*, nº 7, no ano de 1949, p.46.

⁸⁹ Na revista *Claridade*, nº 7, no ano de 1949,p.43, Baltazar Lopes afirma ser o “terreiro de batuque” herança cultural africana ainda vida e que esta herança define a atitude do povo caboverdiano perante a vida submetida à sua observação”

⁹⁰ Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde, Maria Luísa Ferro Ribeiro, p. 14, ano XIII, nº 148, 01 de Janeiro de 1962 “ O cimbó de origem sudanesa, é um acessório indispensável de batuque formado por um bojo de cabeça forrado de pele, como tambor; um braço de madeira terminado por uma caravelha, um cavalete, e um arco semelhante ao flecha tendido por crinas untadas de breu como crina é também a sua única corda vibrátil”.

⁹¹ Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde, pp.13-14, ano XIII, nº 148, 01 de Janeiro de 1962

⁹² Pereira, Jorge Morbey Ramos, 1967, p.17

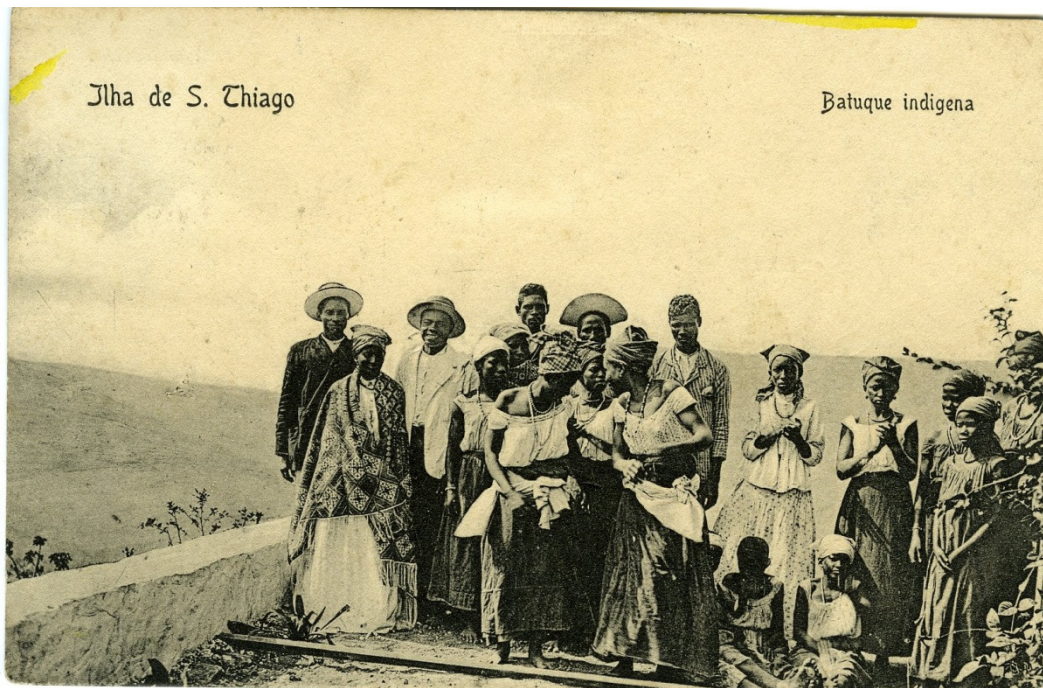


Fig.7 Elemento do património imaterial cabo-verdiano, o Batuque faz parte da cultura santiaguense por ter suas características raízes da cultura africana. Coleção João Loureiro – Data: 1910

O contexto antropológico referido por Maria Manuela Oliveira Fabião⁹³ em sua tese de Mestrado apresentada em citação subscrivendo o autor Baltazar Lopes indica como sendo o batuque evento de grande importância que antecede as cerimônias, onde existe um cerimonial cujo traço característico corresponde a reserva, ao silêncio da noiva diante da nova vida. Maria Fabião afirma ainda que o batuque representa não somente as tradições, que ainda no século XIX, esta tradição foram alvo de críticas e repreensão por parte da colónia que tinha entendimento de que a manifestação do *batuque* estava envolta de aspecto erotizando na sua expressividade. Santiago é a única ilha que conserva o *batuque*, traço cultural de origem africana.⁹⁴

⁹³ Fabião, Maria Manuela Oliveira, Lisboa, 2000.

⁹⁴ Amaral, Ilídio, Santiago de Cabo Verde, Lisboa, 1964, p.19

Na sua expressão corporal as mulheres balançam os quadris no ritmo das palmas sobre almofada apertada fortemente entre as coxas acompanhado de uma música de improviso ao som das vozes das companheiras de roda. Ao convite de uma delas saltam para o centro da roda em um bailado colectivo.

O que percebemos é a ausência de entender, respeitar o “outro” na sua raiz cultural. No entanto, o caso de Cabo Verde é menos emblemático que outros territórios “achados” por portugueses.

O filme realizado por Catarina Rodrigues, rodado na Cova da Moura, Amadora, Portugal, no ano de 1997, titulado “*Mulheres do Batuque*”, tem como fundo a representação e história desta dança tradicional de origem africana. Para estas mulheres o *batuque* é mais que uma representação, mais que tradição, é essência de vida, alma e que dá dignidade a sua maneira de ser. No contexto, percebemos que a criatividade faz parte de uma memória associada a vida de luta e trabalho e o momento faz o êxtase da situação que coloca ambas em situação de igualdade.

A *tabanca* é uma manifestação popular de carácter festivo que reúne o cântico, musica, dança em cortejos que se realizam em determinadas datas do ano. No cume estão os reis, as rainhas, e o governador, mas existem muitas outras figuras populares, que marcam o desfile. Encontramos da parte ligada aos portugueses a forma festiva e associada aos Santos populares com destaque para festas relacionadas com Santa Cruz, a 3 de Maio, Santo António, a 13 de Junho, São João Baptista, a 24 de Junho, e São Pedro, a 29 de Junho. Os populares do arquipélago realizam a manifestação como se fosse uma festa de rua, com a mais pura alegria e colorido que realça a mestiçagem de

uma cultura criada pelo homem de Cabo Verde e que a partir do 03 de Maio é dado rumo ao primeiro dia de festa.⁹⁵

Na revista *Claridade*, nº 6, Julho de 1948, Félix Monteiro coloca de parte a definição da *tabanca*,⁹⁶ por entender que a “definição oficial burocrática, - uma associação de socorro mútuos, com festas ofensivas da moral pública” todos grifos são assinados por Félix Monteiro no artigo, “*Tabanca – Evolução Semântica*. No aspecto semântico, o autor contrapõe com a afirmação de “associação” ao dizer sobre a *tabanca*:

“ *a evolução semântica do termo: Tabanca primitiva e originalmente, significava povoação e é este, ainda hoje, o seu significado nalgumas regiões africanas...*”

Em toda sua representação cénica a *tabanca* exhibe um desfile organizado conforme uma hierarquia. José Semedo, sobre a etnografia da *tabanca* o descreve como “sendo uma associação laica de mútuo socorro com actividades culturais em determinados períodos do ano...” o período de realização das actividades é desde três de Maio até o final do mês de Julho.

A *tabanca* tem relação com o lado católico, visto que são comemorados os santos da igreja católica, e o lado considerado do ponto de vista do colonizador português, como sendo o profano, que o lado festivo relacionado com a parte africana é conduzido com aspectos muito simbólicos.⁹⁷

José Maria Semedo e Maria Turano realizam um estudo que é publicado em Março de 1997 acerca da festividade da *tabanca*. O prefácio do estudo realizado por Semedo e Turano, assinado por Prof^o Augusto Mesquitela Lima acena que ainda existe um hiato acerca de estudos antropológicos que apresentem de forma mais apropriada na

⁹⁵ O texto produzido por Félix Monteiro na revista *Claridade* de Julho de 1949, nº 6, apresenta não somente a evolução semântica da *Tabanca*, bem como a organização desta desde o ciclo de festas e faz também o pequeno paralelo de forma comparada com o *candomblé* b

⁹⁶ José Maria Semedo e Maria Turano definem a *tabanca* como sendo um “fenómeno sincrético”, com elementos da cultura africana e europeia.p.111.

⁹⁷ O aspecto simbólico que envolve a *tabanca* é tratado por Félix Monteiro na *Claridade* de nº 7, de dezembro de 1949.

cultura cabo-verdiana o que de facto é legado africano ou europeu. Sendo assim, a *tabanca* é um festejo, que nasceu do cruzamento entre culturas, europeia e africana. Entendemos que a *tabanca* segue no caminho das duas culturas, e neste caminho há um sincretismo religioso e festivo que compreende seguramente no que diz o Prof^o Mesquitela:

“...ausência de estudos etnográficos, etnológico e antropológicos têm feito cair muita gente em afirmações falsas e que estariam longe de corresponder a realidade, nomeadamente no período antes da Independência, em que as autoridades chegavam ao ponto de perseguir, ou mesmo proibir, determinadas manifestações culturais apenas porque integravam traços próprios da cultura africana...”⁹⁸ A *tabanca* é um traço da mestiçagem cultural.

O *batuque* e a *tabanca* sofreram represálias, contudo, a portaria de nº 439, publicada no boletim oficial de nº 17, data de 28 de Junho de 1920,⁹⁹ foi concedida licença para realização de festejos da *tabanca* mediante condições impostas pelo então governador Manuel Firmino de Almeida Maia Magalhães. Segundo o estudo realizado por Semedo e Turano, as concessões só eram permitidas mediante licença da autoridade administrativa ou de seus delegados, bem como o pagamento de uma taxa por cada *tabanca* por cada festa a realizar, era responsável pela constituição de uma receita para o albergue dos inválidos da cidade da Praia. Para ser completa a concessão os promotores dos festejos haveria de sujeitar as condições impostas.

No entanto, uma portaria de nº 52, data de 26 de Abril de 1923,¹⁰⁰ assinada pelo governador Júlio Barbosa Nunes, proíbe as festas da *tabanca* com alegações de grande impacto:

⁹⁸ Ver: SEMEDO, Maria R. Turano e José Maria, 1997, Praia, p.11 quando o Prof^o Catedrático de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, apresenta no prefácio as considerações a respeito da problemática do universo cultural cabo-verdiano.

⁹⁹ Ver: SEMEDO, Maria R. Turano e José Maria, 1997, Praia, p.129

¹⁰⁰ Ver: SEMEDO, Maria R. Turano e José Maria.1997, Praia, pp.130-131

“Sendo as festas denominadas “Tabancas”, em uso nesta ilha de S. Tiago, manifestações de feito inteiramente gentílico e que não harmonizam com o estado de civilização do arquipélago em geral”

As autoridades utilizavam do expediente oficial para proibir e coagir a população de realizar manifestos que tivessem relação com a cultura africana. Em virtude da acção proibitiva por um período de dez anos a população ficou sem poder realizar as festividades da *tabanca*.¹⁰¹

Esta colocação nos leva a crer que de facto o património imaterial por algum momento sofria o seu processo de desconhecimento, e por conta deste desconhecer e valorizar a cultura, inúmeras arbitrariedades cometidas por autoridades que também era perfilhada por alguns membros da sociedade africana, fez com que por longos tempos assim com o estudo do património construído, o património imaterial também viveu sob a égide do hiato¹⁰² no arquipélago de Cabo Verde. O artigo 2º da referida portaria é uma convocatória à sociedade cabo-verdiana no sentido desta empregar esforços para proibir a manifestação e os festejos da *tabanca*.

A portaria de nº 78, de Junho de 1927,¹⁰³ assinada pelo governador António Alvares Guedes Vaz, mantém a proibição da manifestação da *tabanca* mas faz ressalvas acerca da dificuldade de extinguir de forma tão radical tal manifestação.

¹⁰¹ Ver: Semedo e Turano, pp.142-143, Praia, 1997. Acerca desta informação, o estudo apresentado por Semedo e Turano indica que a *tabanca* foi proibida por um período de dez anos. O motivo para proibição era de que a festividade incomodava a população. Não obstante, dentre as autoridades, o então Governador João de Deus Tavares Homem apoiava a cultura africana, de forma que tomou medidas de efeito para manter a tradição e valorizar a festividades da *tabanca*.

¹⁰² Ver entrevista concedida a Semedo em SEMEDO, Maria R. Turano e José Maria, p.142

¹⁰³ Ver: SEMEDO, Maria R. Turano e José Maria.1997, Praia, p.131-133

Capítulo III – Património histórico como instrumentos de desenvolvimento

3. 1 Desafios na estratégia política de desenvolvimento do turismo e conservação do património.

No âmbito da salvaguarda do património arquitectónico da Ilha de Santiago, no ano de 1999 é assinado um protocolo de cooperação entre o Gabinete de Salvaguarda do Ministério da Cultura da República de Cabo Verde e a DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – No bojo do incentivo e compromisso há a grande expectativa e respaldo para integrar ao inventário dados iconográficos dos arquivos de documentos conservados pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, e mais outras actuações que permita reconhecer e valorizar o património.¹⁰⁴

No campo de acção da ordem política, procura-se dar funcionamento aos protocolos assinados com a Agência Espanhola para Cooperação, responsável juntamente com o INIC – Instituto Nacional de Investigação Cultural, da parte de Cabo Verde, IPPAR, Instituto Português do Património Arquitectónico, da parte portuguesa para intervir na preservação do património de Cabo Verde, nomeadamente Cidade Velha, primeira capital do arquipélago.

De acordo com o projecto desenvolvido para inventariar o património arquitectónico da República de Cabo Verde, consta na lista do Inventário do Património Arquitectónico, patrimónios inventariados com informações técnicas, dados contextuais e iconográficos sobre o universo do património arquitectónico de carácter artístico, histórico, simbólico, tipológico ou morfológico da ilha de Santiago, nomeadamente na Cidade Velha quiçá o mais importante sítio histórico de todo arquipélago.

¹⁰⁴ In: Africana – Lisboa nº 6 – Especial (2001) p. 141

Entre os componentes inventariados e estudados mas que não constam na nossa investigação o estudo apresenta cinco elementos em estado de ruína, um em estado razoável e três foram desaparecidos¹⁰⁵:

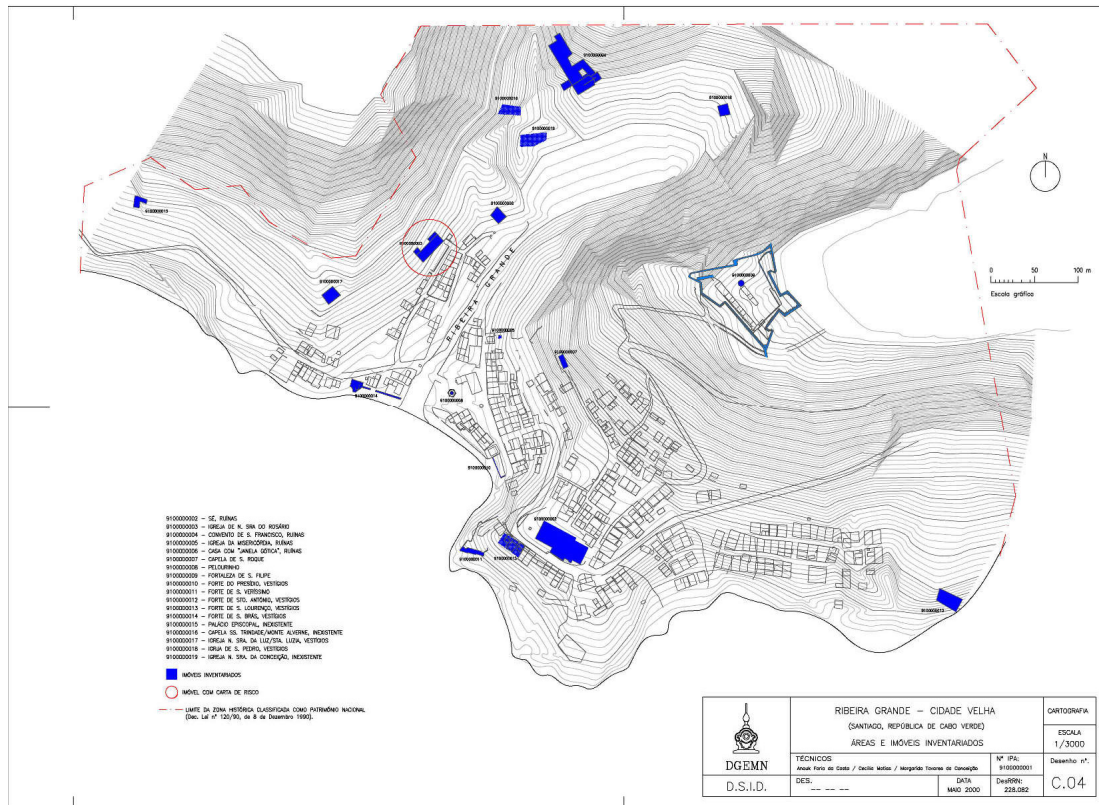


Fig.8: <http://www.monumentos.pt>

O desenho de nº 4 intitulado “Áreas e imóveis inventariados” apresenta o inventário realizado em Maio de 2000 por técnicos do DGEMN em Ribeira Grande – Cidade Velha, consta as áreas e os imóveis inventariados na Ribeira Grande – Cidade Velha. Na tipologia da arquitectura religiosa figuram quatro em estado de ruína, três desaparecidos e um em estado razoável.

- Sé – classificado em seu estado de conservação na condição de bem que está em ruína;
- Igreja Nossa Senhora do Rosário – classificado em seu estado de conservação como estando razoável;
- Capela de São Roque – classificado em seu estado de conservação como mau;
- Igreja da Misericórdia – classificado em seu estado de conservação como estando em ruína:

¹⁰⁵ In: Africana – Lisboa nº 6 – Especial (2001) p. 143-144

- Igreja de São Pedro – classificado em seu estado de conservação como estando em ruína;
- Igreja Nossa Senhora da Luz – classificado em seu estado de conservação como estando em ruína;
- Palácio Episcopal – classificado em seu estado como desaparecido;
- Igreja Monte Alverne – classificado em seu estado como desaparecido;
- Igreja Nossa Senhora da Conceição – classificada em seu estado como desaparecida.

Na tipologia de Arquitectura Militar, figuram:

- Fortaleza de São Filipe – classificado no seu estado como bom e as ruínas consolidadas.
- Forte de São Veríssimo – classificado no seu estado como bom e ruínas consolidadas.

Na tipologia de Arquitectura Civil, aparecem:

- Casa da Janela Gótica / “Casa da Companhia de Jesus” – classificado no seu estado em estado de ruína.
- Pelourinho – classificado como sendo razoável seu estado de conservação,

Embora os primeiros estudos realizados na Sé tenham sido nos meados dos anos 80 pelo arquitecto Alexandre Brás Mimoso, então director do IGESPAR, o rico património do arquipélago de Cabo Verde ainda pouco estudado, classificado e inventariado, situação explanada no Capítulo I, mas por conta de tratar-se de forma específica da Cidade Velha, relembramos à actuação que tem como marco o ano de 1999 principalmente para Cidade Velha. Neste ano é assinado um protocolo de cooperação entre o Gabinete de Salvaguarda do Ministério da Cultura da República de Cabo Verde e a Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nomeadamente DGEMN. Anteriormente, outro passo de grande importância foi dado com criação do

Ministério de Informação Cultural e Desporto, seguidamente no mesmo ano da Direcção Geral do Património Cultural, com objectivo de preservar os bens culturais.¹⁰⁶

A acção estratégica foi uma visão para desenvolver projectos que conservem o património daquela que foi a primeira capital do arquipélago, e também alargar e alavancar o turismo cultural no arquipélago.

O turismo por ser uma actividade de grande relevância na balança comercial dos países que detém de um património diversificado convive com os desafios de pensar no futuro do desenvolvimento do turismo cultural. O diálogo não impede o fenómeno turístico de crescer e fomentar as áreas de economia e da cultura. A partir desta lógica, o Presidente do INIC, Carlos Carvalho apresenta o indicativo de que a intervenção além de ser útil e necessária para reabilitação, antes que seja tarde, entra em pauta a complexa indústria do turismo cultural e de massa.¹⁰⁷

Os desafios competem ao Estado enquanto gestor e depositário do poder económico, político e gestor na promoção da imagem da ilha e Santiago, de entender e dinamizar o turismo na ilha reforçando de maneira que este resulte de forma expressiva face a crescente globalização nas economias.

Dentre estes desafios, a actividade turística voltada a questão patrimonial requer escolhas que exige um conjunto de situações condicionantes específicas tais como: escolhas de operadoras, gestão de parcerias sendo o estado gestor maior na exploração do produto turístico, quebra dos elos fracos que canalize para o enfraquecimento e sucesso do sistema turístico. Divulgação do património natural, edificado, sociocultural

¹⁰⁶ Freire, Verónica dos Reis – A experiência cabo-verdiana do domínio do património. In: Africana – Porto – nº esp. [1] – (Set.1993) p.66

¹⁰⁷ In: Cooperação: Publicação quadrimestral de cooperação portuguesa – Lisboa – A 1, nº 1 (Nov.2001) - p.16 “Hoje, já é quase obrigatório visitar a Cidade Velha, quer para os nacionais quer para os estrangeiros, e o seu número é cada vez maior. E isso cria-nos a vontade de fazer cada vez mais, por saber. E isso cria-nos a vontade de fazer cada vez mais, por saber que há pessoas que querem conhecer sua História”

de maneira que estes sejam respeitados suas características originais com uma rede de manutenção das tradições e fomento a cultura local.

Sendo o turismo uma actividade de grande relevância na balança comercial dos países, o desafio está directamente ligado a estratégia política de gestão tais como a defesa e valorização dos recursos naturais, históricos, culturais e humanos, bem como a elaboração de uma política de formação e qualificação dos serviços de intervenção turística que possam conduzir a uma política estratégica de promoção externa capaz de conquistar clientes e mercados para o segmento proposto que enquadre com uma política dinâmica com metas que estimule o investimento interno e externo para explorar as potencialidades turísticas no cariz do patrimonial da ilha de Santiago. Face a intervenções de médio e grande impacto, cabe ao Governo de Cabo investir em estruturas que tenham capacidade para intervir nas políticas definidas para o sector.

Para a arqueóloga Verónica dos Reis Freire, os bens patrimoniais nunca foram alvo de atenção “por parte das autoridades portuguesas, no tocante à sua valorização e ou preservação”¹⁰⁸

Como forma de intensificar o processo de protecção da Cidade Velha, o Governo de Cabo Verde e o Governo de Portugal realizam em conjunto um acordo cultural na área do património arquitectónico e recuperação do património histórico assinado na Cidade da Praia em 18 de Fevereiro de 1997.¹⁰⁹ Consoante esta medida, o Governo Português publica o decreto de nº 54/97 aprovando o protocolo.¹¹⁰

No artigo 2º do acordo fica estabelecido entre as partes as responsabilidades entre os governos como forma de obter sucesso na acção conjunta cujo objecto é invocar a recuperação do património cabo-verdiano, em especial e de forma prioritária

¹⁰⁸ Freire, Verónica dos Reis Cultura – Cabo Verde – Publicação Semestral – (Set. 1997, nº 1, pp. 19-20

¹⁰⁹ Ver em anexo: Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre a Republica de Cabo Verde e a República Portuguesa na área do Património Arquitectónico e Recuperação do Património Histórico, assinado na Cidade da Praia, 18 de Fevereiro de 1997.

¹¹⁰ Ver: Diário da República, nº 228 – 2-10-1997 – I Serie - A – 5387, decreto nº 54/97

Cidade Velha, bem como a consolidação, restauro das ruínas e as escavações arqueológicas.

O artigo 3º trata da parte portuguesa que estabelece as acções e prazos o que corrobora com parte do artigo 2º. Tendo em conta que Portugal por ter mais propriedade no âmbito da legislação do património, bem como por possuir especialistas qualificados fica responsável por apoiar na formação técnica do lado cabo-verdiano, envio de documentação encontradas nos arquivos portugueses, e organizar acções de interesse comum.

O artigo 4º gera competência a parte cabo-verdiana no que diz respeito a formar equipa técnica e mão-de-obra local que assegure o desenvolvimento do projecto, bem como o inventário de forma sistemática de todos os bens de interesse cultural de forma muito particular para Cidade Velha.

A vontade de reciprocidade expresso no acordo cabe estreitar os laços culturais envolvendo investigação, formação e intercâmbio nos múltiplos domínios como forma de proporcionar o enriquecimento mútuo. Esta medida embora que tardia, visto que o património secular da Cidade Velha em momentos conviveu com circunstâncias de saques por parte da população local que não demonstrava consciência da história e do valor das pedras retiradas, ainda assim é uma medida vista por nós como forma de salvar o que restou da origem da velha Cidade Velha.

3.2 Cidade Velha (Ribeira Grande) como património



Fig. 9 Ruínas da Sé Cathedral - AHU

Situada a cerca de 12km da capital Praia, consta que esta antiga cidade foi implantada em um vale rodeado por altas montanhas íngremes. Ribeira Grande – Cidade Velha, era a capital da província, contudo, devido não somente a epidemia que reduziu a população da cidade no ano de 1731 a Cidade Velha foi abandonada em definitivo.¹¹¹

Muito cedo os habitantes começaram a abandonar a Ribeira Grande e fixar residência em lugares com melhores condições. O alvará de 16 de Agosto do ano de

¹¹¹ Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde – nº 32, Maio – 1952, p.5

1612 criava condições para a transferência da capital.¹¹² Sendo transferida a sede para vila da Praia no ano de 1769.¹¹³

Conforme Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde, em 28 de Abril de 1855, o então governador-geral da província de Cabo Verde, António Maria Barreiros Arrobas,¹¹⁴ expediu circular fixando de forma permanente a capital da província de Cabo Verde, em Vila da Praia.¹¹⁵

Primeira cidade criada por portugueses em território africano, Cidade Velha – Ribeira Grande confunde-se com a própria história da ilha de Santiago.¹¹⁶ Nos idos do século XV e em grande parte do século XVI, Ribeira Grande exerceu o papel de capital civil, militar e eclesiástica na ilha de Santiago.¹¹⁷

No âmbito da questão ligada ao património, Cidade Velha – Ribeira Grande, encontra-se protegida pelo Dec. Lei nº 120/90 de 8 Dezembro de 1990, Governo da República de Cabo Verde e inventariada pela Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais – DGEMN sob nº CV000101010001, foi realizado um estudo que classificou o Cidade Velha como conjunto no inventário do património arquitectónico.

¹¹² Ver em Catálogo da Exposição Histórico-Documental sobre Cabo Verde – Mindelo – Maio e Julho – 1985 – Instituto de Investigação Científica Tropical – Arquivo Histórico Ultramarino – p.9 “Por alvará de 14 de Agosto de 1612, o rei, ao determinar a reedificação e fortificação da povoação da Praia e o domicílio nela ora do bispo ora do governador, estava a criar condições para o seu desenvolvimento em detrimento do da Ribeira Grande; ao ordenar a reedificação das casas em ruínas, ao conceder privilégios aos moradores que construíssem casas de pedra e cal e as cobrissem de telhas, ao procurar, igualmente, dotar a povoação de água suficiente, estava a forjar as infra-estruturas da futura capital.

¹¹³ Catálogo da Exposição – Ribeira Grande – A Cidade Velha – Praia – Outubro de 1989 – Secretaria de Estado da Cultura – Instituto Português do Património Cultural – Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

¹¹⁴ Governador-geral de Cabo Verde empossado em 03 de Dezembro de 1854 – António Maria Barreiros Arrobas – Listas Cronológicas dos Governadores do Ultramar Português - Arquivo Histórico Ultramarino – Elementos Formativos

¹¹⁵ Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde – nº 4 – Janeiro – 1950, p.7, Circular nº 195-A “É fixada permanentemente na Vila da Praia a capital da Província de Cabo Verde, podendo no tempo das águas funcionarem as Repartições Centrais, e as primeiras Autoridades a quem o serviço o permitir, em um dos pontos salubres do interior da Ilha, que para esse efeito será escolhido”

¹¹⁶ Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde – nº 4 – Janeiro – 1950, p.7, “A «Ribeira Grande» acumulará em poucos anos – de 1461 a 1497 – uma riqueza imensa, que aumentaria ainda com o andar do tempo”.

¹¹⁷ Idem “Ali se construiu, com «pedras do reino», uma cidade colonial, de estilo inteiramente português, com a sua catedral onde pregou o Padre António Vieira, Paço do Bispo, Santa Casa da Misericórdia, convento de frades Capuchos, Igreja, Hospital, fortificações e solares fidalgos”.

O estudo realizado revelou neste conglomerado histórico que há monumentos que já não existem, e que alguns se encontram em risco. A estes foi criada uma “carta de risco” que permite nortear e administrar para não agravar ainda mais a situação. A esta carta de risco consta os edifícios classificados como monumentos, incluídos no conjunto da Cidade Velha, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, construída no século XV, e o Convento Igreja de São Francisco, construído no século XVII.

O projecto desenvolvido pela Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais – DGEMN compreendeu em definir uma metodologia de identificação e criação de uma base de dados com rigor técnico que implica na credibilidade das informações recolhidas. Este projecto de grande impacto para o Governo de Cabo Verde é um passo importante visto que ainda não havia técnicos formados para gerir um sistema de grande impacto.

Sobre esta linha a antropóloga Verónica dos Reis Freire afirma que em nenhum momento as autoridades portuguesas demonstraram interesse em preservar património construído em suas antigas colónias.¹¹⁸ No entanto a antropóloga faz ressalvas acerca da efemeridade interventora por conta da circunstância comemorativo, cujos trabalhos resultaram em alteração de oposição aos traços originais dos monumentos onde houve intervenção.¹¹⁹ Postura alterada após a independência de Cabo Verde com medidas de

¹¹⁸ Freire, Verónica dos Reis –. In: *Africana – Porto – n° esp.[1] – (Set.1993)* p.65 “bens culturais nunca beneficiaram de grande atenção por parte das autoridades coloniais portuguesas no tocante à sua valorização e ou preservação, devido talvez, a maior atenção atribuída a outros aspectos sociais. Apenas na década de 60, por ocasião das comemorações do quinto centenário da descoberta do arquipélago, houve uma certa preocupação em relação à preservação, em geral, e de alguns monumentos, em especial, situados na qual foi primeira capital de Cabo Verde, a CIDADE VELHA” “Contrariamente ao que aconteceu noutros países de língua oficial portuguesa, como Angola e Moçambique, Portugal não nos legou nenhuma estrutura de preservação sejam museus, bibliotecas, ou arquivos”

¹¹⁹ Idem: “Nós, hoje nos interrogamos sobre os objectivos e as orientações adoptados nesses trabalhos já que casos houve em que alguns traços originais dos monumentos desapareceram completamente. Pode-se apontar o caso dos azulejos do século XVI que revestiam o interior da Igreja de Nossa Senhora do Rosário que foram inexplicavelmente retirados e substituídos por outros vindos de Portugal, que pouco ou nada têm a ver com os originais, nem na cor nem nos motivos decorativos”

praxe não somente burocrática mas que visa a implantação de uma política de preocupação e acção ante o património do arquipélago.¹²⁰

No ano de 1922, Amâncio Gracias transcreve uma portaria datada de 30 de Março do mesmo ano, publicada pelo então governador Filipe Carlos Dias de Carvalho cujo teor sobressai os interesses em favor da investigação e da conservação dos monumentos históricos. Nos termos da portaria, um facto chama a nossa atenção a respeito das ruínas da Cidade Velha.¹²¹

Colocamos um parêntese acerca da posição do cabo-verdiano ter sido deixado a própria sobre, voltamos um pouco na história, indo propriamente no período de 1472, Daniel Pereira nos diz: “Com efeito, se, numa primeira fase, se reconheceu a necessidade de apoiar a colonização das nossas ilhas, cedo (julgamos que já a partir de 1472) fomos deixados ao deus-dará para resolvemos nossos próprios problemas”.¹²² Ao nosso entender e de forma desmedida, no limiar do século XXI compreendemos porque o património do povo de Cabo Verde somente a partir do século XX passa a ser de forma ainda muito tímida foco de interesse.

Para entender o significado do conceito de património, é necessário na nova ordem respeitar o conceito ou conceitos dado pelos organismos que chancelam salvaguarda, amparo e conservação do património, mas também alargar o conceito dando-lhe significado a partir da necessidade de valor atribuída ao bem pela própria localidade envolvida. Além da chancela dos governos e instituições é importante que a sociedade conheça alguns dos procedimentos que envolve o bem a ser designado como património.

¹²⁰ Freire, Verónica dos Reis – In: Africana – Porto – n° esp. [1] – (Set.1993) p.66 “Na altura, através de um despacho do Sr. Primeiro Ministro, publicado no Boletim Oficial n° 51 de 23 de Dezembro de 1978, foi criada um Comissão Nacional presidida pelo Ministro de Coordenação Económica, e comissões locais, presididas por delegados de Governo em cada Conselho, com o objectivo de promover defesa, a preservação e o restauro dos monumentos nacionais.”

¹²¹ GRACIAS, João Baptista Amâncio, 1922, Imprensa Nacional, pp.122 -123.”

¹²² Pereira, Daniel, 1986, Praia, p.99.

No tocante da intervenção na Cidade Velha, a população, segundo o Carlos Carvalho, Presidente do Instituto Nacional de Investigação Cultural - INIC, apesar de estar orgulhosa do seu património apresenta sentimentos ambíguos à questão visto que a intervenção é uma intromissão directa na vida dos habitantes.¹²³ Este comportamento é típico da população ante intervenção de grande impacto e que tem interferência directa em suas vidas.

Tendo como comportamentos de ordem contrária, também há no substrato da situação em confronto com o debate de maneira que existam opiniões de orgulho acerca das intervenções em torno do valor da memória e história do património da localidade cujo pensar gira em torno do futuro quando administrado o passado de forma que resumidamente haja conversão de dividendos que oxigene a economia local.¹²⁴

A reabilitação do mais importante património do arquipélago de Cabo Verde, Cidade Velha gera um sentimento de orgulho, preocupação e mito do que pode vir acontecer com o destino da própria Cidade Velha. No entanto, o passado, a história indica que por muito este passado em ruínas talvez no futuro não mais existiria visto que a população “saqueou” as pedras das ruínas da Cidade Velha e muitas destas pedras são casas das proximidades na Cidade Velha.¹²⁵

O arquitecto Siza Vieira, responsável pela coordenação dos trabalhos de reabilitação e intervenção da Cidade Velha, em entrevista a revista Cooperação, afirma que o esforço feito pela população de Cabo Verde para salvar um património histórico

¹²³ In: Cooperação: Publicação quadrimestral de cooperação portuguesa – Lisboa – A 1, nº 1 (Nov.2001) - p.16 - “tem aumentado um certo descontentamento da população residente na Cidade Velha, por estar proibida, desde há dois anos, através de decreto-lei, de efectuar qualquer intervenção no edificado, de melhorar as suas residências ou de construir novas casas.”

¹²⁴ In: Cooperação: Publicação quadrimestral de cooperação portuguesa – Lisboa – A 1, nº 1 (Nov.2001) - p.16

¹²⁵ GRACIAS, João Baptista Amâncio, Monografia sobre a província de Cabo Verde, 1922, Imprensa Nacional, p.123.” “ 1º Fica desde já proibido arrasar os restos que ainda existem dos edifícios e da fortaleza na Cidade Velha, devendo a Direcção das Obras Públicas providenciar para que sejam conservados com cuidado, obstando a que se tirem daí pedras ou lages; 2º a mesma direcção das Obras Públicas fará organizar uma planta topográfica da Cidade Velha, indicando nela os locais onde, nos tempos em que essa cidade era capital do arquipélago, existiam vários edifícios e monumentos públicos; 3º (...)sendo proibido arrancarem-se das suas paredes os azulejos que cobrem a ficando a sua conservação a cargo do prior da respectiva freguesia.”

como Cidade Velha recai sobre um país que “sente a cultura, a música, literatura, anseios de desenvolvimento. Sente-se que existe um contacto com o mundo moderno.” (Vieira, 2001)

Para Clementino Amaro, a Ribeira Grande constitui o primeiro aglomerado importante de Cabo Verde.¹²⁶ Ribeira Grande, entre os séculos XVI e finais do século XVII tinha economia voltada para o monopólio do comércio dos escravos, hoje é o património da ilha de Santiago mais conhecido de todo o arquipélago e prima pela liberdade de escolha entre seus habitantes. Situação que abarca na necessidade de como primeira cidade construída pelos portugueses em África, considerar Cidade Velha como Património para o povo cabo-verdiano é apresentá-la enquanto elemento intermediário e de encontro entre os povos.¹²⁷

3.3 A UNESCO e a reabilitação do património

A UNESCO, órgão responsável por cancelar o património na ordem mundial em finais do ano de 1980¹²⁸ envia um dos seus consultores, na época, o arquitecto Paulo de Azevedo com objectivo de orientar a realização de um inventário dos bens culturais de Cabo Verde. Esta medida de visão não somente política, mas também é a sinalização de valorizar o património do arquipélago e de intensificar futuro plano de acção do Governo de Cabo Verde em benefício do património cultural do

¹²⁶ Oceanos – Edição da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses – Escavações Arqueológicas na Cidade Velha – Clementino Amaro – Instituto Português do Patrimônio Cultural – p.86, Novembro de 1990, nº 5

¹²⁷ In: Cooperação: Publicação quadrimestral de cooperação portuguesa – Lisboa – A 1, nº 1 (Nov.2001) - p.16 “Não tanto com base nos testemunhos existentes mas pela sua História, por ter sido a primeira cidade edificada por europeus em África (em 1492) e pelo que representou desde mil e quatrocentos na intercepção de culturas e povos, da Europa, África e Américas”.

¹²⁸ Ver documento da Unesco: <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000458/045854fb.pdf>

arquipélago.¹²⁹ A equipa que elaborou a proposição e inscrição da Cidade Velha foi composta por autoridades de diversas actuações.¹³⁰ Acreditamos que este estudo foi o marco para que no século XXI, Cidade Velha tenha o seu valor agregado a outros sítios já considerados património da humanidade no continente africano.¹³¹

Como forma de reforçar e fortalecer a candidatura da Cidade Velha como património não somente do arquipélago de Cabo Verde, mas também património da humanidade, o conselho de Ministros da República de Cabo Verde reuniu no dia 17 de Janeiro de 2008 para apreciar o dossier de candidatura da Cidade Velha a lista de património da humanidade apresentado pelo Ministro da Cultura do Governo de Cabo Verde, Manuel Veiga. Na apreciação o Ministro diz que para o povo cabo-verdiano. “Cidade Velha já é património da humanidade” e frisa ter sido Cidade Velha o primeiro entreposto da escravatura no mundo e lembrando que foi onde se construiu a primeira Sé Catedral ao Sul do Sahara e onde nasceu uma cultura, uma antropologia e a Nação cabo-verdiana.¹³²

A informação apresentada pelo estudo realizado através da equipa do IGESPAR consta que já no séc. XVI a cidade tinha o seu espaço urbano consolidado, assim como o seu sistema defensivo que são as fortalezas da cidade.

A investigação apresentada e detalhada consta que a primeira etapa da expansão urbana equivale ao período que se estende da instalação do núcleo inicial aos finais do séc. XV. O estudo da DGEMN apresentado em etapas indica que entre uma destas, a análise compreendida indica que o tempo decorrido entre a segunda metade do séc. XVI

¹²⁹ Freire, Verónica dos Reis – A experiência cabo-verdiana do domínio do património. In: Africana – Porto – nº esp. [1] – (Set.1993) p.66

¹³⁰ Consultar – Republique du Cap- Verd, Cidade Velha, Centre historique de Ribeira Grande, Cap-Vert , Republique Proposition d’inscription sur la Liste du patrimoine mondial – Janvier 2008, p.4, UNESCO

¹³¹ Ver: http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_do_Patrim%C3%B3nio_Mundial_em_%C3%81frica

¹³² Documento da Web, página do Governo Oficial de Cabo Verde, http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=609

até meados do XVIII corresponde à época de maior crescimento e investimento no espaço urbano. Apresenta ainda o estudo que este período havia maior realização de parte do conjunto de igrejas: Igreja da Misericórdia, Sé, Palácio Episcopal, de forma conclusiva o estudo baliza que a segunda metade dos séculos XVII e XVIII a cidade entra em processo de decadência e conseqüentemente ocorre o abandono e Cidade Velha – Ribeira Grande deixa de ser a capital.

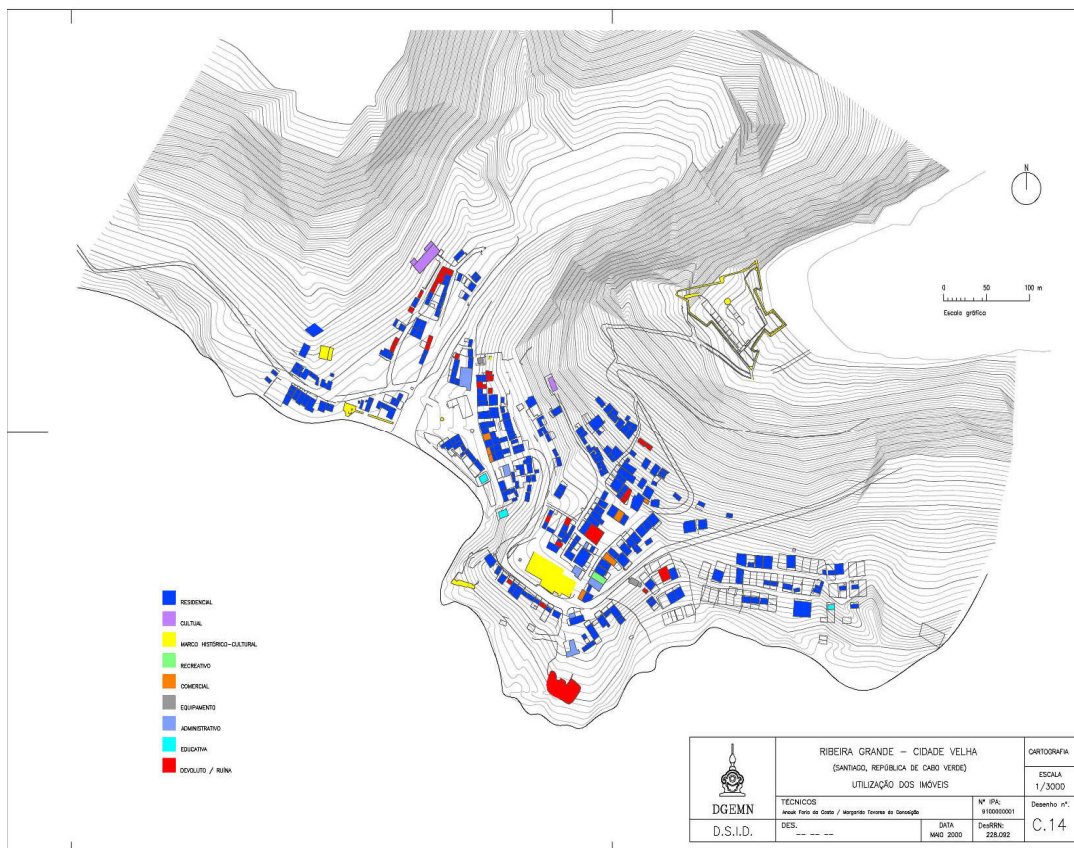


Fig. 10: <http://www.monumentos.pt>

No desenho de nº C14 intitulado “utilização dos imóveis, os técnicos do DGEMN classificaram os imóveis e sua utilização:

- Azul real: são imóveis residenciais
- Roxo: cultural
- Amarelo: marco histórico-cultural
- Verde: recreativo
- Laranja: comercial
- Cinza: equipamento
- Azul-turquesa: administrativo
- Azul-bebe: educativa
- Vermelho: devoluto/ruína

Acerca do estado de conservação da fachada destes edifícios, o estudo mapeado pelo DGEMN nos apresenta uma situação estarrecedora e que de facto preocupa qualquer autoridade no assunto.

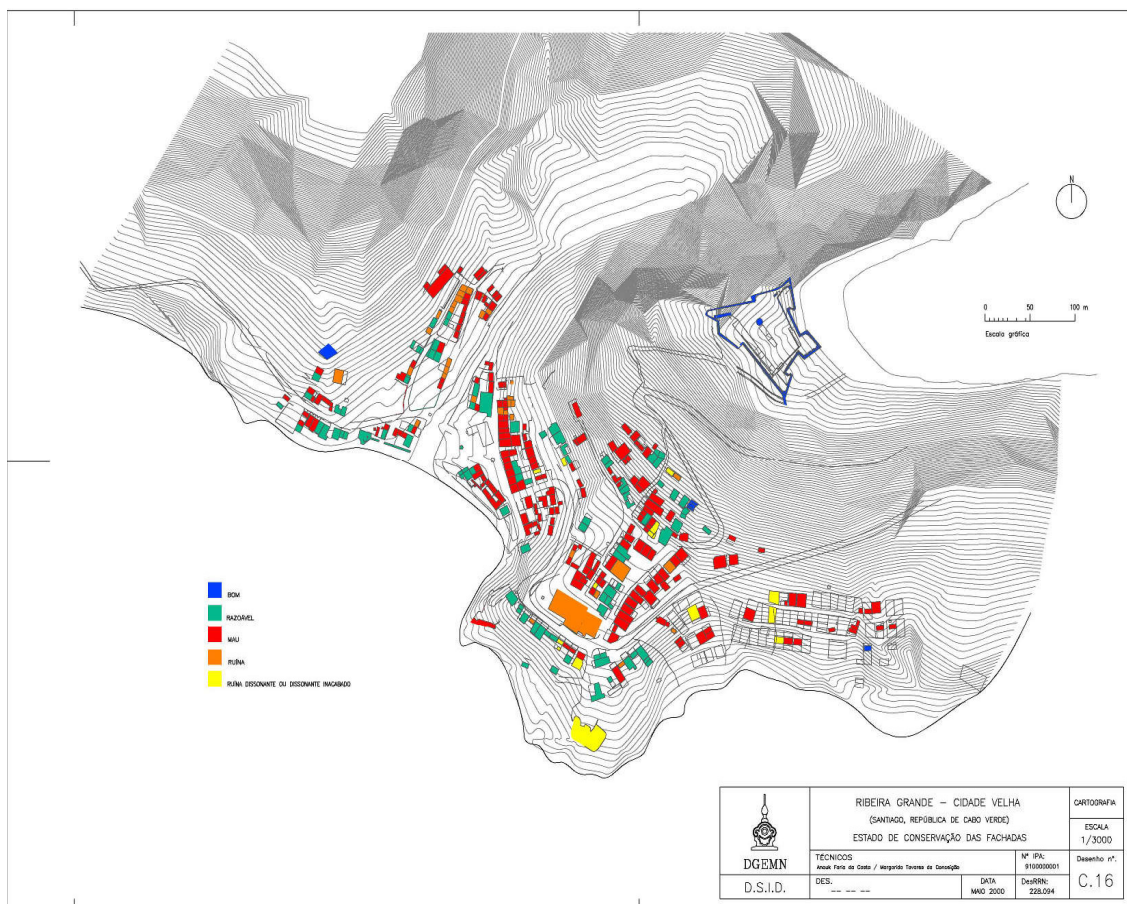


Fig. 11: <http://www.monumentos.pt>

O desenho de nº C16, intitulado “Estado e conservação das fachadas” apresenta dados alarmantes no que diz respeito as fachadas dos edifícios do conjunto em torno da Cidade Velha:

- Azul: bom
- Verde: razoável
- Vermelho: mau
- Laranja: ruína
- Amarelo: ruína dissonante ou dissonante inacabado

Conclusão

O arquipélago de facto pode ser considerado entre todas as outras colónias portuguesas como a mais portuguesa das colónias. No entanto, a forma circunstancial de como processou o povoamento com o envio de colonos portugueses e mais tarde, no enquadramento do povoamento, escravos “retirados” a costa africana, e que deu origem a um povo mestiço e com uma identidade cultural própria e personalizada de ser cabo-verdiano. É o que marca a história e memória principalmente a ilha de Santiago que como já dissemos é a mais africana de todo o arquipélago.

A história de como foi construído os edifícios que hoje são património do arquipélago é memória do povo cabo-verdiano e o século XXI traz uma necessidade maior de entender não somente o processo de restaurar, conservar, e salvaguardar o património, mas também exige o conhecer como o património passou a existir a partir do curso do seu nascimento, de maneira que este conhecer valida e cria instrumentos de acção para preservá-lo.

Os estudos cuja temática tenha relação com o continente africano quase sempre abordam questões no âmbito social, político, etnológico e histórico. No entanto, como explanamos na investigação, a lacuna universo do estudo do património construído por portugueses e africanos necessitam de mais investigação, oxalá haja mais interesse no património da África lusófona.

No decorrer histórico do arquipélago de Cabo Verde, mais especificamente da sua capital, cidade da Praia, como qualquer outro povo, percebemos o quão importante para o povo de Cabo Verde é preservar seus laços culturais, muito notáveis na música, literatura e na língua materna: o crioulo.

O arquipélago de Cabo Verde como rota de passagem e entreposto entre África, Europa e América, acrescenta a um domínio de espaço físico e que mais tarde gerou

espaços simbólicos e rico património entre ilhas e aproximação de culturas. No entanto, com toda riqueza gerada por conta da mestiçagem e do hibridismo, ainda assim o grande maior inimigo do povo cabo-verdiano foi o clima, e este criou uma série de factores determinantes para distanciar a importância do património cultural. João Lopes Filho, Baltazar Lopes, a revista *Claridade*, Cidade Velha, Césarea Évora, grogue, nomes que referenda o património de toda ordem do povo de Cabo Verde, no entanto pouco sabemos dos sobrados, praças, monumentos do arquipélago.

Acreditamos que a recuperação dos bens e o resgate da cultura identitária e de tradição são elementos que garantem a memória histórica e colectiva. A história de economia de subsistência ou de imigração, o arquipélago na sua constituição geográfica e urbana: ilhas, sítios, monumentos, igrejas e edifícios que remontam a história em longos períodos da história necessitam de facto de investigação mais ampla.

O nosso projecto era de ver de *in loco* o nosso objecto de estudo, bem como observar e expor as medidas de intervenção e cuidado para manutenção dos mesmos. No entanto diante das adversidades em realizar esta parte prática da prática de investigação, entendemos que por ora aqui elencadas nos convence de que necessitamos dar mais oportunidade para realização de um estudo continuado e pormenorizado no futuro.

Bibliografia

- ABRANTES, H. (1989). *Identidade e Património Cultural*. Porto, Portugal: Edições Asa.
- AIDA Freudenthal, J. M. (s.d). *Angola no século XIX - Cidades, Território e Arquitecturas*. Lisboa: Maisimagem.
- ALBUQUERQUE, L. d. (1990). As ilhas que estavam lá. In C. N. Portugueses, *Oceanos* (p. 53). Lisboa: Printer Portuguesa.
- AMARAL, I. (1964). *Santiago de Cabo Verde, a terra e os homens*. LISBOA: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar.
- ANGELA DOMINGUES, I. d. (1991). *História Geral de Cabo Verde* (Vol. 1). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- BARBOSA, A. d. (1960). *Catálogo da exposição do documentário fotográfico sobre as ruínas da antiga cidade da Ribeira Grande de Santiago*. Praia, Cabo Verde: Imprensa Nacional.
- BARROS, S. (02 de Maio de s.d). *Memória da África Digital*. (E. Cosmos, Ed.) Obtido em 2009, de Cadernos Coloniais: http://memoria-africa.ua.pt/Digital_Show.aspx?q=/CadernosColoniais/CadernosColoniais-N56
- BARROS, S. (21 de Julho de s.d). *Origens da Colónia de Cabo Verde*. (E. Cosmos, Ed.) Lisboa.
- BASIL, D. (Novembro de 1988). *As ilhas afortunadas*. (J. Garilbaldi, Trad.) Lisboa: Editorial Caminho.
- BATALHA, F. (2006). *Angola - Arquitectura e História* (1ª ed.). (A. Bacelar, Ed.) Lisboa: Vega.
- BRASIL, P. d. (s.d.). <http://www.planalto.gov.br>. Obtido em 03 de Setembro de 2009, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm
- BURDEN, E. (2002). *Dicionário Ilustrado de Arquitectura*. São Paulo, Brasil: ARTMED.
- CALADO, J. H. (2005). *Dicionário de termos de Arte e Arquitectura* (1ª ed.). Lisboa, Portugal : Editorial Presença.
- CARREIRA, A. (1984). *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*. Lisboa: Ulmeiro.
- CARREIRA, A. (1987). *Descrições oitocentistas das Ilhas de Cabo Verde / recolha, anotações e apresent. de António Carreira*. s.l: Mem Martins - Gráf. Europam.

- CAUQUELIN, A. (2008). *A invenção da paisagem*. (P. Bernardo, Trad.) Lisboa: Edições 70, Lda.
- CERRONE, F. (1983). *História da igreja de Cabo Verde (subsídios)*. Praia: Gráfica do Mindelo LDA.
- COUTO, C. M. (1997). *Contribuição para o estudo das estratégias familiares de subsistências rurais em Santiago de Cabo Verde : uma abordagem socio-antropológica*. Lisboa: Tese de Mestrado - Estudos Africanos, ISCTE.
- CULTURAL, I. P. (outubro de 1989). *Ribeira Grande - A cidade velha* . Praia, Cabo Verde.
- Cultural, M. d. (s.d.). *IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Obtido em 03 de Setembro de 2009, de <http://portal.iphan.gov.br>: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaAlpha>
n
- FABIÃO, M. M. (2000). *As mulheres cabo-verdianas e o batuque*. Lisboa: Tese de Mestrado - Universidade Aberta.
- FABRIS, A. (2008). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo, Brasil: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo.
- FAGE, R. O.-J. (1980). *Breve História da África* (1ª edição portuguesa ed.). (A. Morão, Trad.) Lisboa: Sá da Costa Editora.
- FILHO, J. L. (1976). *Cabo Verde - Apontamentos Etnográficos*. Lisboa: Sociedade Astória.
- FILHO, J. L. (1995). *Cabo Verde : retalhos do quotidiano / João Lopes Filho*. Lisboa, Portugal: Caminho.
- FILHO, J. L. (1981). *Cabo Verde, subsídios para um levantamento cultural*. Lisboa: Plátano Editora.
- FILHO, J. L. (1985). *Defesa do património sócio-cultural de Cabo Verde*. (J. A. Ribeiro, Ed.) Lisboa: Ulmeiro.
- FILHO, J. L. (2003). *Introdução à cultura cabo-verdiana*. Praia: Instituto Superior de Educação - República de Cabo Verde.
- Fragmentos. (Dezembro de 1997). *Fragmentos. Revista de letras, artes e cultura , Pró-cultura, Movimento*. Praia, Cabo Verde: Gráfica do Mindelo Lda.
- FREIRE, V. d. (1993). *A Experiência Caboverdiana no Domínio do Patrimônio* (Especial ed.). Porto: Universidade Portucalense.
- FREYRE, G. (2003). *Casa-Grande & Senzala* (49ª ed.). São Paulo, Brasil: Global.

- GRACIAS, J. B. (1922). *Província de Cabo Verde - Monografia*. Cabo Verde: Imprensa Naacional.
- HENRIQUES, I. C. (2004). *Território e Identidade - A construção da Angola Colonial (c.1872 - c. 1926)*. (F. d. Lisboa, Ed.) Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- <http://www.portaladm.adm.br>. (s.d.). <http://www.portaladm.adm.br>. Obtido em 03 de Setembro de 2009, de <http://www.portaladm.adm.br/Portinstrumental/modelos%20de%20documentos.pdf>
- KOSSOY, B. (2001). *Fotografia & História*. São Paulo, Brasil: Ateliê Editorial.
- LEÃO, J. (s.d.). *Soalhos Antigos Jorge Leão - S. Pedro de Sintra*. Obtido em 25 de Julho de 2009, de <http://www.jorgeleao.com/soalhos.html>
- LINO, R. (1957). Arquitectura, paisagem e a vida. In S. d. Lisboa (Ed.), (p. 18). Lisboa.
- LOBO, P. d. (Dezembro de 1949). A originalidade humana de Cabo Verde. (J. Tolentino, Ed.) *Claridade - Revista de arte e letras*, p. 64.
- LOPES, B. (Dezembro de 1949). O folclore poético da ilha de S. Tiago. (N. Miranda, Ed.) *Claridade - Revista de arte e letras*, pp. 43,46.
- LOUREIRO, J. (1998). *Postais Antigos de Cabo Verde - Memória Portuguesa de África e do Oriente*. Lisboa: Maisimagem - Comunicação Lda.
- MIRANDA, N. d. (1963). *Compreensão de Cabo Verde*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- MIRANDA, N. (1965). *Sobre instituições tradicionais ultramarinas - V Colóquio de estudos luso-brasileiros*. Coimbra, Portugal: Gráfica de Coimbra.
- MONTEIRO, F. (Julho de 1948). Tabanca, evolução semântica. (S. d. Lda., Ed.) *Claridade, revista de arte e letras*, pp. 14-18.
- MÚRIAS, M. (1939). *Cabo Verde, Memória breve*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- NACIONAIS, D. G. (2001-2006). *Monumentos*. Obtido em 24 de Junho de 2009, de Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana: http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B.aspx
- NASCIMENTO, J. E. (Setembro de 2003). O crescimento urbano e a estrutura funcional da cidade da Praia. (*Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, apresentado à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa*). Lisboa.

- PEIXEIRA, L. M. (2003). *Da mestiçagem à caboverdianidade, Registos de uma sociocultura*. Lisboa: Edições Colibri.
- PEREIRA, D. (2004). *A importância Histórica da Cidade Velha (Ilha de Santiago - Cabo Verde)*. (A. M. Enrique Martínez Gálan (Espanhol), Trad.) Praia, Cabo Verde: Alfa-Comunicações, Lda.
- PEREIRA, D. A. (1986). *Estudos da história de Cabo Verde*. Praia, Cabo Verde: Instituto Cabo Verdiano do Livro.
- PEREIRA, J. M. (1967). *Esboço de um estudo sobre Etnossociologia Caboverdiana*. Lisboa: Circulos de Estudos Ultramarinos.
- PORTUCALENSE, U. (2001). *Africana*. Porto, Portugal: Centro de Estudos Africanos e Orientais.
- PORTUGAL, M. d. (2009). *Instituto Camões*. Obtido em 30 de Julho de 2009, de <http://www.instituto-camoes.pt/acordos/cabo-verde.html>: http://www.instituto-camoes.pt/images/stories/acordos/caboverde_paacnti.pdf
- REPÚBLICA, P. G. (2002). *Gabinete de Documentação e Direito Comparado*. Obtido em 30 de Julho de 2009, de Gabinete de Documentação e Direito Comparado: <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec54-1997.pdf>
- RODRIGUES, C. (Realizador). (1997). *Mulheres do Batuque* [Filme]. Cinequanon.
- RODRIGUES, E. (1992). *Manual Ilustrado de Estilos Artísticos*. Rio de Janeiro, Brasil: Edições de ouro.
- RODRIGUES, P. A. (1998). *Património, identidade e história - o valor e o significado dos monumentos nacionais no Portugal de oitocentos*. Lisboa: Tese de Mestrado - Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais.
- SANTOS, C. d. (1991). *História Geral de Cabo Verde* (Vol. I). (I. d. Lisboa, & D. G. de Cabo Verde, Edits.) Portugal: Imprensa de Coimbra.
- SEMEDO, M. R. (1991). *A Tabanca de Cabo Verde: aspectos culturais*. Itália.
- SENNA, M. R. (1987). *Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde 1818* (Edição patrocinada pela Presidência da República de Cabo Verde ed.). Lisboa: Gráfica Europam Lda.
- SÉRGIO, A. M. (s.d). Cabo Verde. *Grande Enciclopedia Portuguesa e Brasileira*, V, 283 - 296. Brasil, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopedia Limitada - Lisboa, Rio de Janeiro.
- SILVA, A. d. (1954). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (Vols. II, III e VI). Lisboa: Editorial Confluencia LDA.

- SILVA, F. E. (2005). *Cabo Verde, 30 anos de cultura : 1975-2005*. Praia: Ministério da Cultura de Cabo Verde - Instituto da Biblioteca e do Livro.
- SILVA, F. F. (1899). *Diocese de Cabo Verde : apontamentos... do Seminário Lyceu / pelo Deão Francisco Ferreira da Silva*. Lisboa: Minerva Central.
- SILVA, J. D. (1941). Serpa Pinto, grande administrador colonial. *O mundo português*, 8.
- SILVA, K. V. (2006). *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo, Brasil: Contexto.
- SOTRAMEL. (1955). *Portugal no Ultramar : Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola*. Lisboa.
- Sousa, A. S. (1961). *Batuque*. Luanda: s.e.
- SOUSA, H. T. (1995). *A igreja e a literatura em Cabo Verde*. Paris: Fond. Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais.
- SOUSA, T. d. (1958). *Cabo Verde e a sua gente*. Praia, Cabo Verde: Ed. Propaganda.
- TROPICAL, I. d. (Maio e Julho de 1985). Catálogo da Exposição Histórico-Documental sobre Cabo Verde. *Mindelo - Praia*. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino.
- TROPICAL, I. d. (s.d.). *Tv Ciência on line*. Obtido em 17 de Julho de 2009, de http://www.tvciencia.pt/tvcicn/pagicn/tvcicn01.asp?cmb_pesq=loc&txt_pesq=cabo+verde
- TURANO, J. M. (1997). *Cabo Verde - o ciclo ritual das festividades da tabanca*. Praia: Slpeen - Edições.
- UNESCO. (2005-2009). *Unesco Documents and Publications*. Obtido em 28 de Julho de 2009, de <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000458/045854fb.pdf>
- URBANA, I. d. (2001-2006). <http://www.monumentos.pt>. Obtido em 26 de Junho de 2009, de http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B.aspx
- VASCONCELOS, E. J. (1916). *Colonias Portuguezas - Archipelago de Cabo Verde (Vol. I)*. Lisboa: Centro Typographico Colonial.
- VASCONCELOS, F. d. (1956). *Diogo Gomes : caravelista do Infante e descobridor da Ilha de Santiago de Cabo Verde / Frazão de Vasconcelos*. Lisboa: Tip. Silvas.
- VERDE, B. d. (Maio de 1952). *Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde*. Praia, Santiago, Cabo Verde: Imprensa Nacional.
- VERDE, B. d. (1949 - 1950). *Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde (Novembro ed., Vol. Nº 2)*. Praia, Cabo Verde: Imprensa Nacional.

VERDE, B. d. (Janeiro de 1962). Boletim de Propaganda e Informação de Cabo Verde. (I. Nacional, Ed.) *Apontamentos etnográfico sobre a ilha de Santiago* , pp. 13-14.

VERDE, G. d. (18 de Janeiro de 2008). *Página Oficial do Governo de Cabo Verde*. Obtido em 23 de Junho de 2009, de Design & Concepção: NOSI:
http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=609

Verde, G. G. (23 de Maio de 1870). *Boletim Oficial* . Praia, Cabo Verde.

Vert, R. d. (Janvier de 2008). Cidade Velha, Cente Historique de Ribeira Grande, Cap-Vert. *Proposition d inscription sur la Liste du patrimoine mondial* . Cap-Vert: UNESCO.

VIEIRA, S. (Novembro de 2001). Cidade Velha Risco Tropical. (S. Soares, Entrevistador) Serviço de Comunicação do Instituto de Cooperação Portuguesa.

Wikipedia. (19 de Julho de 2009).
http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal. Obtido em 4 de Agosto de 2009, de <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikimedia>:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_do_Patrim%C3%B3nio_Mundial_em_%C3%81frica

Referência Caixas AHU

CX 163 - (1870 - 1878). AHU - SEMU - DGU – 3R - Obras Públicas - Cabo Verde.

CX 164 - (1879 - 1882). AHU - SEMU - DGU – 3R - Obras Públicas - Cabo Verde

CX 165 - (1883 - 1884). AHU - SEMU - DGU – 3R - Obras Públicas - Cabo Verde.

CX 166 - (1885 - 1886). AHU - SEMU - DGU – 3R - Obras Públicas - Cabo Verde.

CX 167 - (1887 - 1888). AHU - SEMU - DGU – 3R - Obras Públicas - Cabo Verde.

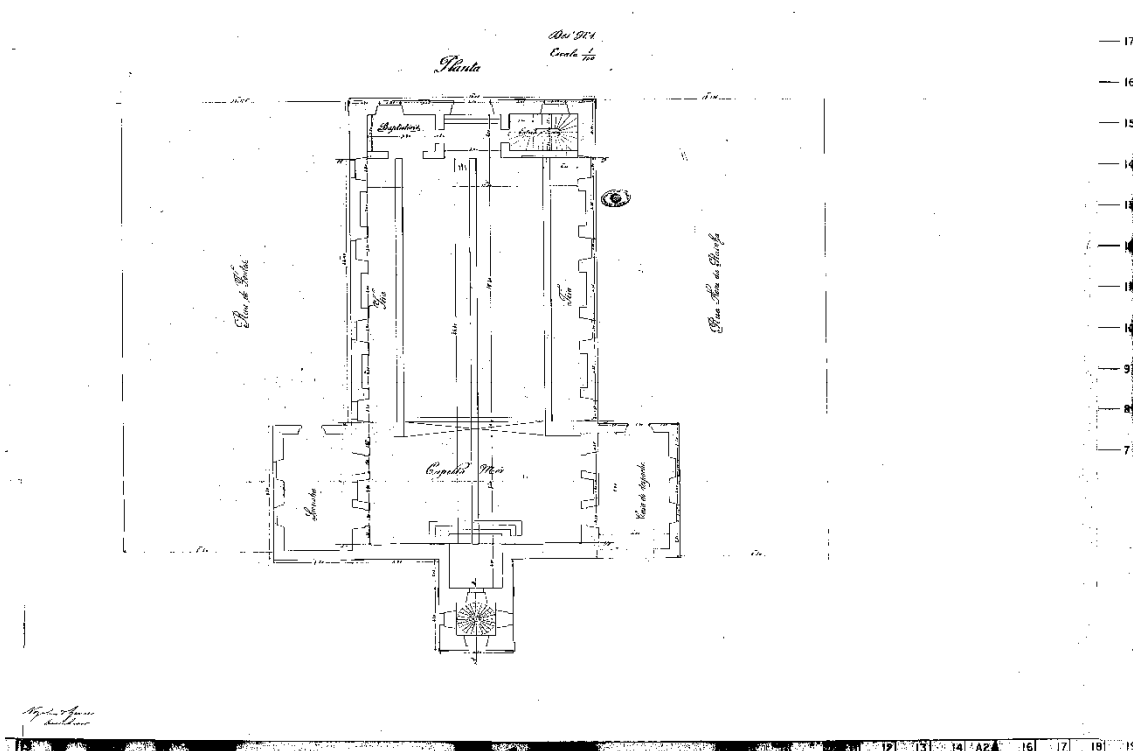
CX 168 - (1889 - 1891). AHU - SEMU - DGU – 3R - Obras Públicas - Cabo Verde.

CX 169 - (1892 - 1893). AHU - SEMU - DGU – 3R - Obras Públicas - Cabo Verde.

Anexos

Desenhos do primeiro projecto para construção da Igreja Matriz, AHU- SEMU DGU 3R CX 167- pasta 1887 nº 23 obras públicas de Cabo Verde, doc nº 29 com os desenhos: 1,2, 3, 6, 7 e 11.

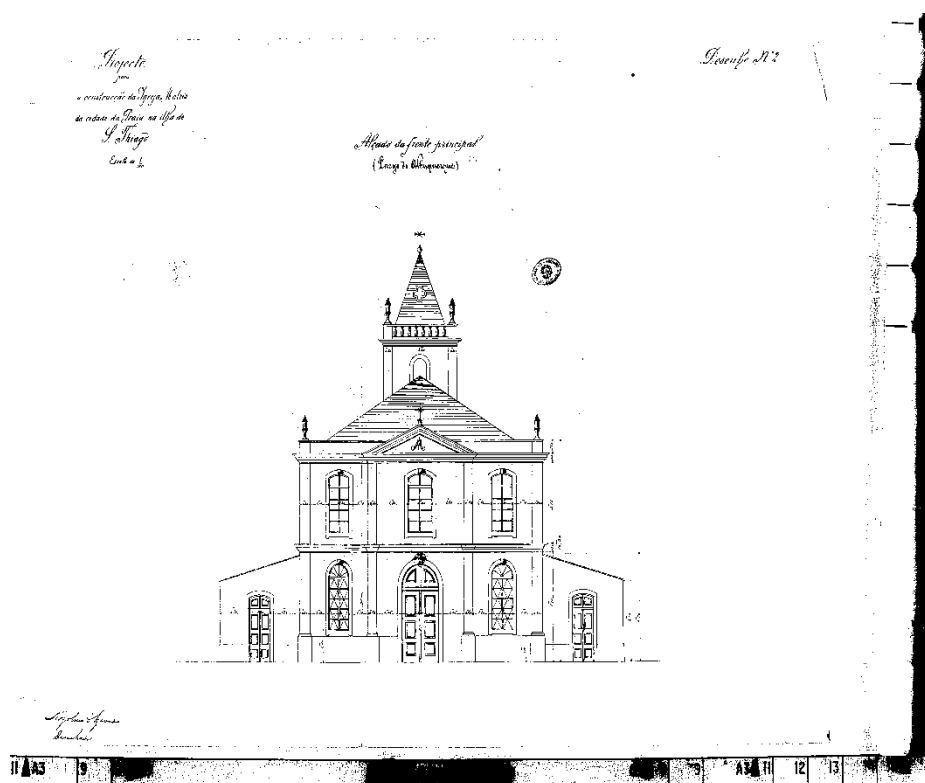
Desenho 1- Planta da Igreja Matriz – Cidade da Praia – Escala 1:100



Desenho 1, Caixa 167 AHU – SEMU – DGU – 3R – Sala 12 Direção das Obras Públicas, Projecto e orçamento para construção de uma nova Igreja Matriz na cidade da Praia, Ilha de S. Thiago – 1887

A configuração e aspecto são mantidos nos dois projectos. Na sua forma, a igreja Matriz tem aspecto rectangular, cujo comprimento interior das faces laterais da igreja é de 31,40m, sendo que a sacristia e casa de despacho, cada uma é de 9,20m x4,60m. A torre tem sua medida 4,20m x4,20 atestamos estas indicações e as transcrevemos em consonância com o desenho apresentado no caixa 167 das obras públicas de Cabo Verde. A sacristia, casa do despacho 88,64 m², e a torre 17, 64 m² ficando esta disposta a meio da face posterior da igreja e ligada a ela pelas mesmas laterais que formam o vão do altar-mor.

Desenho 2, Alçada da frente principal – Largo Albuquerque, Escala 1:100



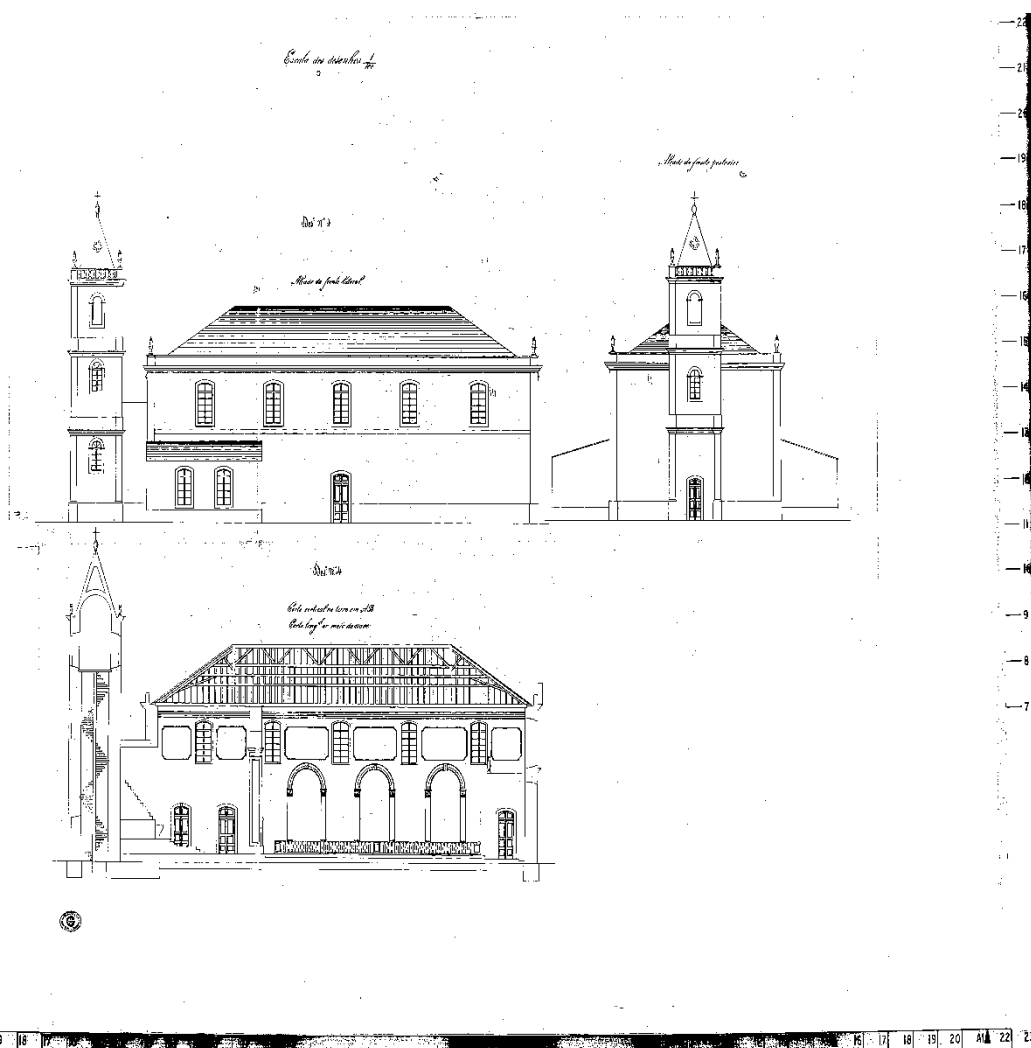
Desenho 2, Caixa 167 AHU – SEMU – DGU – 3R – Sala 12 Direção das Obras Públicas, Projecto e orçamento para construção de uma nova Igreja Matriz na cidade da Praia, Ilha de S. Thiago – 1887



Figs. 12 e 13

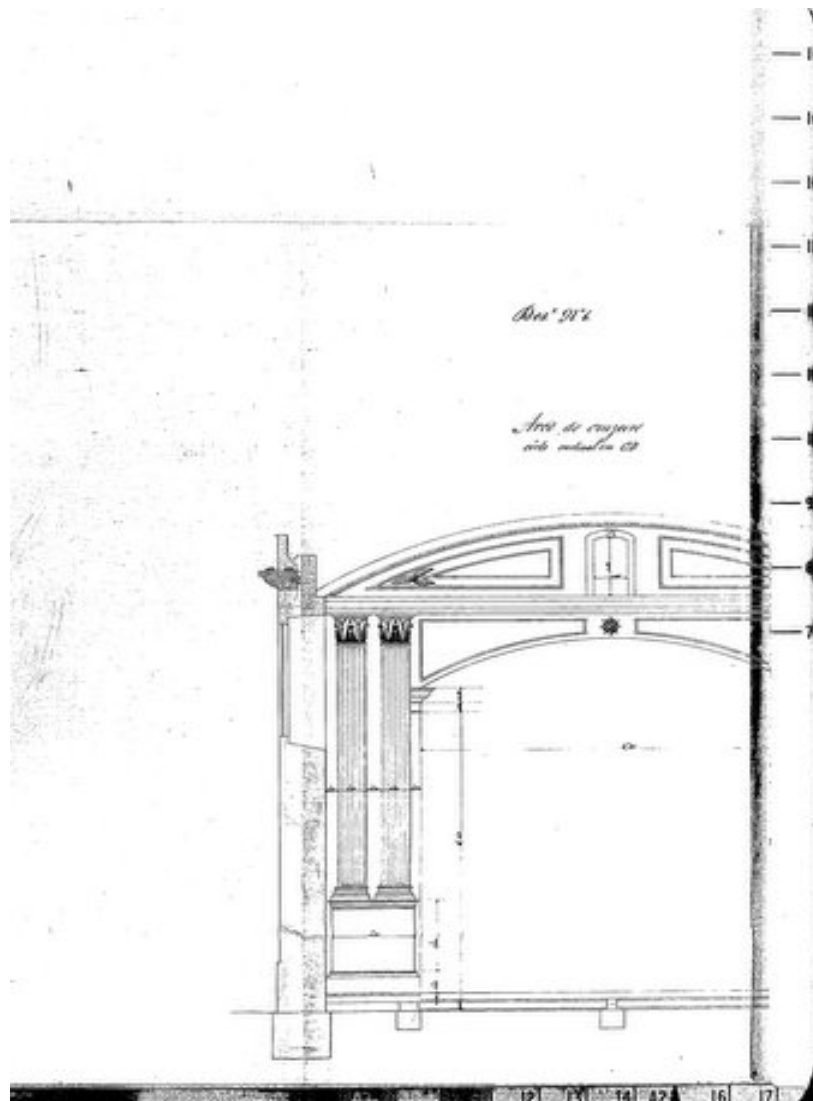
Sendo que, a igreja e a torre são rematadas por uma platibanda assentada sobre uma cimalha de cantaria escudada, formando a meio da face principal da igreja um frontão romano triangular. Informação conforme descrição do desenho 2 da caixa 167 – obras públicas de Cabo Verde projecto de construção para nova igreja Matriz da cidade da Praia.

Desenho 3, corresponde a alçada da frente lateral e alçada da frente posterior. Desenho 4, corresponde ao corte vertical da torre AB e corte longitudinal.



Desenho s 3 e 4, Caixa 167 AHU – SEMU – DGU – 3R – Sala 12 Direção das Obras Públicas, Projecto e orçamento para construção de uma nova Igreja Matriz na cidade da Praia, Ilha de S. Thiago – 1887.

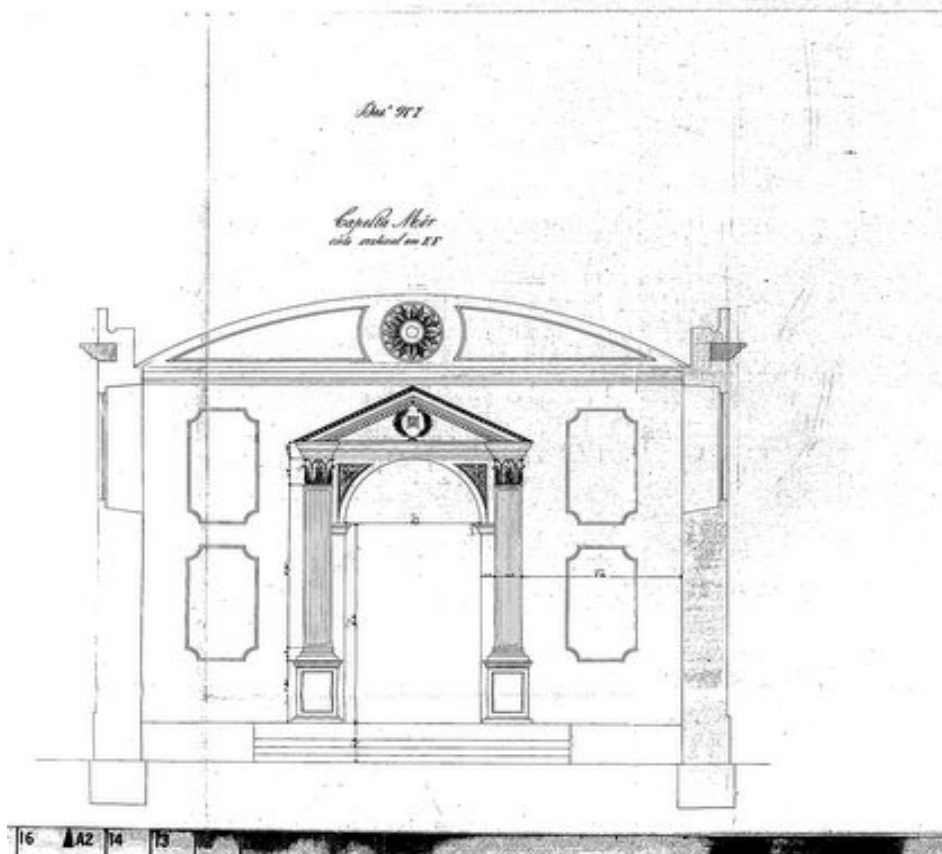
Desenho 6, Corte vertical CD - capitéis das pilastras da igreja de ordem ática.



Desenho 6, Caixa 167 AHU – SEMU – DGU – 3R – Sala 12 Direção das Obras Públicas, Projecto e orçamento para construção de uma nova Igreja Matriz na cidade da Praia, Ilha de S. Thiago – 1887.

O arco do altar-mor tem um frontão triangular cujas pilastras juntas a imposta do arco terão 0,60 m de largura. Sendo que a altura contada do arco do pedestal até a cornija do capitel, segundo os registos é de 6,10m.

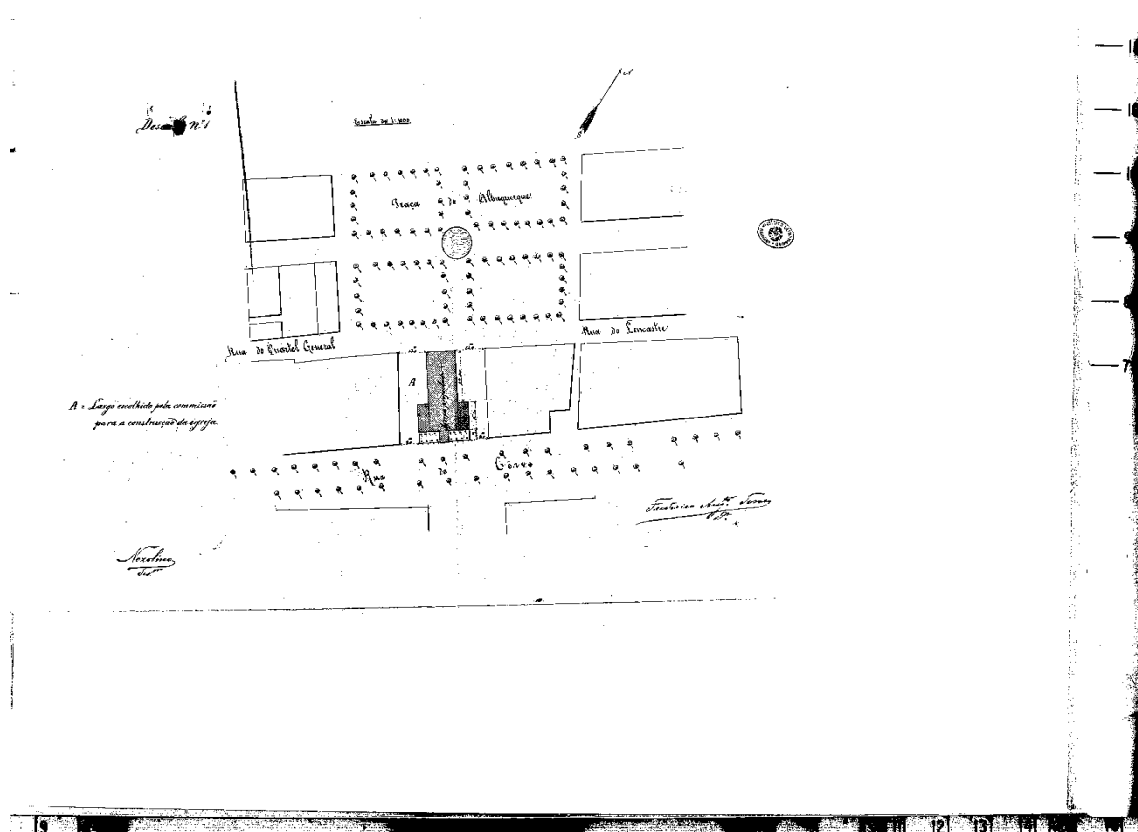
Desenho 7- Corte vertical EF da arcada que forma o vão inferior do coro composto de 4 pilastras toscanas sobre pedestais, sendo os capitéis coroados por uma cornija.



Desenho 7, Caixa 167 AHU – SEMU – DGU – 3R – Sala 12 Direção das Obras Públicas, Projecto e orçamento para construção de uma nova Igreja Matriz na cidade da Praia, Ilha de S. Thiago – 1887

Acerca dos capitéis das pilastras da igreja são igualmente de ática, e as pilastras guarnecidas de molduras. Ainda na descrição do documento, os altares laterais são embebidos nas paredes cujos pés direitos tem altura de 4,20 m, guarnecidos por pilastras assente em pedestais da ordem dória, sendo os capteis da ordem ática.

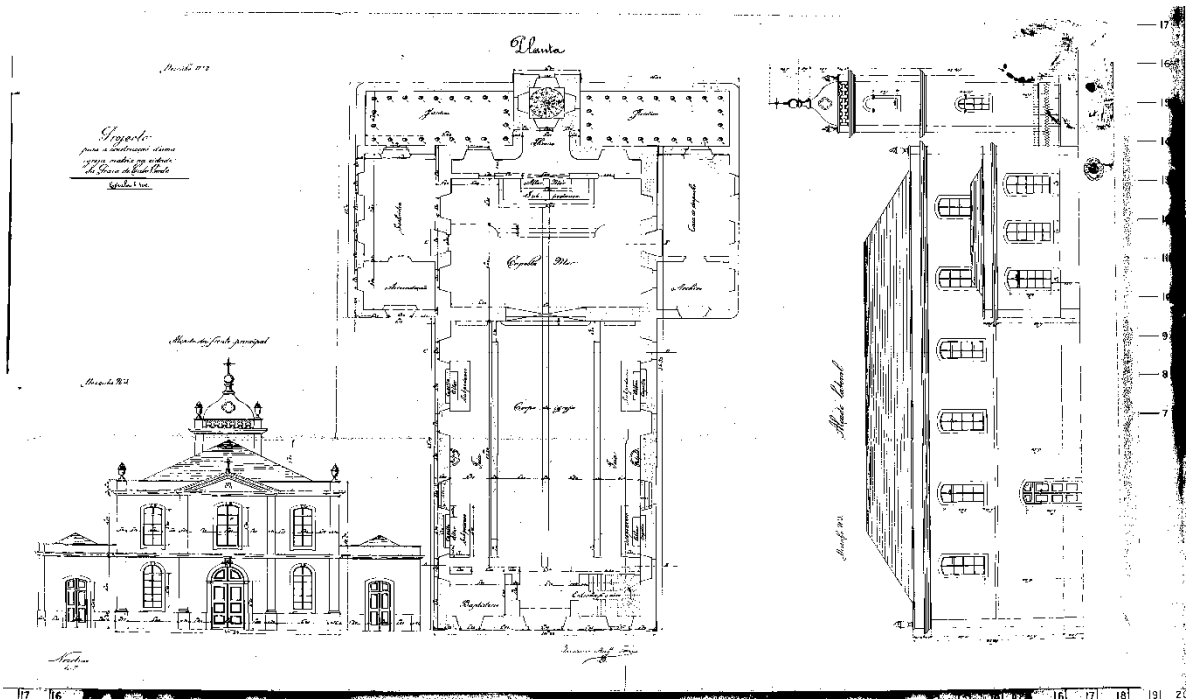
Desenhos do projecto de modificação para construção da Igreja Matriz, AHU – SEMU – DGU – 3R – Caixa 169 – Sala 12 - Pasta 1893- n° 23 obras públicas. Desenhos: 1,2, 3, 4, 5, 6, 7 e 9



Desenho 1 – Escala 1:1000, Planta de localização, AHU – SEMU – DGU – 3R – Caixa 169 – Sala 12 - Pasta 1893- n° 23 obras públicas.

Planta de localização – apresentação das novas dimensões em conformidade com os limite dos espaços pelo lado norte, pelas edificações da rua Lencastre e rua do Quartel General, e pelo sul pelas ruas do Corvo. As novas dimensões não podiam dar-lhe maior largura, atendendo a circunstância de ter de deixar-se o espaço preciso para as duas ruas e que não ficassem demasiadamente estreitas para o lado da Praça do Albuquerque, sendo assim daria maior visibilidade ao edifício religioso, e isto é importante uma praça, uma igreja, dá evidência e importância ao edifício e a própria localidade.

Desenho 2 e 3. 2 - Planta da Igreja Matriz da Cidade da Praia com nova disposição interior. 3 – Alçadas das fachadas: principal e lateral.

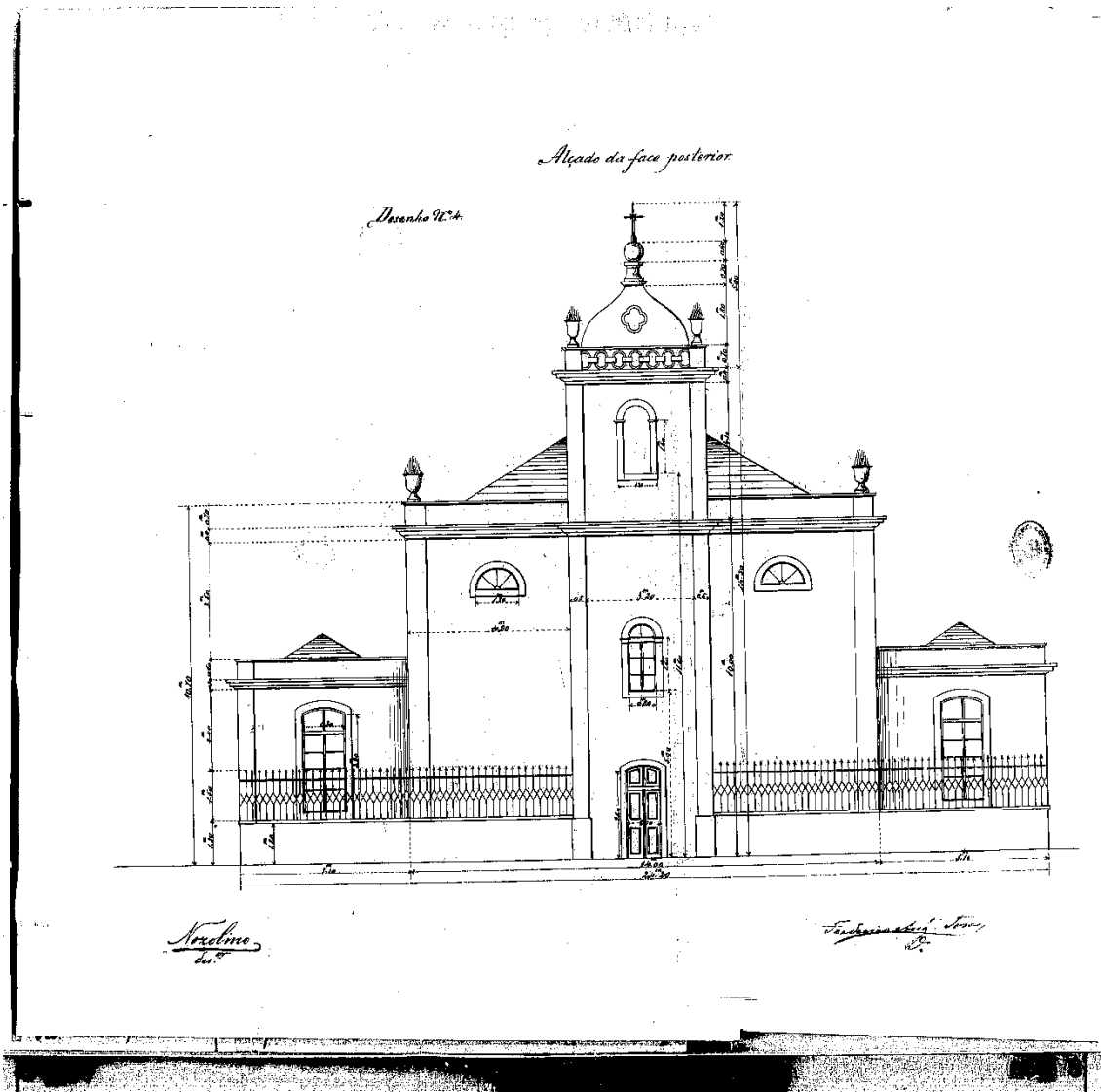


Desenho 2 e 3. Desenho 2 - Planta da Igreja Matriz da Cidade da Praia com nova disposição interior. Desenho 3 – Alçadas das fachadas: principal e lateral. Ambos na escala: 1:100 – AHU – SEMU – DGU – 3R – Caixa 169 – Sala 12 - Pasta 1893- n° 23 obras públicas.



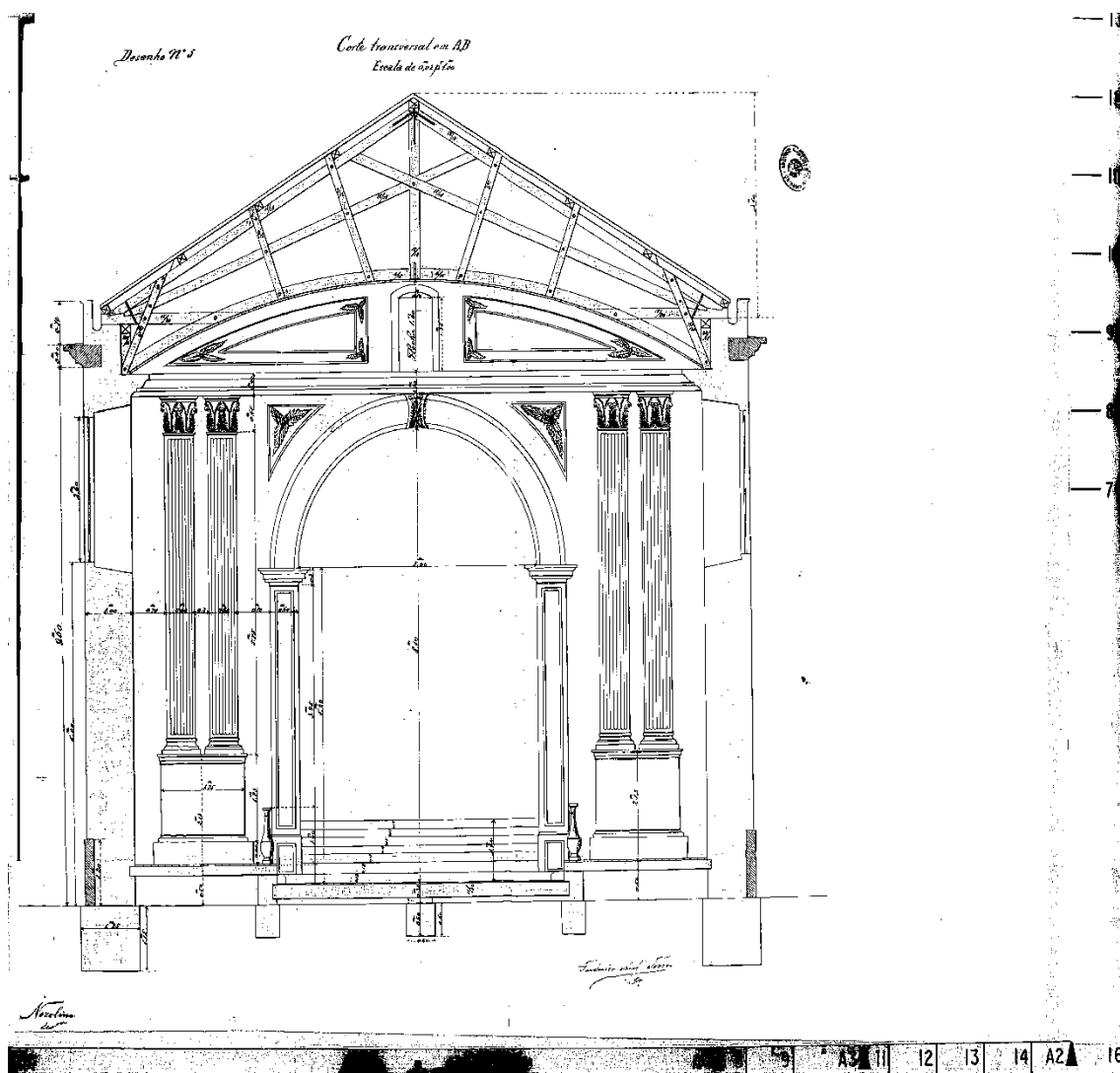
Fig. 14 Fotografia enviada por Madalena Cunha apresentando alçada lateral da Igreja Matriz

Desenho 4 – Alçada da face posterior



Desenho 4 - Alçadas da face posterior – AHU – SEMU – DGU – 3R – Caixa 169 – Sala 12 - Pasta 1893- n° 23 obras públicas.

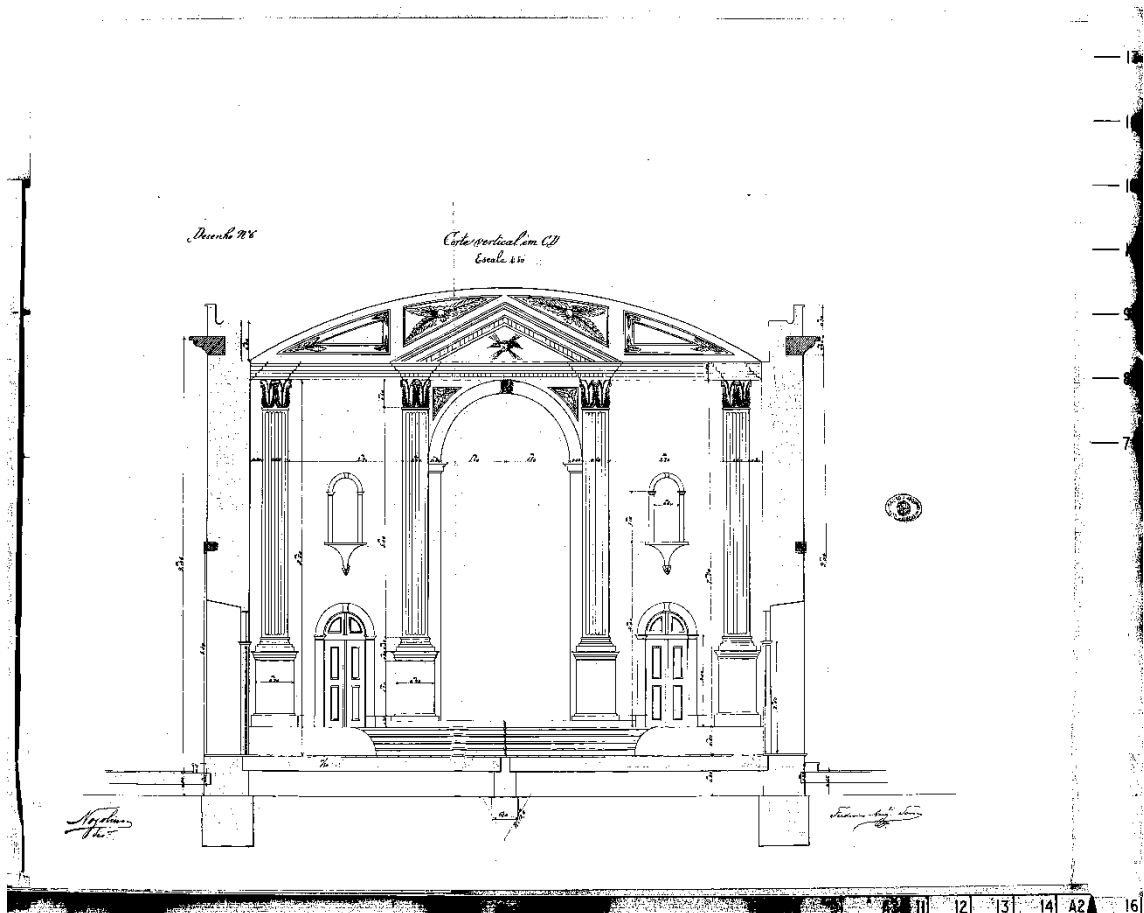
Desenho 5 – Corte transversal AB – detalhe correspondente ao pé direito do arco do cruzeiro ornamentados por pilastras assentes sobre pedestais.



Desenho 5 – AHU – SEMU – DGU – 3R – Caixa 169 – Sala 12 - Pasta 1893- nº 23 obras públicas.

Os pés direitos do arco do cruzeiro são ornamentados por pilastras assentadas sobre pedestais, e as paredes para o lado do corpo da igreja, ornadas e assentes sobre um pedestal comum sendo os capitéis apoiados na parte inferior da cimalha da parede.

Desenho 6 – Corte vertical CD, Escala 1:50 – Detalhe da capela-mor.



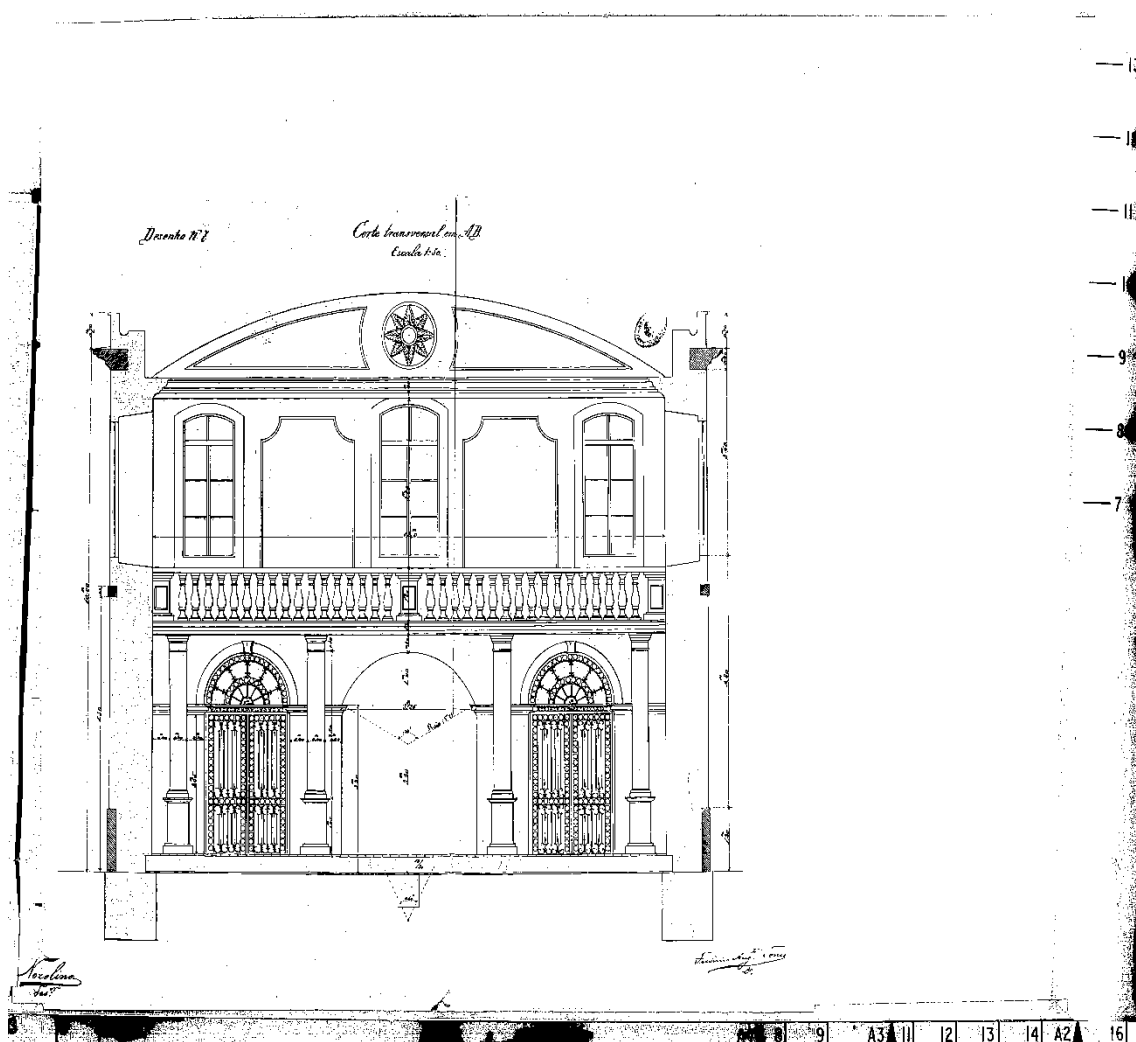
Desenho 6 – AHU – SEMU – DGU – 3R – Caixa 169 – Sala 12 - Pasta 1893- nº 23 obras públicas.



A descrição a respeito da capela-mor, no documento da caixa 169, a cimalha que coroa a parede, “formará sobre a arquivolta do altar-mor um pontão triangular, sendo os pés direitos do arco guarnecido por pilastras ornadas assentes sobre os pedestais dóricos e duas outras colocadas próximas as portas que dão acesso ao forro”, esta descrição demonstra por completo a ornamentação da capela-mor.

Fig.15 Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:V_SDC10010.jpg

Desenho 7 – Corte transversal AB, Escala 1:50



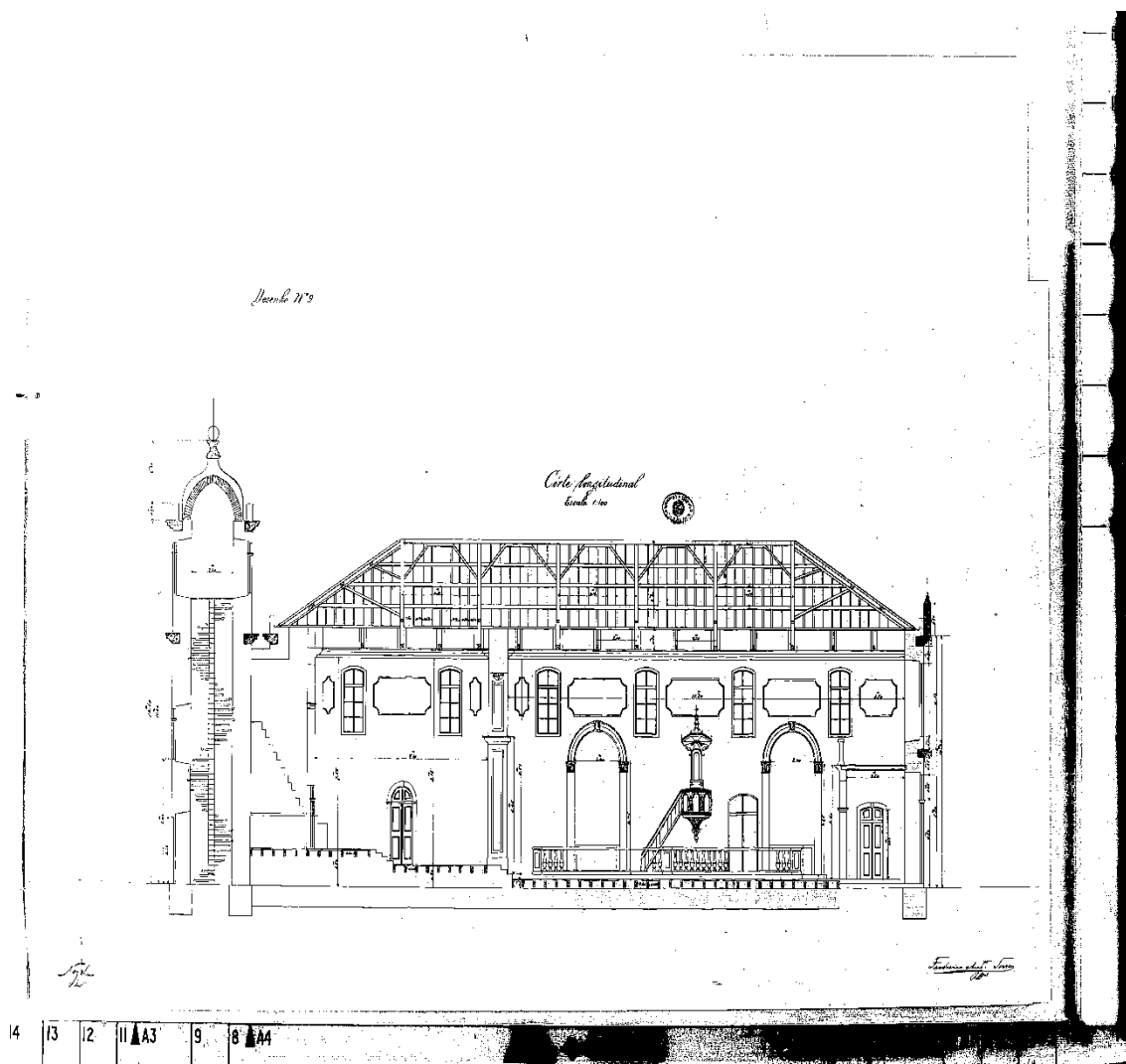
Desenho 7 – AHU – SEMU – DGU – 3R – Caixa 169 – Sala 12 - Pasta 1893- nº 23 obras públicas.



Fig. 16

A fotografia enviada por Margarida Mascarenhas corresponde ao corte CD do projecto de modificação da igreja. A nave, conseguimos observar as portas, sendo a central que dá acesso a entrada da igreja, e uma delas que dá acesso a capela do batistério, e a outra que dá acesso a caixa da escada, que também dá acesso ao coro.

Desenho 9 – Escala 1:100 – Corresponde ao acesso a torre onde podemos observar escada circular de madeira de 24 degraus.



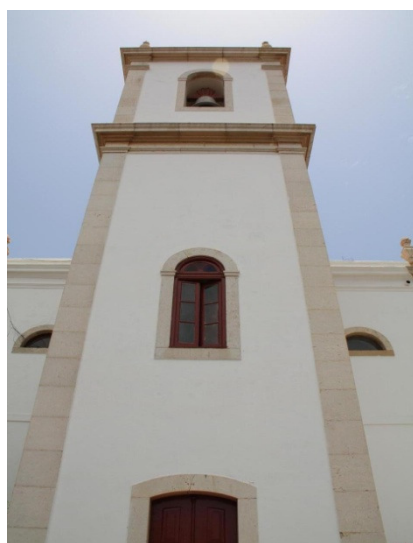
Desenho 9 – Escala 1:100 – Corte longitudinal com descrição de medidas – AHU – SEMU – DGU – 3R – Caixa 169 – Sala 12 - Pasta 1893- n° 23 obras públicas

A escada que dá acesso é de madeira em forma de vão elíptico com a largura 0.30m de piso, e 0.20m de espelho. Sendo que a escada que dá acesso à câmara dos sinos o projecto indica que é de ferro fundido e circular e composto de 58 degraus. No corte vertical da torre, desenho 9, procura dar uma ideia clara da disposição da escada, achando-se nele designadas as alturas. No detalhe do corte longitudinal do desenho proposto da modificação correspondente a caixa 169, podemos ver que os altares laterais terminam no seu interior por arquivoltas, sendo os pés direitos guarnecidos por pilastras.

Torre da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça – Praia – Cabo Verde



Figs. 17, 18 e 19



A torre tem as faces exteriores dispostas em ângulo recto, e a sua altura contada do solo até a parte superior da cimalha os registos apresentam uma altura de 15,00m.

Nave a Igreja Matriz – Nossa Senhora da Graça – Praia – Cabo Verde



Fig.20 Interior da Igreja – Nave com foco para o tecto da igreja.

A fotografia enviada por Madalena Mascarenhas confirma as informações da memória descritiva do projecto de modificação da construção da igreja, conforme, este, o tecto de madeira lisa com formas abauladas. O tecto desta igreja é um contraponto com a maneira ambiciosa apresentada no primeiro projecto na caixa 167, o projecto de orçamento para construção da nova igreja matriz, na memória descritiva, no artigo 29^a “o tecto da igreja será pintado...por pintores vindo de Lisboa” O que difere da concretização. O que nos leva a crer que os portugueses foram de encontro com a aparente simplicidade de “gosto” ao concretizar o “sonho” de construir uma igreja matriz digna de receber os fiéis da cidade da Praia. O forro da igreja da igreja é descrito como sendo de esteira lisa, de casquinha, sendo o mesmo tipo de forro para sacristia e casa de despacho, sendo estes a esteira sobreposto com abas.

Placa – Igreja Nossa Senhora da Graça



Placa de celebração do 1º centenário da Igreja Nossa Senhora da Graça – Praia

Fig.21 Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:V_SDC10011.jpg

Cronologia – Igreja Matriz – Nossa Senhora da Graça.

1555 – Fundação da Paroquia Nossa Senhora da Graça na cidade da Praia.

1870 – Publicação da portaria nomeando comissão para indicar meios para construção da nova igreja.

1879 – Agosto entra nos cofres do Estado uma subscrição pública para que de imediato entre em processo a construção da igreja.

1880 – Projecto orçamentário para construção da igreja Matriz aprovado no governo de João Cesário de Lacerda.

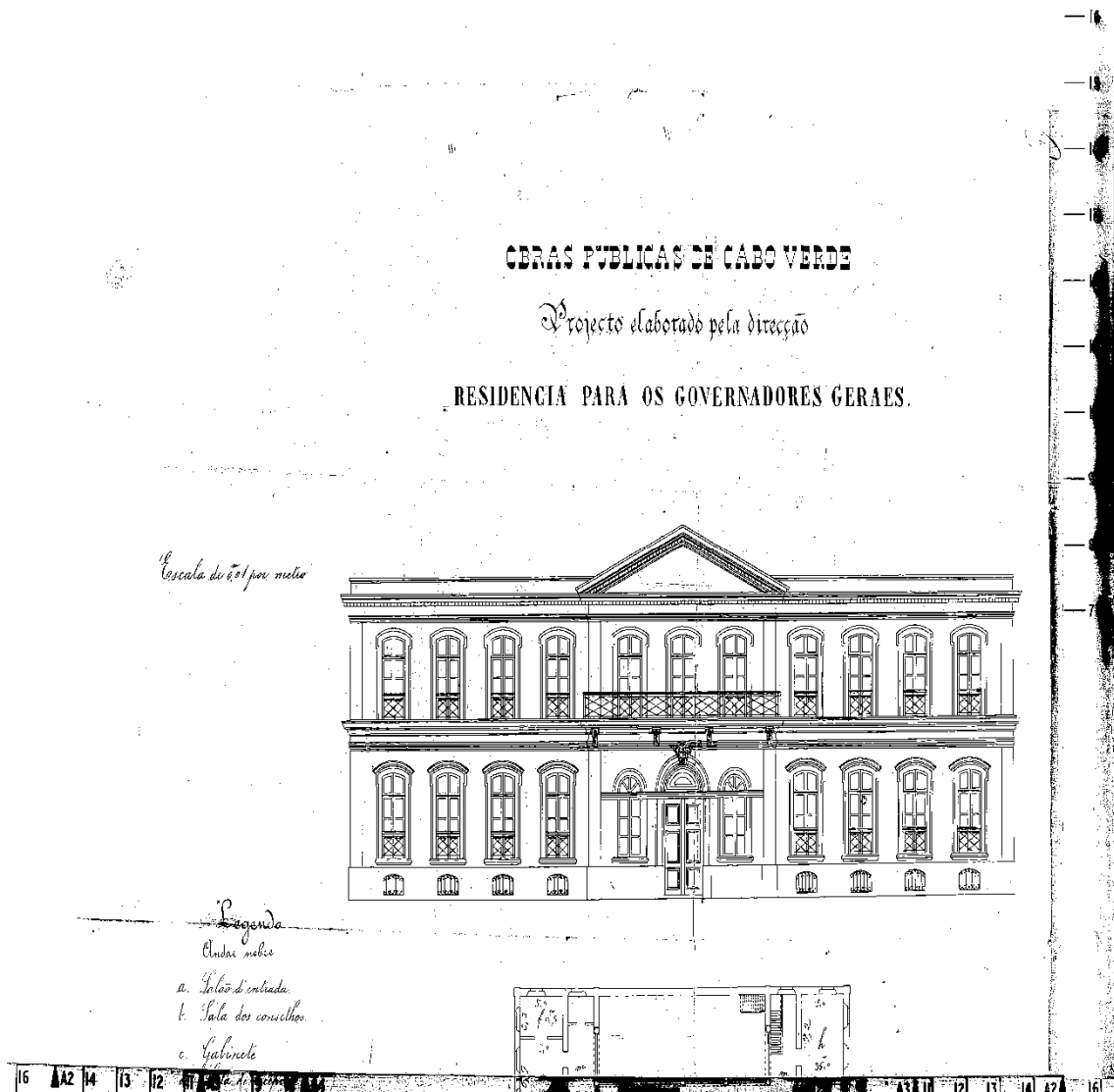
1894 – Início das obras de construção no governo de Alexandre Alberto da Rocha Serpa Pinto.

1902 – Conclusão das obras no governo de Arnaldo de Novais Guedes Rebelo.

1902 – 15 de Agosto, inauguração da Igreja Matriz na cidade da Praia.

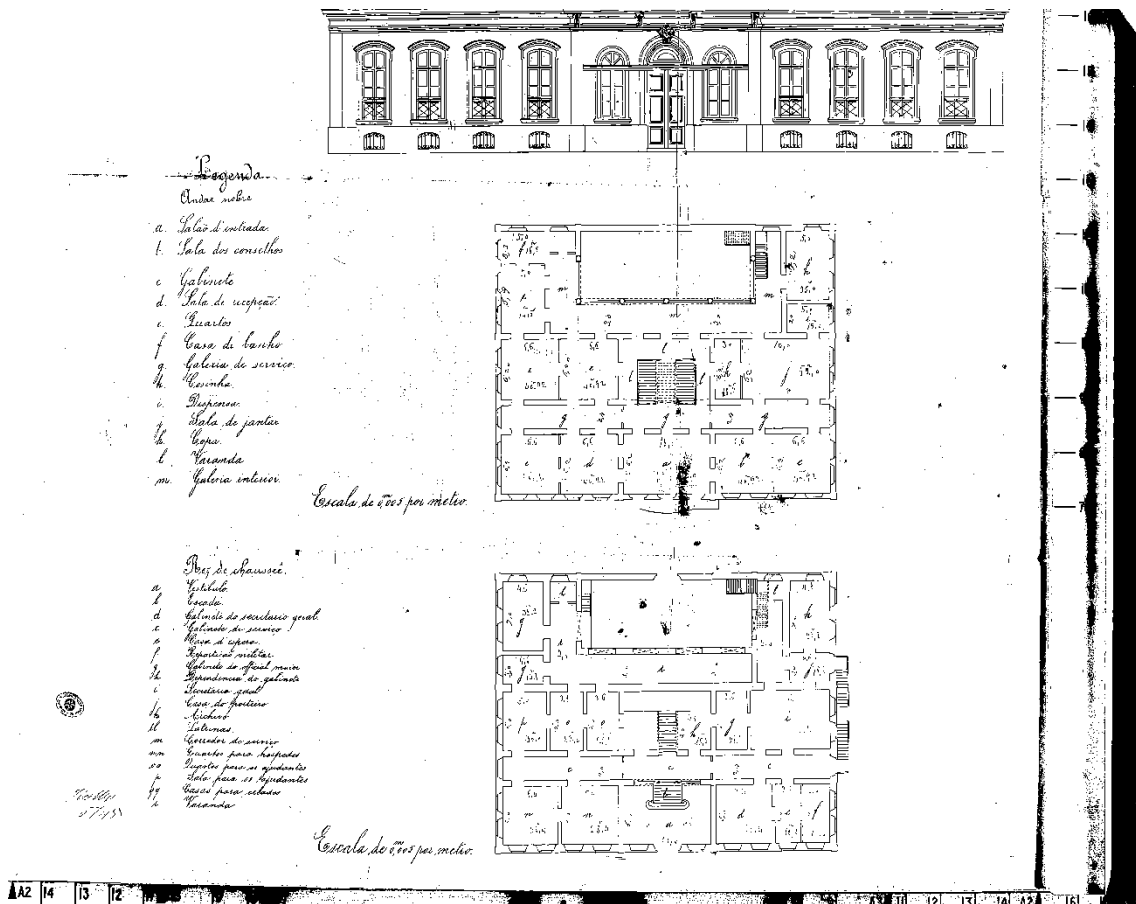
2002 – 15 de Agosto, comemorado 1º centenário na cidade da Praia.

Projeto Residência para os Governadores-gerais elaborado pela Direção Obras Públicas de Cabo Verde. Desenho 1 – Fachada Principal.



Desenho 1 AHU- SEMU - DGU - 3R - CX 163

Desenho 2, Projeto Residência para os Governadores-gerais elaborado pela Direção Obras Públicas de Cabo Verde. Planta-baixa com acomodações



Desenho 2 AHU- SEMU - DGU - 3R - CX 163

Legenda

Andar nobre

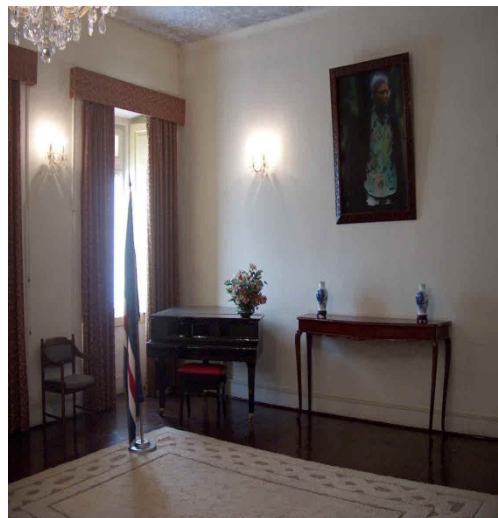
- a) Salão de entrada
- b) Sala de conselhos
- c) Gabinete
- d) Sala de recepção
- e) Quartos
- f) Casa de banho
- g) Galeria de serviço
- h) Cozinha
- i) Despensa
- j) Sala de jantar
- k) Copa
- l) Varanda
- m) Galeria interior

Rés-do-chão

- a) Vestíbulo

- b) Escada
- c) Gabinete do Secretario geral
- d) Gabinete de serviço
- e) Casa de espera
- f) Repartição militar
- g) Gabinete do official maior
- h) Dependência do gabinete
- i) Secretaria-geral
- j) Casa do porteiro
- k) Arquivo
- l) Latrinas
- m) Corredor de serviço
- n) Quartos para hóspedes
- o) Quartos para os ajudantes
- p) Sala para os ajudantes
- q) Casas para escadas
- r) Varanda

Salão nobre do Palácio da Presidência da República de Cabo Verde



Figs.22 e 23

O Salão nobre é o local onde o Presidente da República de Cabo Verde pratica os actos públicos próprios às suas atribuições de Presidente da República tais como: posse do Governo, posse dos magistrados públicos, atribuição das outorgas, recebimento das cartas credenciais, apresentação de cumprimentos por parte de diversas entidades em alturas do ano, como o ano novo, entre outros.

Traços da cultura africana em Cabo Verde



Fig.24



Fig.25



Fig.26

Apesar de Cabo Verde ser delimitado por duas culturas que marcaram o seu próprio “achamento”, traços da cultura africana ainda ambientam o arquipélago. O uso do pilão, a alimentação baseada em grãos, a maneira de carregar criança nas costas, o lenço amarrado na cabeça, é comportamentos de uma cultura étnica.